

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

179 abr.-jun. 2013

ISSN 1413-1536

Entrevista:

Nilson Sarti

Os desafios do
mercado imobiliário
baiano

Ponto de vista:

**Carlos Alberto
Matos Vieira
Lima**

Construção civil
contribui para
elevar a
qualidade de
vida do
brasileiro

**Educação x
crescimento
econômico na Bahia:
de 2000 a 2010**

**Economia baiana no
1º trimestre 2013:
desempenho e
perspectivas**





DINAMISMO e INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: Nordeste e Brasil

19 E 20 DE SETEMBRO

INSCRIÇÕES ABERTAS
www.eeb.ufba.br

O IX Encontro de Economia Baiana coloca em pauta o Dinamismo e a Integração Econômica da região Nordeste no Brasil. Um convite à reflexão sobre as perspectivas e possibilidades de se alcançar um novo patamar de desenvolvimento para o Nordeste, com maior crescimento econômico e melhoria na geração de emprego e renda para os diferentes estados

PALESTRAS

CARLOS BRANDÃO - UFRJ

Pós-doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC)
DINAMISMO E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: NORDESTE E BRASIL

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA - UNICAMP

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO E CAPITALISMO DE ESTADO NEOCORPORATIVISTA

MESA REDONDA

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BAHIA

OSWALDO GUERRA - UFBA

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

EDGARD PORTO - SEI

Doutor em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona (UB)

LOCAL

HOTEL FIESTA CONVENTION CENTER
Avenida Antônio Carlos Magalhães, 711, Pituba, Salvador (BA)

INFORMAÇÕES

www.mesteco.ufba.br
(71) 3116.1780

ÁREAS TEMÁTICAS

- Economia Baiana
- Economia Regional
- Financiamento do Desenvolvimento

PATROCÍNIO



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA



REALIZAÇÃO



Curso de Mestrado em Economia
Universidade Federal da Bahia



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA
DA FAZENDA



APOIO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

179 abr.-jun. 2013

Sumário

5 Carta do editor

Economia em destaque

7 Desempenho da economia baiana no 1º trimestre 2013 e perspectivas

Carla do Nascimento,
Elissandra Britto,
Rafael Cunha,
Rosângela Conceição

Entrevista

19 Os desafios do mercado imobiliário baiano

Nilson Sarti

Artigos

22 Agricultura familiar: um apêndice para o desenvolvimento econômico

Euber Oliveira da Silva,
Ubiraci de Souza Santos

29 A relação entre educação e crescimento econômico na Bahia: uma análise para o período 2000-2010

Laércio Damiane
Cerqueira da Silva,
Semíramis Mangueira de Lima

37 Cooperação: um instrumento para fortalecer relações solidárias e estimular o fluxo econômico local em áreas urbanas periféricas

Luís Paulo Arena Alves

46 A crise ecológica do capitalismo: duas visões em disputa

Pedro Marques de Santana

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Barbara Monica Brito Sacramento (estagiária)
Dilciele Nascimento de Sousa (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO
Christiana Fausto (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

PRODUÇÃO
Erika Encarnação (Estagiária)

FOTOS
Secom, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

Ponto de vista

54

Construção civil
contribui para elevar a
qualidade de vida do
brasileiro

Carlos Alberto Matos
Vieira Lima

Investimentos na Bahia

56

O Estado da Bahia
deverá atrair cerca de
441 empreendimentos
até 2015

Fabiana Karine Santos de
Andrade

60

Livros

62

Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores conjunturais

75

Indicadores
Econômicos

83

Indicadores Sociais

93

Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador:
SEI, 2013.
n. 179
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até
o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS MUNICIPAIS ATUAL COMO VOCÊ, GRANDE COMO A BAHIA

Os limites dos municípios baianos ganham novos contornos, atualizando uma defasagem de mais de 60 anos. A SEI já concluiu o trabalho de campo em **321 municípios** e já percorreu mais de **70% do território** baiano. Informações atuais e precisas que vão ajudar o governo e a sociedade a construir uma nova Bahia.



Carta do editor

A economia brasileira apresentou, nos primeiros meses de 2013, um desempenho bem aquém das expectativas do mercado. Em consonância a essa avaliação, a revista *Conjuntura & Planejamento*, na sua edição 179, traz um cenário quanto ao comportamento das economias brasileiras e baianas nos próximos meses do ano de 2013.

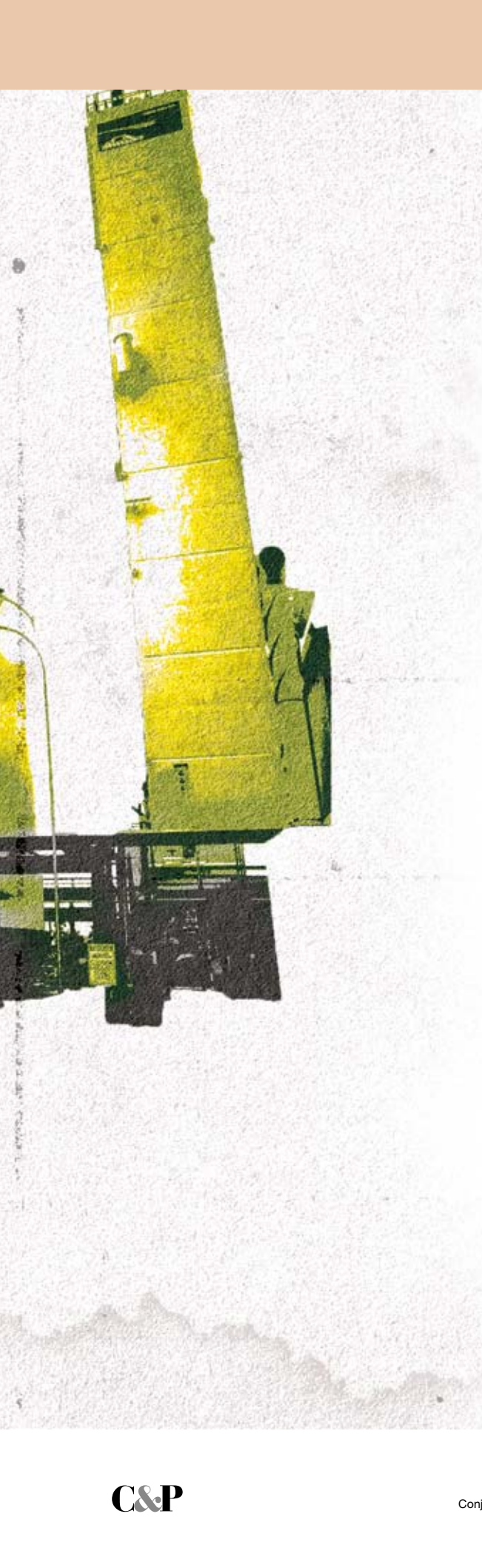
De acordo com a avaliação da equipe de acompanhamento conjuntural, o baixo crescimento das exportações foi o principal motivador para o tímido desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre do ano de 2013, sendo resultado da redução da demanda dos países industrializados. Outros aspectos ressaltados, que também influenciaram o comportamento da economia brasileira, foram a alta inflação e a forte concorrência de produtos importados.

Com a intenção de ampliar a discussão, na seção de artigos, abordam-se questões estruturais que permeiam o crescimento econômico do país. O artigo de Laércio Damiane Cerqueira da Silva e Semíramis Mangueira de Lima intitulado *A Relação Entre Educação e Crescimento Econômico na Bahia: Uma Análise Para o Período 2000 – 2010* retrata a concentração cada vez mais intensa sobre os investimentos em capital humano, sobretudo em educação.

Nessa edição, colaboram os profissionais Nilson Sarti, engenheiro civil e presidente da Associação de Dirigentes das Empresas de Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi), além de atual diretor da Akasa Incorporadora, e Carlos Alberto Vieira Lima, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia. O primeiro explana, na seção de *Entrevista*, sobre a relevância da Ademi para o mercado imobiliário baiano, ao tempo que discute temas como o cenário da construção civil para esse Estado, impactos ambientais e socioeconômicos do desenvolvimento imobiliário, juros e financiamentos. Além da absorção de mão de obra no mercado imobiliário e da construção civil, também são analisadas as perspectivas de crescimento do setor no âmbito estadual. Na seção *Ponto de Vista*, Lima informa ao leitor a sua percepção sobre a importância da indústria de construção civil para o crescimento econômico do país. Na sua avaliação, trata-se de um importante gerador de emprego em todo país, estando relacionado com a melhoria da qualidade de vida da população, como construção de estradas, pontes, viadutos, escolas, hospitais, usinas e habitações de interesses sociais.

Assim, ao retratar as questões que permeiam o crescimento das economias brasileira e baiana, a revista *Conjuntura & Planejamento*, na sua edição 179, contribui para esclarecer seus leitores sobre as dificuldades a serem enfrentadas pelo país em 2013, diante de uma conjuntura internacional adversa. Os artigos apresentados não somente retratam essa realidade, como também remetem a questões de caráter estrutural do funcionamento da própria economia e a algumas perspectivas para os próximos meses.





Desempenho da economia baiana no 1º trimestre 2013 e perspectivas

Carla do Nascimento*

Elissandra Britto**

Rafael Cunha***

Rosângela Conceição****

O cenário econômico internacional, neste primeiro trimestre, foi impactado por novas dificuldades financeiras na Europa, crescimento econômico menor que o esperado na China e focos de problemas geopolíticos, embora os Estados Unidos começassem a dar alguns sinais de melhora nos seus números de produção e consumo, sob o impulso da formação de estoques e do consumo privado. A confiança do consumidor americano está no nível mais elevado em seis anos, a criação de empregos tem melhorado, e o setor de imóveis está em recuperação há 12 meses. O crédito a empresas e consumidores acelerou e este ano a indústria automobilística não irá parar para as férias coletivas. No Japão, em meio a políticas de relaxamento fiscal e monetário, a economia apresenta sinais de recuperação. As variações trimestrais anualizadas do PIB atingiram, no primeiro trimestre, 2,5% nos EUA, -0,9% na Zona do Euro, 3,5% no Japão e 6,6% na China, ante variação de 0,4%, -2,3%, 1% e 8,2%, respectivamente, no trimestre anterior.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelcunha@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), docente da Escola de Engenharia e TI na Unifacs. rosangela310@oi.com.br

No Brasil, a economia teve um desempenho aquém do esperado e o principal fato motivador, comum a todas as economias emergentes, refere-se ao baixo crescimento das exportações devido à redução da demanda dos países industrializados. Por outro lado, internamente, o país vem enfrentando a alta inflação e a forte concorrência de produtos importados mais baratos, resultando em déficits comerciais elevados.

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2013), apresentou variação positiva de 0,6%, na comparação do primeiro trimestre de 2013 em relação ao quarto trimestre de 2012, considerando-se a série com ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2012, houve aumento do PIB de 1,9% no primeiro trimestre do ano, contrariando as expectativas iniciais do mercado. De tal modo, o PIB acumulou, em quatro trimestres encerrados em março de 2013, crescimento de 1,2% em relação a 2012. O destaque positivo coube à Agropecuária com expansão de 17,0%, seguido por Serviços (1,9%), enquanto que a Indústria apresentou queda de 1,4%. Pelo lado da demanda interna, destaca-se o crescimento de 3,0% da formação bruta de capital fixo após quatro quedas seguidas em 2012. O consumo das famílias apresentou crescimento de 2,1%, sendo a trigésima oitava variação positiva consecutiva nessa base de comparação.

O desempenho do setor industrial, no primeiro trimestre de 2013, foi consequência do decréscimo na produção

em nove dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2013). As quedas foram registradas no Amazonas (-7,0%), Espírito Santo (-6,3%), Rio de Janeiro (-5,6%), Paraná (-4,8%), Rio Grande do Sul (-4,6%), São Paulo (-3,9%), Santa Catarina (-2,7%), Ceará (-1,3%) e Pará (-1,1%). Setorialmente, os principais impactos negativos foram observados em edição, impressão e reprodução de gravações (-10,2%), metalurgia básica (-6,9%), farmacêutica (-9,0%), alimentos (-3,1%), indústrias extrativas (-4,9%), produtos têxteis (-7,1%), máquinas e equipamentos (-2,0%) e fumo (-23,3%).

Na Bahia, o PIB cresceu 1,5% no primeiro trimestre de 2013. Este resultado ponderado, diferente do observado para o País, foi devido ao acréscimo de 3,2% na indústria e de 0,9% em serviços, e queda de 4,3% na agropecuária (ECONOMIA..., 2013). Com resultado superior ao divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou acréscimo de 3,1% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. O IBC-BR foi de 1,8% e, para o Nordeste, o índice foi de 3,6% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013b). A dinâmica do crescimento da economia baiana, no primeiro trimestre, foi sustentada pelo ritmo de crescimento da indústria de transformação, ancorada na produção de derivados de petróleo.

Tendo por base o breve panorama da conjuntura, o presente artigo analisa os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana, no primeiro trimestre de 2013, na forma como são expostos nas seções que se seguem.

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2013), apresentou variação positiva de 0,6%, na comparação do primeiro trimestre de 2013 em relação ao quarto trimestre de 2012

EXPECTATIVAS DE RETRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 2013

Na Bahia, a safra de grãos apresenta perspectiva de queda de 7,6%, que corresponde a uma produção de 5,9 milhões de toneladas ante as 6,5 milhões de toneladas em 2012, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2013) do IBGE. Os desdobramentos da continuidade do cenário de seca e a incidência da praga da lagarta do milho são os principais fatores desfavoráveis desta situação.

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos pelo IBGE – Bahia – 2012/2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (3)	2013 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.202	2.370	7,6	387	342	-11,5	222	220	-1,1	9.920	10.795	8,8
Cana-de-açúcar	6.894	6.806	-1,3	121	118	-2,5	118	113	-4,1	58.471	60.196	2,9
Cacau	159	146	-8,3	540	523	-3,2	532	523	-1,6	300	279	-6,8
Café	143	147	2,8	171	147	-13,7	160	158	-1,3	897	934	4,1
Grãos	6.490	5.995	-7,6	2.541	2.593	2,0	2.192	2.388	9,0	2.962	2.510	-15,2
Algodão	1.256	1.039	-17,3	433	305	-29,5	396	305	-23,1	3.171	3.412	7,6
Feijão total	107	176	65,3	316	350	10,8	222	295	32,9	480	598	24,4
Feijão 1ª safra	39	105	169,2	201	237	17,8	135	182	34,9	287	573	99,6
Feijão 3ª safra	68	72	5,8	114	113	-1,6	87	113	29,7	781	637	-18,4
Milho	1.883	2.198	16,7	592	634	7,1	407	493	21,1	4.630	4.463	-3,6
Milho 1ª safra	1.748	1.899	8,6	425	440	3,6	316	299	-5,4	5.533	6.356	14,9
Milho 2ª safra	135	299	121,7	167	194	15,8	91	194	113,6	1.488	1.544	3,8
Soja	3.213	2.549	-20,7	1.113	1.211	8,9	1.113	1.211	8,9	2.888	2.104	-27,1
Sorgo	32	32	-0,6	88	93	5,1	54	85	56,8	591	375	-36,6
Total	-	-	-	3.760	3.724	-1,0	3.223	3.402	5,5	-	-	-

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2013)

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE 2012.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2013 (abril/13).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

O destaque negativo é a intensificação da queda da soja, que chega a 20,7%. A estimativa inicial, que era extremamente positiva devido à grande área reservada para plantio (8,9%) e aos bons preços do mercado, não se confirmou por causa da continuidade da seca e da praga da lagarta do milho. Outro fator interessante é o descolamento com os dados nacionais, que apontam crescimento de 22% (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2013) e pressões de baixa no preço nacional, mesmo que os preços no mercado externo estejam aquecidos. Outra cultura afetada pela praga é o algodão, que já apresenta queda de 17,3% na produção.

Na produção de algodão na Bahia, que começa a ser colhida com maior concentração nos meses de junho e julho, é esperada queda de 17,3%, com um pouco mais de um milhão de toneladas: são dois anos seguidos de queda e de perda de um patamar de produção em torno de 1,5 milhão de toneladas. A menor área reservada para a cultura e a falta de chuvas no período foram consequências para a redução na produção.

O feijão apresenta uma expectativa de 176 mil toneladas, chegando a 66,3% de crescimento perante 2012, ano que apresentou uma quebra forte na produção devido a

intenso período de seca. A primeira safra ainda não possui dados completos, números preliminares mostram 105 mil toneladas ante as 39 mil do ano passado. Dados da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB¹, porém, não são tão otimistas, o que pode confirmar que esse número preliminar está superestimado. Para a segunda safra, a previsão de chuva é fator preponderante, porém mesmo com boas chuvas, os produtores estão pessimistas com o que pode vir nos próximos meses e pelas dívidas já contraídas. Isso faz com que o plantio acabe sendo postergado até que o cenário se apresente mais claro para os produtores. Para o milho, o cenário é parecido, uma primeira safra com 8,6% de variação positiva e uma expectativa de produção total de 2,1 milhões de toneladas, sendo 16,7% superior a 2012. Os números estão muito otimistas, já que a CONAB apresenta queda de 0,1% na produção total, e na primeira safra uma variação negativa de 7,2%, dados confirmados pela AIBA, que aponta para uma queda de 19% na produção no Oeste do Estado, responsável por, praticamente, 90% da produção desta cultura na Bahia.

¹ Os dados da Conab seguem metodologia diversa da adotada pelo IBGE, uma vez que são considerados em relação ao ano safra, que vai de outubro de 2012 a setembro de 2013. O IBGE considera o ano civil.

Tabela 2
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos pela CONAB – Bahia – 2012/2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012	2013 (1)	Var. (%)	2012	2013 (1)	Var. (%)	2012	2013 (1)	Var. (%)
Grãos	6.774	5.662	-16,4	2.655	2.637	-0,7	12.824	11.396	-11,1
Algodão	1.240	944	-23,9	418	274	-34,5	2.970	3.450	16,2
Feijão total	118	105	-11,1	427	342	-19,9	545	710	30,3
Feijão 1ª safra	71	48	-31,9	240	229	-4,4	295	210	-28,8
Feijão 3ª safra	47	56	20,5	187	113	-39,8	250	500	100,0
Milho	2.174	1.898	-12,7	605	652	7,7	5.807	4.866	-16,2
Milho 1ª safra*	1.954	1.656	-15,2	429	458	6,8	4.557	3.616	-20,6
Milho 2ª safra	220	242	10,0	176	194	10,0	1.250	1.250	0,0
Soja	3.183	2.692	-15,4	1.113	1.282	15,2	2.860	2.100	-26,6
Sorgo	59	24	-60,2	92	87	-5,3	642	270	-57,9
Total	-	-	-	2.655	2.637	-0,7	-	-	-

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2013).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Conab: quarto levantamento da safra de grãos (abr. 2013).

Os dados da soja, na Bahia, não foram diferentes dos demais grãos, sua produção também caiu devido à adversidade climática no desenvolvimento da cultura e da praga da lagarta do milho. A produção, segundo Tabela 1, é de 2,5 milhões de toneladas, 20,7% menor que a safra passada.

A produção de mandioca pode subir 7,6% no estado. Um bom rendimento esperado é o que sustenta esta recuperação, mas é preciso acompanhar os dados na colheita para confirmar este otimismo.

O café, que tem seu início de colheita em junho, possui expectativas otimistas que apresentam crescimento de 2,8%. O produto foi muito castigado pela falta de água no ano passado, e a continuidade da seca pode fazer com que o produto ainda não se recupere nesta safra de 2013. Dados da AIBA mostram uma queda de 15% na safra de verão, que corresponde a 30% da cultura no estado, porém é preciso esperar as primeiras colheitas de junho para se confirmar como está o rendimento da cultura e só assim indicar a direção que estará tomando a produção de café.

O cacau está se recuperando aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos noventa, porém seu principal entrave agora, além da vassoura de bruxa, é a concorrência internacional num ambiente de estagnação do mercado desta *commodity* na Europa e Estados Unidos. Uma possível quebra de safra na Indonésia pode pressionar demandas internacionais para o cacau brasileiro.

Com isso, a safra principal recorde, que terminou agora em abril, pode ter potenciais compradores e pressionar para uma leva alta no preço e melhores ganhos. A safra 2012/2013, acompanhada pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), alcançou 178 mil toneladas, com 35% de aumento. Vale lembrar que os dados da safra principal de cacau são computados pelo IBGE com base na safra de 2012. A safra de 2013 só começa a ser registrada pelo órgão no mês de maio.

Dados da cana-de-açúcar apontam para uma retração da produção de 1,3%, chegando a 6,8 milhões de toneladas. Esta expectativa de queda se justifica pela pequena redução na área plantada e pela base altista da safra recorde do ano passado. Os preços, tanto para açúcar

O cacau está se recuperando aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos noventa, porém seu principal entrave agora, além da vassoura de bruxa, é a concorrência internacional

como para etanol, não estão favoráveis e os ganhos estão reduzidos. Segundo a CONAB, a cana-de-açúcar na Bahia destinada ao açúcar é 32% e ao etanol é de 68%, e entre o etanol a distribuição segue com 32% de etanol anidro e 68% de hidratado.

RECUPERAÇÃO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL E MENOR RITMO DO COMÉRCIO EXTERIOR

A produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) na Bahia, no primeiro trimestre, apresentou acréscimo de 2,2% quando comparado com o mesmo período de 2012. No mesmo período, o País e o Nordeste apresentaram taxas negativas de 0,5% e 0,9%, segundo dados da PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL (2013) do IBGE.

A análise setorial evidencia que a performance da produção industrial baiana foi influenciada principalmente pelos resultados positivos apresentados pelo segmento *Refino de petróleo e produção de álcool* (20,2%), *Metalurgia* (11,2%), *Borracha e plástico* (16,0%) e *Celulose e papel* (1,2%). Em sentido contrário, destacaram-se *Produtos químicos* (-6,1%) e *Alimentos e bebidas* (-11,6%).

Entre os fatores que contribuíram para o avanço do crescimento industrial no estado, superior ao observado no País e na região Nordeste, listam-se os preços de óleo combustível favoráveis no mercado externo, a retomada da produção de derivados de petróleo, ocorrida desde o último trimestre de 2012, e os ganhos de escala da indústria metalúrgica a partir dos avanços da nova tecnologia na eletrólise.

Quanto aos derivados de petróleo da refinaria baiana, observou-se, no primeiro trimestre, expansão de 19,7%, com aumento de 41,5% em óleo combustível, 21,6% em óleo diesel, 4,5% em *gasolina* e 11,7% em *nafta*. Tal performance reflete o aumento na demanda por derivados de petróleo, que pode ser confirmado através da venda de combustíveis, que no estado registrou acréscimo de 18,5% no primeiro trimestre. Neste sentido,

preocupada com este novo patamar de consumo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) decidiu impor estoques mínimos de petróleo e derivados

tanto à Petrobras quanto aos distribuidores, em resoluções distintas para os dois segmentos (VENDAS... 2013).

Mesmo com a recuperação na produção física da indústria baiana, o nível de emprego, no primeiro trimestre de 2013, registrou decréscimo de 4,6%, comparando-se com o mesmo período de 2012, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (2013) do IBGE. Por sua vez, o indicador horas trabalhadas, que responde mais rapidamente às oscilações da produção industrial, pois não incorre em aumento de custos para o setor, registrou queda mais intensa, com taxa de 5,3% no primeiro trimestre de 2013. Nacionalmente, o nível de emprego e o número de horas pagas registraram, no primeiro trimestre de 2013, redução de 1,0% e 1,7%, respectivamente.

Dentre os segmentos que influenciaram negativamente o resultado do indicador do emprego industrial baiano no primeiro trimestre de 2013, destacaram-se *Calçados e couro* (-19,3%), *Máquinas e equipamentos* (-13,9%) e *Refino de petróleo* (-19,2%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram positivamente o número de pessoas ocupadas nesse período foram *Fabricação de meios de transporte* (11,4%), *Produtos químicos* (4,9%) e *Produtos de Metal* (2,7%).

No *front* externo, e com um ritmo um pouco mais forte do que no País, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 5,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2013, ante o superávit de US\$ 6,0 bilhões no ano

No front externo, e com um ritmo um pouco mais forte do que no País, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 5,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2013, ante o superávit de US\$ 6,0 bilhões no ano anterior

anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2013). No país, foi observado um déficit de 6,15 bilhões no período de janeiro a abril, resultado da queda de 4,3% nas exportações e acréscimo de 8,8% nas importações (BRASIL, 2013a).

As exportações baianas, no primeiro quadrimestre de 2013, alcançaram US\$ 3,0 bilhões, com decréscimo de 9,3% comparado ao mesmo período de 2012. O desempenho das exportações proveio especialmente do recuo nas vendas nos segmentos *Petróleo e derivados* (-47,5%), *Algodão e subprodutos* (-48,1%), *Metais preciosos* (-18,7%) e *Borracha* (-21,9%). Em sentido contrário, com taxas positivas destacaram-se *Soja e derivados* (48,0%), *Automotivo* (33,1%), *Metalúrgicos* (15,1%), *Químicos e petroquímicos* (3,0%) e *Papel e celulose* (4,0%).

Na comparação com 2012, a venda de produtos básicos na Bahia caiu 5,2%, os manufaturados reduziram-se em 18,6% e os semimanufaturados exibiram acréscimo de 7,4%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 80,8% do total exportado pela Bahia no primeiro trimestre de 2013.

Por mercados de destino, destacam-se as vendas para a Ásia (34,1%). Para a União Europeia, que ocupa a segunda posição como mercado comprador de produtos baianos, as vendas reduziram em 21,9% em 2012, superando as do Nafta, que registraram aumento no período de 4,8%. Dentre os produtos vendidos à Ásia, destacam-se celulose e soja.

Na comparação com 2012, a venda de produtos básicos na Bahia caiu 5,2%, os manufaturados reduziram-se em 18,6% e os semimanufaturados exibiram acréscimo de 7,4%

As importações registraram decréscimo de 5,3%, com valores de US\$ 2,5 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou recuo de 7,5% no período considerado.

Em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 48,5% da pauta total, e as de *Bens de capital*, 19,2%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *Bens de consumo* representaram 12,6%, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 19,7%. Em termos de variação, no período de janeiro a abril, a categoria *Bens de intermediários* apresentou crescimento de 15,0%, a de *Combustíveis e lubrificantes* recuou 29,6%, *Bens de capital* cresceu 14,5% e *Bens de Consumo* reduziu 32,4%, com *Bens de consumo não duráveis* caindo 37,9% e *Bens de consumo duráveis* aumentando 10,7%.

Com a intenção de melhorar a competitividade da indústria brasileira, que sofre com questões relacionadas à infraestrutura, produtividade e câmbio, o governo brasileiro adotou medidas em relação aos produtos importados vendidos no mercado doméstico. Várias destas iniciativas foram introduzidas neste primeiro trimestre, incluindo a Resolução do Senado Federal nº 13/2012 que uniformiza a alíquota do ICMS sobre determinados produtos importados; renovação do Programa Reintegra que beneficia as exportações; redução do custo da energia elétrica; desoneração da folha de pagamento; e juros menores para financiamentos de investimentos produtivos. As expectativas são que estas medidas contribuirão para melhores condições de negócios em diversos segmentos da indústria brasileira de transformação. Para a indústria química, em atendimento à proposta apresentada pelo Conselho de Competitividade da Indústria Química, foi aprovada, em maio, a redução da alíquota de PIS e COFINS para a compra de matérias-primas das empresas de 1ª e 2ª geração do setor químico.

VAREJO MANTÉM CRESCIMENTO NAS VENDAS

O comércio varejista baiano apresentou um tímido desempenho no primeiro trimestre de 2013. Quando avaliado o volume de vendas do setor nas 27 Unidades da Federação, observa-se que a Bahia obteve, com o

crescimento de apenas 0,2%, o pior resultado no período analisado, perdendo apenas para o estado do Piauí, que registrou a variação negativa de 0,2%, conforme ilustrado no Gráfico 1 (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2013).

No que diz respeito aos resultados apresentados pelos segmentos no ano, os dados da PMC revelam que, na Bahia, seis de um total de oito ramos que compõem o Indicador do Volume de Vendas apresentaram resultados positivos. Listadas pelo grau de magnitude das taxas em ordem decrescente, têm-se: *Outros artigos*

de uso pessoal e doméstico (33,0%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (9,0%); *Tecidos, vestuário e calçados* (8,1%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (3,9%); *Móveis e eletrodomésticos* (2,8%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (0,7%). Para o subgrupo de *Super e hipermercados*, o resultado apurado foi positivo em 3,0%. O segmento de *Combustíveis e lubrificantes* apresentou variação negativa de 14,9% e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* registrou queda de 12,8% (Tabela 3).

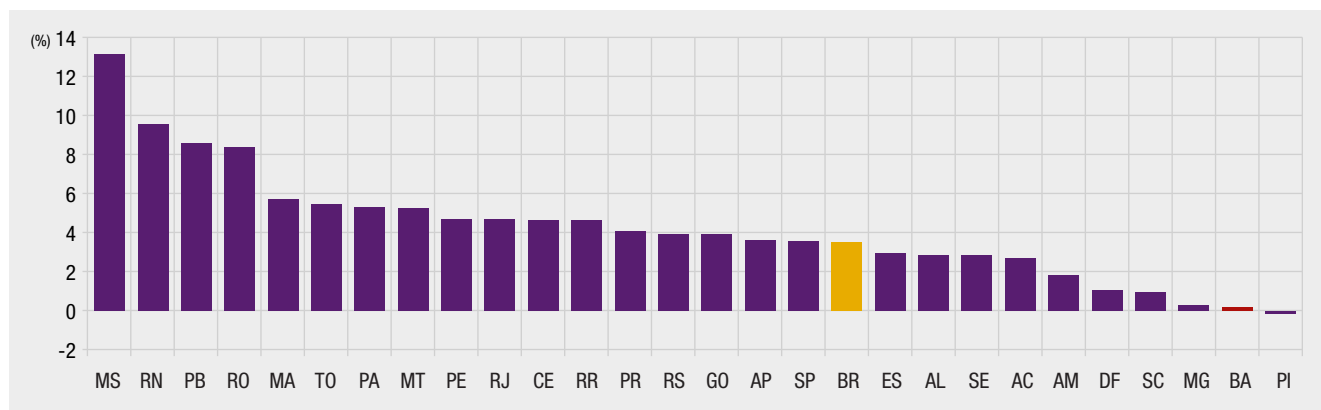


Gráfico 1
Volume de vendas do comércio varejista – Brasil e Unidades da Federação

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE (2013).

Elaboração SEI/CAC.

*Variação acumulada no ano.

Tabela 3
Comércio Varejista, por segmento – Bahia – mar. 2013

Atividade	Mensal (2)			Ano (3)	Acumulado 12 meses (4)
	Jan.	Fev.	Mar.		
Comércio Varejista	5,2	-4,7	-0,2	0,2	7,2
1 - Combustíveis e lubrificantes	-9,5	-22,3	-13,0	-14,9	0,0
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,7	-3,9	1,3	0,7	4,6
2.1 - Hipermercados e supermercados	5,9	-1,2	4,2	3,0	5,4
3 - Tecidos, vestuário e calçados	10,3	8,5	5,5	8,1	11,3
4 - Móveis e eletrodomésticos	11,0	-3,0	-0,1	2,8	7,8
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	5,0	4,0	2,8	3,9	8,1
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	0,0	-18,8	-18,8	-12,8	27,4
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	2,7	15,3	10,7	9,0	9,9
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	40,8	27,8	30,3	33,0	27,0
Comércio Varejista Ampliado (5)	6,8	-2,7	-0,8	1,1	9,1
9 - Veículos, motos, partes e peças	9,1	-0,4	-1,1	10,7	15,4
10 - Material de construção	10,8	7,9	-4,9	10,8	6,4

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Comércio (2013)

(1) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

(2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(3) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(4) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

Para o comércio ampliado, observa-se, no acumulado do ano, um crescimento de 1,1% no volume de negócios. Esse comportamento é atribuído ao desempenho dos segmentos de *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*. Nos três primeiros meses de 2013, ambos os segmentos registraram crescimento nas vendas, de 10,7% e 10,8%, respectivamente.

Quando analisada a série histórica do setor, observa-se que esse desempenho é o mais tímido apresentado pelo setor nos primeiros meses do ano, desde o ano de 2003, quando o Indicador de Volume de Vendas registrou, para o acumulado do ano, a variação negativa de 10,6%. A análise dos últimos 12 meses indica que as vendas do setor passam por um período de acomodação (Gráfico 2).

Segundo avaliações do Bradesco (2013), o resultado no mês de março reforça a expectativa de que o consumo das famílias, possivelmente, se acomodou em patamar mais baixo no primeiro trimestre de 2013. Esse comportamento é justificado, em parte, pela desaceleração dos ganhos de renda (-0,5% para os rendimentos médios reais no primeiro trimestre, segundo dados da PED para a RMS), geração de emprego moderado e pressão dos preços alimentícios. De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em abril de 2013, o setor do comércio foi o único que registrou saldo negativo de 3.438 postos de trabalho para o acumulado do ano, representando uma variação negativa de 0,83% em relação ao estoque. Outro aspecto ressaltado é o comportamento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC)

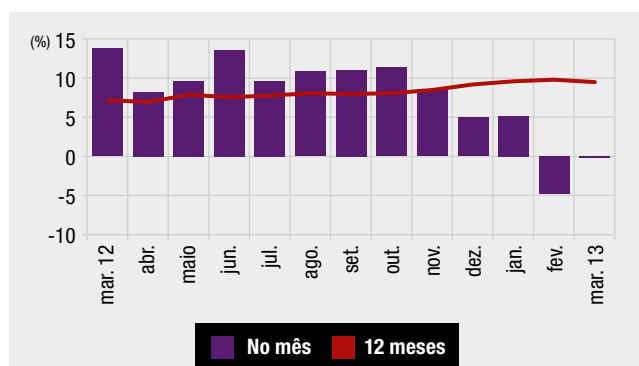


Gráfico 2
Volume de vendas do comércio varejista
Bahia – mar. 12-mar. 13

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

para Salvador do item *Alimentos e bebidas*, que registrou para o primeiro trimestre, a taxa de 4,78%, superior aos 1,67% acumulados no mesmo período de 2012.

Os índices de confiança relativos ao consumo doméstico sinalizam acomodação da atividade do varejo ainda no segundo trimestre. Conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Confiança do Comércio (ICOM) inicia o segundo trimestre em ritmo de atividade moderada. O indicador trimestral mostrou queda de 2,9% em abril, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado refletiu, em parte, a percepção do setor quanto à situação atual do nível de atividade econômica que passou de 4,1%, no trimestre findo em março, para 0,7% em abril (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2013a).

Enquanto, o resultado apresentado pelo Indicador de Confiança do Consumidor (ICC) variável, que capta o sentimento do consumidor em relação ao estado geral da economia e suas finanças pessoais, confirma a acomodação no nível de atividade econômica, pois repete, em abril, o mesmo resultado de 113,9 apresentado em março (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2013b).

Essa expectativa é reforçada na medida em que os Indicadores de Condições de Crédito do Banco Central evidenciam crescimento, para o segundo trimestre de 2013, nas novas operações de crédito em todos os segmentos, embora em ritmo reduzido.

O ritmo de crescimento nas vendas do comércio varejista no primeiro trimestre de 2013, associado à ação do governo em aumentar a taxa de juros SELIC, indica que o setor deverá se manter nos próximos meses com comportamento moderado. Nesse aspecto, a melhora nas vendas deverá ser gradativa, à medida que incentivos como as novas operações de crédito e outras medidas de política econômica passem a vigorar.

DESEMPENHO MODESTO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho metropolitano baiano apresentou modesto desempenho na geração de postos

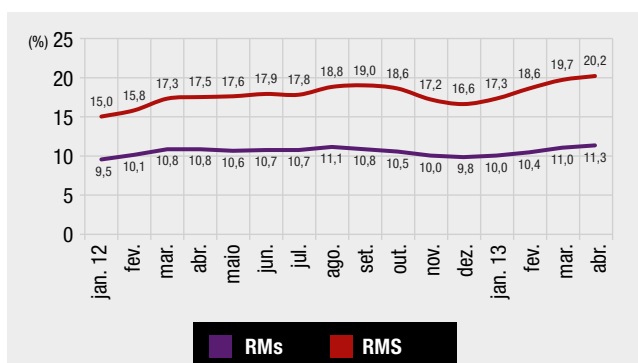


Gráfico 3
Taxa de Desemprego: Total das RMs e RMS

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (2013).
Elaboração: SEI/CAC.

de trabalho nos primeiros meses de 2013. A Região Metropolitana de Salvador – RMS – apresentou tendência de aumento da taxa de desemprego, enquanto o volume de empregos formais foi menor quando comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador aumentou pelo quarto mês consecutivo, passando de 16,6% da População Economicamente Ativa (PEA) para 20,2%, entre dezembro e abril, como ilustrado no Gráfico 3. O aumento do desemprego pode ser observado também no total das regiões metropolitanas pesquisadas, o qual passou de 9,8%, em dezembro, para 11,3% em abril.

Os avanços consecutivos na taxa de desemprego total nos primeiros meses de 2013, na RMS, foram decorrentes da desaceleração da População Economicamente Ativa (PEA), que assinalou variação negativa de 1,1% em abril, em relação a dezembro. O nível de ocupação também apresentou queda de 5,3% na mesma análise. Ocorreu queda do nível de ocupação em todos os setores de atividade analisados pela pesquisa, destacando-se o setor de *serviços* (-6,2%) e a *indústria de transformação* (-15,3%).

Seguindo a mesma análise, a evolução da população ocupada do setor privado, com carteira assinada,

registrou decréscimo de 2,6%. Já os empregados sem carteira assinada reduziram 7,9%. O setor público figurou com queda expressiva de 14,5%, os empregados domésticos com retração de 5,7% e os autônomos com redução de 5,2%, no período em análise.

O rendimento médio real, na RMS, diminuiu tanto para os ocupados (-0,5%) como para os assalariados (-1,8%), na comparação da média do primeiro trimestre de 2013 com a do mesmo período de 2012. Em sentido oposto, a massa de rendimentos reais cresceu para os ocupados e os assalariados, com variações de 1,6% e 3,3%, respectivamente, no período considerado. O avanço mais rápido da massa de salários, em relação aos rendimentos, ocorreu em razão do aumento mais significativo do emprego do que dos rendimentos, que cresceu 1,6% e 3,3%, em ambas as categorias. Nas regiões metropolitanas, nos três primeiros meses de 2013, o rendimento médio apresentou expansão para os ocupados (1,7%) e estabilidade para os assalariados (-0,2%) em relação ao mesmo período de 2012. Por sua vez, a massa salarial dos ocupados e dos assalariados cresceu 2,5% e 0,8%, respectivamente, no mesmo período.

Quanto ao emprego formal, a Bahia contabilizou, no período de janeiro a abril de 2013, 15.078 de postos de trabalho com carteira assinada; o Nordeste, saldo negativo 1.628, e o Brasil, 549.064, sem ajuste, de acordo com os dados do Caged, divulgados pelo MTE (BRASIL, 2013b), correspondendo à variação percentual do estoque de emprego de 0,87%, situado abaixo da média nacional (1,39%) e acima da média nordestina (-1,04%). O saldo líquido apresentado neste período é inferior aos 15.332 registrados no mesmo período de 2012.

Setorialmente, o setor de *serviços*, com 7.752 vagas, respondeu pelo maior saldo, correspondendo à variação de 1,1%. O setor de *construção civil* criou 6.784 novos empregos e a *agropecuária* agregou 3.335 novos postos de trabalho. Outro setor que apresentou saldo positivo, porém menos expressivo, foi o de *serviços industriais de utilidade pública*, com 356 postos de trabalho gerados nos quatro primeiros meses de 2013. Por sua vez, o setor do *comércio* foi o único a apurar saldo negativo de 3.438 postos de trabalho.

Diante deste cenário, levando-se em consideração os indicadores disponíveis, a expectativa é de acomodação no nível de emprego para o ano de 2013, tendo em vista o resultado do emprego formal abaixo do esperado e daquele evidenciado em 2012, e do desemprego elevado em relação ao observado em 2012. Tais resultados refletem o desempenho da atividade econômica, o qual indica queda na produção de grãos, significativo crescimento industrial com baixo crescimento do emprego no setor e desaceleração das vendas do varejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores econômicos, observados nas seções anteriores, evidenciaram os desempenhos positivos das economias baiana e nacional, abaixo, porém, das expectativas do mercado. O crescimento da economia baiana está sustentado na performance da indústria de transformação, que tem obtido bons resultados, principalmente pelo setor de refino de petróleo, e pela manutenção do crescimento do comércio varejista, ainda que bem mais modesto que em anos anteriores. Em sentido contrário, a seca prejudicou o desempenho da agricultura baiana, em especial a produção de grãos.

O comportamento dos preços ainda é o grande entrave para a manutenção do crescimento econômico em 2013. Até maio, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (2013) atingiu 6,50% nos últimos 12 meses, destacando-se, nesse contexto, a elevação dos preços dos alimentos. A política econômica adotada pelo governo, nos primeiros meses de 2013, ainda não foi capaz de manter a taxa abaixo do teto da meta. Para manter a inflação dentro da meta, o Banco Central utilizou como instrumento a taxa Selic. Em abril, o Copom iniciou um novo ciclo de alta nos juros básicos, depois de quase dois anos sem aumento, e elevou a Selic para 7,5% ao ano. Desde agosto de 2011, a taxa vinha sendo reduzida, sucessivamente, até atingir 7,25% ao ano, em outubro de 2012, o menor nível da história. Em fins de maio, o Copom aumentou novamente a taxa em 0,5 p.p. com intuito imediato de combater a elevação dos preços, ainda que ocorra um menor crescimento econômico (BANCO CENTRAL, 2013a).

Nesse cenário, a expectativa presente é de uma alta do PIB brasileiro em torno de 2,0%. Para a economia baiana, as perspectivas são melhores do que as sinalizadas para a economia brasileira, proporcionada pelo bom desempenho esperado para a *indústria*, apesar do crescimento mais modesto para o setor de *serviços* e dos prognósticos insatisfatórios para a *agropecuária*, diante da instabilidade climática observada nos primeiros meses do ano.

REFERÊNCIAS

BAHIA gera 10.186 empregos formais em abril e lidera ranking do Nordeste. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, abr. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_abr13.pdf>. Acesso em: 27 maio 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom n. 175 de 28 e 29 maio de 2013*. Brasília: BACEN, 2013a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM175>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

_____. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, mar. 2013b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Desempenho: evolução do desembolso*. Brasília: BNDES, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, abr. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_abr_2013.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BRADESCO. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. Resultado das vendas no varejo de março reforça nossa expectativa de moderação do consumo das famílias no primeiro trimestre. *Destaque Expresso*, 15 maio 2013. Disponível em: <http://www.economiaemdia.b.br/static_files/EconomiaEmDia/Arquivos/DESTAQUE_EXPRESSO_15_05_13v1.pdf>. Acesso em: 23 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, abr. 2013a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, abr. 2013b. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Oitavo levantamento da safra brasileira de grãos 2012/2013*. Brasília: CONAB, maio. 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 15 maio. 2013.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 1º trimestre de 2013: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2013. 38 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201301caderno.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

ECONOMIA baiana apresenta alta de 1,5% no primeiro trimestre de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 4, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2013_1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sondagem do comércio: Índice de Confiança do Comércio*. Rio de Janeiro: FGV; IBRE, abr. 2013a. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPagelId=402880811DF9ADC4011E2274DD15152C>>. Acesso em: 27 maio 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sondagem de expectativas do consumidor. Índice de Confiança do Consumidor*. Rio de Janeiro: FGV; IBRE, maio 2013b. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>>. Acesso em: 27 maio 2013.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, maio. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio. 2013.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *Taxa de desemprego aumenta na RMS*. Salvador: SEI, abr. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_abr13.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

VENDAS de combustíveis crescem 7,2% até maio. *Sindicom. O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jun. 2013.



Nilson Sarti

Desafios do mercado imobiliário baiano

Nilson Sarti, engenheiro civil e diretor da Akasa Incorporadora, é presidente da Associação de Dirigentes das Empresas de Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi), cargo que assumiu pela segunda vez em 2012. Nesta entrevista, Sarti conta um pouco sobre o papel da Ademi no mercado imobiliário baiano e comenta temas como o cenário da construção civil no estado, os impactos ambientais e socioeconômicos do desenvolvimento imobiliário, os juros e financiamentos, entre outros temas. O engenheiro também aborda a questão da mão de obra no mercado imobiliário e de construção civil, além das perspectivas de crescimento do setor no estado.

C&P – Qual a função social, a missão e a visão da Ademi?

Nilson Sarti – A Ademi tem como objetivo principal desenvolver a atividade imobiliária na Bahia e, com isso, proteger todos os interesses dos associados. E, quando a gente fala sobre o desenvolvimento do mercado imobiliário, é também uma função cada vez mais ampla, porque hoje não se pode desenvolver o mercado imobiliário sem pensar na sustentabilidade das cidades, no uso de novas tecnologias para que se possa ter um desenvolvimento médio do mercado imobiliário cada vez mais consistente.

C&P – Nos últimos anos, o setor da construção civil registrou um crescimento expressivo. Quais fatores contribuíram para esse desempenho e quais os impactos econômicos disso?

NS – Estabilidade econômica, baixa inflação, redução da taxa de juros, ampliação do prazo de pagamento são condições fundamentais, não é? O fundamental nisso é a estabilidade econômica, macroeconômica, com inflação baixa, foi o que motivou a redução da taxa de juros; tem-se financiamento com juros mais baixos, alongamento de pagamentos. Há um programa muito bom do governo federal, Minha Casa Minha Vida, e, o que é mais importante, havia uma demanda muito reprimida, como se tem ainda hoje uma demanda grande, e tem muita gente querendo, porque passou muitos anos sem poder ter acesso à casa própria, e essa questão agora é fundamental, e foi fundamental para o crescimento do mercado imobiliário nos últimos anos.

Estamos muito longe de ter bolha imobiliária; pode haver pontos específicos que deem uma ideia de que são valores muito absurdos, como determinados empreendimentos que acontecem hoje no Rio, São Paulo, Brasília, com valores altos por metro quadrado, mas eles não criam um risco sistêmico

C&P – Quais os impactos sociais desse desenvolvimento imobiliário?

NS – Hoje, para se ter uma ideia, o setor da incorporação é o que mais emprega justamente aqui no estado, principalmente em Salvador e na Região Metropolitana. Acredito que, dentro de Salvador, seja o setor mais importante hoje, pelo menos até este momento de alta do mercado.

C&P – Alguns especialistas dizem que os preços dos imóveis estão supervalorizados, o senhor acredita que exista uma bolha no mercado imobiliário?

NS – Em termos de região metropolitana, se Salvador não for a mais barata, é uma das mais baratas do país, o metro quadrado mais barato do país. Estamos muito longe de ter bolha imobiliária; pode haver pontos específicos que deem uma ideia de que são valores muito absurdos, como

determinados empreendimentos que acontecem hoje no Rio, São Paulo, Brasília, com valores altos por metro quadrado, mas eles não criam um risco sistêmico, porque a maior parte desses valores altos nem utiliza financiamento. São pagamentos diretos. Por exemplo, sei que tem um empreendimento no Rio que custa cerca de R\$ 50 mil o metro quadro, só que a pessoa que comprou não pegou financiamento, não se endividou, não criou nenhum risco sistêmico. Então está muito longe disso. Temos é que continuar com um ambiente macroeconômico favorável, e buscar continuar reduzindo os juros, pois eles precisam baixar ainda mais para que seja possível haver uma prestação que caiba cada vez mais no bolso de quem compra.

C&P – A qualidade da mão de obra, ou mesmo a escassez da mão de obra, é um dos fatores para os preços elevados dos imóveis? Se não, quais são os fatores?

NS – Temos uma série de coisas. Primeiro, houve um aumento considerável na relação do preço do metro quadrado nas cidades, então se tem um terreno caro, escasso e caro. É um fator importante disso. O outro é parte da produção mesmo, há dificuldade de encontrar determinados tipos de materiais, a mão de obra está tendo um peso muito grande e, ao mesmo tempo, não há uma produtividade, qualidade, isso requer um custo adicional, com atraso de obras, e tudo isso impacta no preço final.

C&P – No caso, a mão de obra ainda é escassa?

NS – Hoje melhorou, mas o cenário piorou um pouquinho. Reduziu o

Hoje se paga (fora o Minha Casa Minha Vida, que ainda está em 4,5%) uma faixa de 9% a 10% (de financiamento) ao ano. o que ainda é um valor alto, se comparado a lá fora

número de loteamentos, não se está em condição de incerteza e tudo isso o mercado imobiliário sente. Com isso houve uma pressão menor em cima da mão de obra, mesmo assim, com as mais especializadas, existem dificuldades. O que foi que aconteceu? Como o mercado estava muito achatado, muita gente saiu do mercado da construção; com o aquecimento do setor, aqueceu o setor imobiliário, aqueceu também o de obras públicas, de uma vez só. Isso fez com que tivesse muita gente nova entrando para o setor, muita gente com pouca experiência. Com isso e com os acordos que foram feitos de aumentos salariais, pagou-se a essa pessoa sem experiência, sem nada, o mesmo valor pago a quem era mais experiente, então teve um problema muito grande de perda de mão de obra qualificada. A produtividade caiu muito. Tivemos o aumento do custo da mão de obra e a redução da produtividade.

C&P – Os financiamentos ainda são muito elevados em relação ao padrão internacional?

NS – Ainda estão elevados, sim. Hoje se paga (fora o Minha Casa Minha Vida, que ainda está em 4,5%) uma faixa de 9% a 10% (de financiamento) ao ano, o que ainda é um valor alto, se comparado a lá fora.

C&P – No caso do Minha Casa Minha Vida, qual é o papel social e econômico desse programa?

NS – Dar acesso a uma grande parcela da população que não tinha acesso à casa própria. Porque, pelo Minha Casa Minha Vida, se tinha aquela classificação de zero a três salários e acima de três a dez (salários); de zero a três, você tem o subsídio completo. E de três a dez, subsídios decrescentes até chegar a dez. Mesmo assim, uma pessoa que comprou um apartamento de R\$ 70 mil ou 75 mil, tem um subsídio de R\$ 15 mil e vai pagar R\$ 4.800,00 de juros.

C&P – Qual a posição da Ademi em relação ao novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano?

NS – Hoje não temos. Na realidade, estamos hoje em um processo de judicialização. Isso fez com que chegássemos ao mês de julho sem aprovar um único projeto, o que é extremamente preocupante para o nosso setor.

C&P – A expansão imobiliária também pode estar atingindo áreas de preservação ambiental? E como a Ademi se posiciona em relação a essa questão?

NS – A Ademi se posiciona de maneira clara e objetiva: nós somos a favor do meio ambiente, temos um trabalho muito forte nessa área. Estamos fazendo, inclusive neste ano, o IV Fórum de Sustentabilidade, trazendo um palestrante de renome

O déficit habitacional na Bahia, hoje, é em torno de 600 mil unidades; na Região Metropolitana, em torno de 120 mil unidades; até 2023, há uma expectativa de que se tenham dois milhões de unidades para a Bahia e 60 mil unidades para a Região Metropolitana

internacional sobre energias renováveis, já publicamos guias de sustentabilidade voltados às empresas e temos um Guia de Consumo Consciente, voltado para os adquirentes dos imóveis, os condôminos, entre outros; então nós temos essa preocupação muito grande.

C&P – É possível que o setor, pela baixa oferta de áreas para novos empreendimentos, possa se expandir para outras cidades da Região Metropolitana?

NS – Já está acontecendo isso. No mercado imobiliário hoje temos, na Pesquisa Ademi: Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Feira de Santana. Hoje, 50% do que nós vendemos está fora de Salvador.

C&P – Qual a principal região onde esse mercado se encontra?

NS – Fora de Salvador, é a região de Lauro de Freitas e Camaçari.

C&P – E quais as perspectivas de crescimento do setor para os próximos anos?

NS – O déficit habitacional na Bahia, hoje, é em torno de 600 mil unidades; na Região Metropolitana, em torno de 120 mil unidades; até 2023, há uma expectativa de que se tenham dois milhões de unidades para a Bahia e 60 mil unidades para a Região Metropolitana, então temos aí um grande universo para atender. Precisamos ter pessoas competentes o suficiente para gerar empreendimentos, unidades habitacionais que respeitem o meio ambiente. E precisamos também, cada vez mais, ter condições de fazer com que haja o acesso para quem necessita. Então, hoje o que se precisa saber é o seguinte: onde é que está essa demanda? É preciso também melhorar a questão de mobilidade urbana, senão isso complica a vida de todo mundo. Para o atendimento dessa forte demanda, em aspecto habitacional imenso no Brasil, temos que pensar áreas de vetores de crescimento da cidade, dotar de infraestrutura, suprir de tal forma que as pessoas possam morar, trabalhar, estudar nessas regiões que estão crescendo, porque não adianta querer que as pessoas transitem de um lado para o outro e não dar condições para que elas façam isso.



Agricultura familiar: um apêndice para o desenvolvimento econômico

Euber Oliveira da Silva*
Ubiraci de Souza Santos**

A proposta que fundamenta este trabalho é a de discutir acerca da agricultura familiar na Bahia, de modo a permitir uma melhor compreensão de sua realidade. Com este propósito, o que se pretende aqui é fazer uma incursão no universo da agricultura baiana, apresentando a agricultura familiar, sua importância, sua participação e dinâmica no processo de construção da nova ordem rural que se processa no Brasil, e em especial, na Bahia.

Dentro de uma conceituação geral pode-se apresentar agricultura familiar como sendo o cultivo da terra realizado pelos membros do núcleo familiar, objetivando o sustento da unidade familiar, a partir das atividades ali desempenhadas. Embora a agricultura fique subentendida nesse contexto como atividade estrita, dentro do novo rural o conceito já abarca outras atividades, no que se convencionou chamar de “multifuncionalidade”.

* Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). euberfisica@hotmail.com

** Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). bira_mfc@yahoo.com.br

O presente trabalho está dividido em sessões da seguinte forma: além desta introdução, a segunda seção traz uma breve exposição dos aspectos históricos que envolvem o reconhecimento da produção familiar enquanto categoria social. Assim, são apresentados conceitos sob a visão de diferentes autores e considerações sobre a evolução da agricultura familiar no novo espaço rural que se desenha, tanto em nível nacional quanto estadual. Também é abordado o papel do Pronaf para a consolidação da unidade familiar de produção enquanto um segmento social do meio rural.

Na sessão seguinte busca-se situar a agricultura familiar no cenário da agricultura baiana apresentando os contornos de uma realidade que se expressa em dificuldades e limitações, mas também em superação e perseverança. Uma exposição de dados ilustra o papel fundamental exercido pela agricultura familiar tanto no âmbito estadual quanto no de cada localidade específica.

A discussão a que se propõe o trabalho tem como fio condutor a seguinte indagação: qual o papel da agricultura familiar no contexto do novo rural baiano? Em princípio, espera-se reconhecer na agricultura familiar o seu importante papel, não apenas econômico, mas também social, ambiental e ecológico. Do mesmo modo, compreender a dinâmica na qual se insere, e a que se deve essa importância.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Até meados dos anos 1980 as discussões acerca da agricultura no Brasil não tipificavam a pequena propriedade enquanto um segmento social do meio rural. A partir daí a emergência do tema lhe confere uma amplitude maior, sobretudo no meio acadêmico, tornando-se objeto de pesquisas para sociólogos, economistas, historiadores e outros. O advento dos movimentos sociais no campo também teve influência significativa para a difusão do tema, que já era amplamente discutido em países como Inglaterra e França.

A década de 1990 marcou um período de grandes transformações no país. No meio rural, além da consolidação

do modelo produtivista moldado na chamada “revolução verde”, outras transformações também ocorreram delineando os contornos de uma nova realidade que se desenhava no campo. Nesse novo cenário a pequena unidade produtiva viria a se firmar como uma nova categoria social. Era o surgimento, enquanto segmento social, da agricultura familiar.

Conforme salienta Wanderley (1995), do ponto de vista social a agricultura familiar sempre existiu, embora jamais tivesse sido reconhecida como categoria social, propriamente, e recebesse a importância que conquistou nas últimas décadas.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 1995, p. 21).

Conceitualmente, Abramovay (1992) promove a agricultura familiar como o viés para o desenvolvimento das famílias agricultoras. Para ele, isso se dá a partir de um processo de modernização e inserção no mercado. Esta visão fundamenta sua teoria de que o desenvolvimento da agricultura familiar segue a lógica da modernização, mecanização e capitalização do produtor familiar brasileiro. A ideia tem suas bases nas experiências de cientistas e pesquisadores contemporâneos da Europa e dos Estados Unidos. De outro modo, a agricultura familiar é definida por Bitencourt e Bianchini (1996) a partir de dois elementos básicos que a caracterizam: renda e trabalho. Assim, defende que:

Agricultor familiar é todo aquele agricultor que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (BITENCOURT; BIANCHINI, 1996).

Guanziroli e Cardim (2000) definem como agricultores familiares àqueles que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida

pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país (no caso da região sudeste, a área máxima por estabelecimento familiar foi de 384 ha). Historicamente, muitas terminologias foram usadas para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social. Entretanto, não se pode afirmar que este segmento tenha recebido tratamento prioritário pelos governos, haja vista que a agricultura patronal tem concentrado, nos últimos anos, mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional. Cabe ressaltar, no entanto, que no caso Brasil, o comportamento adotado pelos agricultores que compõem esse grupo de trabalhadores promoveu, com o decorrer dos tempos, mudanças importantes dentro do processo de produção familiar – diz-se, da combinação de subsistemas intensivos e extensivos; diversificação; grande capacidade de adaptação; estratégia de acumulação progressiva – objetivando sobreviver frente ao modelo produtivista estabelecido, que é altamente intensivo em bens de capital e alta tecnologia.

Nesse contexto, sobressaem dois fatores principais que influenciaram de forma decisiva para a consolidação da agricultura familiar. Primeiro, a efervescência dos movimentos sociais no campo, materializada através

da mobilização de diversas categorias como, posseiros, arrendatários, meeiros e assentados. Segundo, a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado em 1996, que se caracteriza como sendo o agente financiador de projetos individuais ou coletivos, capaz de gerar renda aos agricultores familiares e assentados.

Paralelamente, cresceram também os debates acadêmicos acerca das transformações ocorridas no meio rural e da questão agrária no Brasil. O conceito de rural ganhou novos contornos onde a similaridade entre o espaço rural e as atividades produtivas no campo não mais se sustentava. Embora se observe essa reformulação no que concerne aos conceitos, na prática, não há dissociação entre eles. O que de forma mais específica promoveu uma nova conotação da agricultura familiar foram os horizontes alternativos de sobrevivência abertos a partir do novo conceito de rural. Essa nova configuração da unidade produtiva familiar culmina, em caráter específico, com aspectos da multifuncionalidade no campo, transformando o trabalhador familiar em um homem pluriativo, características estas, pelas quais serão tratados em seções posteriores.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO BAIANO

A Bahia atualmente é o estado brasileiro com o maior número de agricultores familiares. Com seus 665.831 empreendimentos familiares, congrega 87% dos estabelecimentos agropecuários do estado, 15% de toda agricultura familiar do país e a uma contribuição em torno de 11% para o PIB baiano. Essas unidades familiares ocupam 34% da área total dos estabelecimentos agropecuários e são responsáveis por 81% do pessoal ocupado no meio rural (1,8 milhão de pessoas) e 44% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado. Na Bahia, a agricultura familiar responde por 91% da produção de mandioca, 83% do feijão, 76% dos suínos, 60% de aves e 52% da produção de leite (BRASIL, 2011).

Com vistas a fomentar o desenvolvimento do setor, ampliando a oferta de serviços públicos para garantir melhor condições de vida no campo, foi assinada em

A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social

2011 a Lei Estadual 12.372 que estabelece a política e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Segundo a Secretaria de Agricultura, o objetivo do Estado, (que registrou a marca de 400 mil agricultores assistidos até 2011) é ampliar e qualificar a assistência técnica no campo e chegar aos 100% de famílias atendidas, com o ATER. O problema é dispor de profissionais suficientes para atingir esta meta.

Segundo Buainain e Romeiro (2000), a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, atividades de criação de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para abastecer o mercado. Nesse contexto, o produtor familiar transita entre o campo e a cidade assumindo um papel importantíssimo: o de principal provedor de alimentos.

Tal atributo lhe é conferido em função da insuficiência de oferta (por parte da agroindústria) dos produtos agrícolas que se constituem na base do consumo alimentar. Com o advento do modelo produtivista os grandes produtores passaram a atender somente o mercado externo e a agroindústria, recaindo sobre os pequenos produtores a responsabilidade de produzir para abastecer o mercado interno. Essa nova dinâmica produtiva ensejou uma grande transformação no campo que culminou no Novo Rural Brasileiro.

Este novo cenário que se desenhou traz implícito um caráter multifuncional, reeditando as concepções acerca do “espaço rural”, além de incluir preocupações com o meio ambiente. O desenvolvimento rural visto sob esta ótica representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina tecnologias, tomando decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

Conforme visto, a Bahia se insere no contexto desse novo rural sob o predomínio da agricultura familiar. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), cerca de dois terços das propriedades rurais do estado estão no âmbito dessa categoria.

Com o advento do modelo produtivista os grandes produtores passaram a atender somente o mercado externo e a agroindústria, recaindo sobre os pequenos produtores a responsabilidade de produzir para abastecer o mercado interno

Nas diversas regiões onde as atividades no meio rural sobressaem como vetor de impulso econômico, é possível observar a existência de pontos de interconexão nas relações entre o modelo produtivista (agroindústria) e a produção familiar. Um bom exemplo disso pode ser observado na região Oeste. Nas cidades de Angical, Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Catolândia, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley, pode-se verificar uma relação de proximidade entre a agricultura familiar (baseada na policultura de subsistência) e o agronegócio moderno (mecanizado e voltado para a exportação). Um caso onde a produção familiar fornece produtos primários para a agroindústria, que faz o processamento e comercializa com o mercado.

Ironicamente, o maior território em extensão cultivável encontra-se no semi-árido baiano. Sem nenhuma grande agroindústria e, principalmente, sem a presença do Estado com políticas públicas de desenvolvimento específicas para essa região, apresenta como característica principal a agricultura familiar de subsistência. Sem o estímulo do Estado e desprovidos das condições necessárias ao desenvolvimento produtivo, os pequenos produtores enfrentam sérias dificuldades, inclusive para o próprio sustento.

Nas discussões acerca da evolução do espaço rural baiano e sua dinâmica produtiva um dos aspectos mais presentes é a questão da multifuncionalidade. Diante da diversidade da agricultura na Bahia, a multifuncionalidade se expressa em diversos níveis. De modo mais sobressalente se manifesta na mescla das atividades, onde estas não mais se restringem ao plano agrícola, mas, desenvolve-se também sob formas alternativas explorando as oportunidades geradas pela proximidade com o urbano. Nessa linha, já não é incomum encontrar em comunidades rurais atividades desenvolvidas com o objetivo de complementar a renda familiar, como comércio, turismo, lazer, serviços e outras.

De outro modo, a própria atividade agrícola adquire novo ânimo com o advento de elementos incrementais como a acessibilidade às informações, facilitada pela popularização da internet (principalmente); o acesso do produtor familiar ao sistema bancário, abrindo as portas para participação em projetos através da concessão de financiamentos; o suporte técnico especializado e orientação (mesmo em pequena escala); o maior envolvimento e engajamento comunitário, estabelecendo parcerias e atuando de forma mais coletiva.

Nessa mesma linha incluem-se as novas técnicas de plantio e manejo que tem se desenvolvido a partir de preocupações com o ambiente, com o ecológico e o social. Assim, citam-se as experiências com a policultura, a agroecologia, a permacultura, etc.. Esta nova forma de produzir, mesclando novas técnicas com preservação ambiental e da saúde, vem atender a uma demanda cada vez mais crescente nos dias de hoje: a busca por alimentos mais saudáveis produzidos organicamente.

Do lado das adversidades ainda há muito que se discutir. Entretanto, este se constitui num território muito amplo dado as especificidades e peculiaridades de cada região, de cada sistema de produção e mesmo de cada subsistema. A diversidade de características observadas nesses sistemas familiares não permite ações em um plano global, pois, cada região, cada sistema, constitui-se numa realidade específica, mesmo havendo pontos em comum. Deste modo, tem-se que muitas ações por parte do Estado podem até contemplar essa categoria de produtores numa escala global. Sabe-se, no entanto, que as possibilidades

Esta nova forma de produzir, mesclando novas técnicas com preservação ambiental e da saúde, vem atender a uma demanda cada vez mais crescente nos dias de hoje: a busca por alimentos mais saudáveis produzidos organicamente

de sucesso nesses casos são minimizadas pela diversidade. O que se pode inferir diante dessas observações é que o estado tem feito pouco e de forma ineficiente. Em contrapartida, os produtores familiares têm feito muito, diante do pouco incentivo que recebem.

Assim, a agricultura familiar começa a dar sinais de que não basta ter o dinheiro para realizar projetos, é preciso também ampliar os horizontes da visão. A idéia em torno das ações de política pública ainda se limita ao Pronaf. É preciso trabalhar a capacitação, fornecer suporte técnico e assistência ao produtor familiar. É preciso ainda, estreitar a distância entre o produtor e o conhecimento através de projetos que trabalhem, além da capacitação técnica, a educação ambiental, ecológica, social e econômica.

CONCLUSÃO

As observações aqui empreendidas objetivaram discutir o papel da agricultura familiar no novo cenário da agricultura baiana. Conforme foi exposto, a produção familiar assume um papel fundamental no processo de construção da realidade econômica, social, ambiental e ecológica das regiões ou localidades onde se inserem. Os dados apresentados corroboram com esta afirmação ao ilustrar a presença da agricultura familiar no cenário da agricultura e da própria economia do estado.

Viu-se que as dificuldades e limitações são comuns às pequenas propriedades e que as políticas para o setor não contemplam suas reais necessidades, pois são implementadas de modo mais generalistas e menos específicas. Desta forma não conseguem atender às demandas específicas de cada região ou sistema de produção. O Pronaf aparece como importante fomentador do desenvolvimento do setor, mas, apesar disso, não consegue por si só, abarcar todas as demandas dos produtores.

Pelo importante papel que desempenha, tanto economicamente quanto socialmente, a agricultura familiar suscita um interesse maior por parte do estado no sentido de suprir suas necessidades mais elementares como suporte técnico, programas de capacitação, incentivos financeiros e orientação adequada. Por fim, a incursão pelo tema ratifica o importante papel da agricultura familiar para a agricultura como um todo e de modo específico, para a Bahia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC: UNICAMP, 1992.
- BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. *Agricultura familiar na região sul do Brasil*. [S.l.]: Consultoria UTF/036-FAO; INCRA, 1996.
- BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrícola*. BA: MDA lança Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 nesta quinta-feira. 2011.
- Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=8214060>. Acesso em: 5 mar. 2012.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. *A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção*. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Brasília, INCRA/FAO, 2000. 62 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 6 mar. 2012.
- CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 3., 1998, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 1998. p. 1-13. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/pub/sbs3/html>>. Acesso em: 4 mar. 2012.
- CARMO, R. B. A. *A questão agrária e o perfil da agricultura brasileira*. 1999. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/RevBaAgr/rev_112000/questaoagraria.htm>. Acesso em: 4 mar. 2012.
- CASEIRO, A.; WAKATSUKI, A. C. Status da produção de peixes de água doce no Brasil. *Revista Aqüicultura e Pesca*, São Paulo, n. 2, jul./ago. 2004.
- GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. *Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 25 jul. 2005.
- GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO; INCRA, fev. 2000. 74 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>. Acesso em: 5 mar. 2012.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PEREIRA, Lisanil da Conceição. *A questão agrária e o campesinato*. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/aguestaoagrariaecampesinato11.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2012.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. 1999. 470 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA; CNDRS; NEAD, 2001. 108 p. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd30/brasil.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2012.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, Campinas, SP, v. 25, n. 2/3, p. 37-47, 1995.



A relação entre educação e crescimento econômico na Bahia: uma análise para o período 2000-2010

Laércio Damiane Cerqueira da Silva*

Semíramis Manguiera de Lima**

A temática do crescimento econômico sempre foi de grande interesse e de debate entre os economistas. A ciência econômica tem se preocupado em entender os padrões de crescimento entre países e regiões, pois diferenças persistentes nas taxas de crescimento do produto conduzem, no longo prazo, a enormes desigualdades no bem-estar da população.

À medida que novos avanços teóricos e o registro empírico modificam-se, surgem novas recomendações de política econômica para estimular o crescimento econômico, sendo concentrada cada vez mais a sua atenção nos investimentos em capital humano, sobretudo em educação.

A busca por uma explicação teórica do papel da educação no crescimento econômico iniciou-se com Uzawa (1965), que introduziu o setor educacional no modelo de crescimento econômico como forma de gerar crescimento contínuo e sustentado no longo prazo. Os trabalhadores do setor educacional eram a fonte dos aumentos na produtividade dos demais trabalhadores e, conseqüentemente, da economia. Porém, o modelo teórico que consagrou esta importância do capital humano em gerar crescimento sustentado foi o proposto por Lucas (1988). O estudo apontou para a existência de efeitos das externalidades da acumulação de capital humano, sendo realizada no setor educacional, sobre a produtividade da economia. O estoque de capital humano agregado gera um efeito *spillover*, ou transbordamento, que mais do que justifica os investimentos públicos em educação devido ao ganho social ocorrido.

Romer (1986) resalta outro aspecto muito importante quando mostra que a educação também qualifica os indivíduos a trabalharem na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Dessa forma, a capacidade dos indivíduos em terem novas ideias e produzirem novas tecnologias afeta positivamente a produtividade agregada da economia.

Em síntese, a importância do capital humano para o crescimento econômico deriva da ideia de que os indivíduos com maior nível de conhecimento, e por sua vez, maiores habilidades, tornam-se mais produtivos, contribuindo para gerar um maior nível de produção, além de possibilitar a inovação das técnicas produtivas. Essa linha teórica ganha maior respaldo ao se verificar, a partir da década de 1980, a eclosão de um novo paradigma tecnológico na economia mundial, na qual a variável educação tem papel preponderante.

Neste sentido, o presente trabalho pretende contribuir com a literatura do crescimento econômico relacionado à formação de capital humano, analisando o estado da Bahia, no período 2000-2010. A abordagem teórica utilizada no trabalho é a da teoria de crescimento endógeno em que crescimento econômico sustentado só é possível com o emprego de tecnologia que, por sua vez, depende da educação.

* Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB). Professor do Departamento de Economia (UFPB). laerciocerqueira@hotmail.com

** Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB). Professora do Departamento de Economia (UFPB). Professora de Economia da Faculdade Maurício de Nassau/PB. semiramiseconomia@hotmail.com

Para tanto, foram utilizadas três *proxies* para capital humano e físico, num modelo de regressão linear, estimados por Mínimos Quadrados Ordinários.

Como bem expõem Kroth e Dias (2006), as vantagens dos estudos em nível municipal em relação ao agregado é que as cidades são totalmente abertas ao comércio, apresentando livre mobilidade para os fatores de produção. A proximidade de pessoas e firmas facilitaria a transferência de conhecimento entre indivíduos, sendo o núcleo microeconômico utilizado para a explicação do crescimento em nível macro.

Os resultados demonstraram que a educação teve um efeito significativo no crescimento econômico do Estado da Bahia no período analisado.

Incluída esta introdução, o trabalho está estruturado em cinco seções. Na próxima seção, encontra-se o referencial teórico que trata do capital humano (educação) e sua relação com os modelos de crescimento econômico. A seção três apresenta os aspectos metodológicos do trabalho. A seção quatro apresenta os resultados obtidos e, por fim, a seção cinco apresenta as considerações finais do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO: EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Capital Humano

Dada a sua importância, a literatura de capital humano é antiga, mas ganhou maior respaldo a partir da década de 1980 e, como exposto em Kroth e Dias (2006), a mesma pode ser dividida em duas áreas: a primeira, microeconômica, busca mensurar os retornos monetários para o indivíduo com investimentos em educação, tendo nos trabalhos de Mincer (1974) a principal referência. A segunda área, macroeconômica, procura explicar de que forma o capital humano contribui para gerar crescimento econômico, construindo, assim, modelos macroeconômicos que endogenizam esta variável.

Pela via microeconômica, sobressaem os trabalhos de cunho minceriano, os quais destacam que o tempo gasto

A característica de que o progresso tecnológico possa ser gerado pelo acúmulo de capital humano (endógeno, portanto, ao modelo) é a grande inovação perante o modelo de Solow

em educação pelo indivíduo (anos de escolaridade) é responsável pela explicação da melhora de seus rendimentos, ou seja, indivíduos mais qualificados, que por sua vez são mais produtivos, auferem salários mais elevados.

No lado macroeconômico, são relevantes os dois maiores benefícios gerados pelo capital humano: i) o incremento do nível educacional favorece a produção de ideias, que por sua vez serão transformadas em inovações tecnológicas, originando novos produtos, bem como melhoria nos processos produtivos; e, ii) o maior nível educacional aumenta a habilidade dos indivíduos, possibilitando-os a utilização de maior volume de capital/tecnologia e produtividade

Consoante ao primeiro aspecto, podem ser apontados os trabalhos de Romer (1986) e de Mankiw, Romer e Weil (1992), os quais são extensões do modelo de Solow (1956) e demonstram que o capital humano é responsável pela criação do progresso tecnológico (devido aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento) gerando ganhos de produtividade (retornos crescentes), possibilitando o crescimento no longo prazo. A característica de que o progresso tecnológico possa ser gerado pelo acúmulo de capital humano (endógeno, portanto, ao modelo) é a grande inovação perante o modelo de Solow.

Lucas (1988), no entanto, concentra seu estudo na segunda tese, isto é, retrata a ênfase do capital humano tornar a mão de obra mais produtiva. Outra variante é que o autor trata o modelo para uma economia aberta, possibilitando, assim, a difusão (*spillovers*) das novas

ideias (conhecimento) e tecnologia entre países ou, ainda, migração dos fatores de produção para áreas onde a remuneração destes fatores é maior, devido aos mesmos serem escassos. Esta seria uma explicação para países que investem menos em educação e, ainda assim, obtêm taxas de crescimento maiores. Neste sentido, mesmo não ocorrendo inovações, é necessária mão de obra qualificada para que se possa empregar a tecnologia.

O autor expõe também que a educação gera externalidades positivas sobre toda a economia. Isto significa que o capital humano de um indivíduo particular contribui para melhorar o capital humano dos demais indivíduos à sua volta, contribuindo para a geração de capital social e melhoria das instituições (KROTH; DIAS, 2006).

À guisa dos modelos de crescimento econômico

Duas abordagens teóricas têm sido muito utilizadas para explicar a relação entre educação e crescimento econômico: a abordagem neoclássica, destacadamente o Modelo de Solow (1956), em que a educação é adicionada no modelo como mais um insumo de produção de onde se conclui que a acumulação de novas habilidades é relevante para o crescimento econômico; uma segunda abordagem, a teoria de crescimento endógeno, em que crescimento econômico sustentado só é possível com o emprego de tecnologia que, por sua vez, depende da educação.

Na análise neoclássica, Solow retrata que o crescimento é derivado, sobretudo, da acumulação do capital por trabalhador, destacando-se o fator exógeno tecnologia. Embora a variável tecnologia seja a fonte do crescimento sustentado no longo prazo, ela não é explicada pelo modelo.

De acordo com Jones (2000), este enfoque não consegue prever que as economias registram um crescimento sustentado da renda *per capita*. Isso ocorre porque este modelo apresenta rendimentos marginais decrescentes para o capital, onde se identifica que, para gerar crescimento sustentado na renda *per capita*, tem-se que introduzir o progresso tecnológico.

Os modelos de crescimento endógeno ou nova teoria do crescimento buscam entender as forças econômicas que estão por trás do progresso tecnológico, em vez de supor que o crescimento se dá em decorrência de melhorias tecnológicas exógenas

Contudo, com a introdução do capital humano, este modelo pode ser melhorado, o que significa reconhecer que a mão de obra tem diferentes níveis de instrução e qualificação.

Percebe-se, então, que as lacunas deixadas por Solow motivaram vários estudos que buscaram explicar qual a origem deste progresso tecnológico. Estes trabalhos, que ganharam maior notoriedade a partir do final dos anos 1980, passaram a ser conhecidos como modelos endógenos de crescimento econômico devido inserir a variável capital humano como produção, endogeneizando, assim, variável progresso técnico. Dentro deste rol de estudos, destacam-se os de Romer (1986), Lucas (1988) e Mankiw, Romer e Weil (1992).

Os modelos de crescimento endógeno ou nova teoria do crescimento buscam entender as forças econômicas que estão por trás do progresso tecnológico, em vez de supor que o crescimento se dá em decorrência de melhorias tecnológicas exógenas. Nesses modelos, o conhecimento é visto como objeto de uma difusão instantânea por todos os agentes de um sistema econômico, desde quando não existam barreiras jurídicas, a exemplo da propriedade intelectual e de patentes.

Daí, sem o acúmulo de conhecimento, não existe crescimento econômico sustentado. A dinâmica que surge da interação entre poupança e educação tem por efeito a

influência mútua entre a produtividade do capital humano e a do capital físico, resultando em que a lei dos rendimentos decrescentes deixa de ser um fator limitante para o processo de crescimento econômico. Portanto, localidades que possuem um sistema educacional mais produtivo, gerando mais capital humano e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente, no médio e longo prazos.

A proxy para Capital Humano e o resultado de Trabalhos Empíricos

Com base em modelos endógenos de crescimento econômico apontados na subseção anterior, existe um infinito número de trabalhos empíricos, com o objetivo de encontrar uma *proxy* para a variável estoque de capital humano e, sequencialmente, verificar se o mesmo precede crescimento econômico.

A grande discussão destes trabalhos refere-se à *proxy* utilizada para o estoque de capital humano, que implicará diretamente nos resultados da variável dependente. As medidas que normalmente são encontradas nos trabalhos referem-se ao número de alunos matriculados, ou porcentagem de concluintes, que estão mais relacionadas às variáveis de fluxo do que de estoque; e a taxa de alfabetização ou nível educacional (anos de estudo) que, apesar de serem variáveis de estoque, há a crítica sobre os pesos dados a cada ano adicional de estudo.

Com isso, a *proxy* calculada por Barro e Lee (1993) passou a ser bastante utilizada nos trabalhos empíricos e refere-se à média de escolaridade da população acima de 25 anos, contemplando uma amostra de 129 países para o período de 1960 a 1985. Sob este detalhe metodológico na construção dos índices ou na especificação dos modelos, muitos trabalhos não encontram a relação positiva entre capital humano e crescimento.

O estudo de Krueger e Lindahl (2001) traz uma nova interpretação sobre o impacto do capital humano para o crescimento. Os autores partem da mesma *proxy* utilizada por Barro e Lee (1993), mas utilizam uma nova base de dados, a WVS (*World Values Survey*) para 34 países, sobre o período de 1960 a 1990. A conclusão que chegaram foi

O estudo de Krueger e Lindahl (2001) traz uma nova interpretação sobre o impacto do capital humano para o crescimento

que para períodos curtos de tempo, até 5 anos, a educação tem pouca ou nenhuma influência sobre o crescimento econômico. No entanto, para períodos maiores, de 10 a 20 anos, a influência é alta e significativa, um coeficiente em torno de 0,18, apontando que é necessário um período mínimo para a educação exercer os efeitos de transbordamento (*spillovers effects*) sobre a economia.

Dias e McDemorth (2003), partindo do princípio de não-linearidade dos retornos da educação, para evidenciar o efeito do valor de barreira (*threshold effect*), confirma a hipótese que o capital humano gera retornos crescentes sobre a economia. Para tanto, partem da construção de uma *proxy*, com base em um modelo macro-Minceriano para um conjunto de 109 países para o período de 1960 a 1990, utilizando dados da WVS. Dessa forma, os autores chegaram à conclusão de que a acumulação de capital humano possui duas fases, na primeira variando de 4 a 8 anos de estudo, a qualidade do capital humano não possui capacidade de gerar um processo cognitivo para gerar maiores retornos sobre a produtividade.

Kroth e Dias (2006), buscando demonstrar a contribuição dos capitais físico e humano para aumentar o produto municipal *per capita* dos municípios da região Sul do Brasil, num estudo econométrico de dados em painel, encontraram como resultado o efeito causal positivo das variáveis capital humano e investimento público, tanto pelos governos municipais como das outras esferas e do produto municipal *per capita* defasado.

Teixeira e Silva (2006) verificando a importância da educação no crescimento econômico dos municípios Paulistas entre 1980 a 2000, sugeriram um reduzido

efeito da influência da educação no crescimento econômico dos municípios no período analisado, sendo que na maioria das especificações a variável educação aparece com sinal negativo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Base de Dados

Para a análise da relação entre educação e crescimento econômico, o trabalho analisa o estado da Bahia, no período de 2000-2010. As variáveis utilizadas no trabalho são: Produto Interno Bruto, energia elétrica residencial, população em idade ativa e a média de escolaridade da população acima de 25 anos para o estado.

Os dados do Produto Interno Bruto de 2000-2010 foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados sobre energia elétrica residencial, que são utilizadas como *proxy* para capital físico, foram coletadas junto ao Balanço Energético Nacional, divulgado pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Como *proxy* para força de trabalho, são utilizados dados da população com idade ativa. São considerados em idade ativa pessoas com 15 a 64 anos de idade.

Os dados sobre educação, representados pela média de anos de estudo da população acima de 25 anos, os quais são *proxies* para capital humano, foram coletados junto ao IPEADATA, organizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

Metodologia Econométrica

Seguindo os procedimentos metodológicos de Teixeira e Silva (2006), os dados utilizados neste estudo são do tipo *cross-section*, ou seja, são dados coletados sobre unidades de amostra em determinado período de tempo, como, por exemplo, o PIB dos municípios do Estado da Bahia para ano de 2000. Como os modelos são estimados

em termos de taxa de crescimento, construiu-se o banco de dados para dois pontos no tempo – 2000 e 2010.

Formularam-se Modelos de Regressão Múltipla padrão para as equações que expressam os modelos teóricos descritos na seção anterior, considerando que o termo aleatório (ε_i) de cada modelo assim seja especificado: $\varepsilon_i \text{ iid } \sim N(0, \sigma^2)$.

A análise dos resultados empíricos é condicionada, portanto, à não-rejeição das hipóteses do modelo econométrico. Para verificar se tais hipóteses serão suportadas pelos dados, realizou-se uma sequência de testes de especificação, que podem ser encontrados em Hill (2003):

1. teste de especificação incorreta do modelo (teste Reset), que tem o objetivo de verificar se o modelo é adequado (forma funcional) e se não foi omitida nenhuma variável importante;
2. teste de White para heterocedasticidade, uma vez que este erro de especificação é comum em dados de *cross-section* e torna enganosos os testes de hipóteses e o intervalo de confiança – na hipótese de heterocedasticidade sem padrão possível, a correção se deu por Estimador de White;
3. avaliação do grau de multicolinearidade presente nos dados;
4. significância individual e conjunta, bem como grau de ajustamento de cada modelo.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados, expostos na tabela abaixo, se apresentaram robustos com a teoria apresentada nas seções anteriores. O modelo foi estimado com a forma funcional *log*, uma vez que trata de taxas de crescimento. O resultado da estimação da equação (6) está a seguir:

$$\hat{Y} = 2,34A\delta H + 0,40K + 0,53L \quad (7)$$

O teste de Reset indica 80,85% de probabilidade de aceitação da hipótese de que o modelo está especificado corretamente. O teste de White apresentou valor de qui-quadrado de 3,79% com aceitação da hipótese de homocedasticidade de 61,73%, indicando que a estimação apresenta variância constante.

Tabela 1
Resultados da estimação

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob,
LOG(AH)	2,344719	0,131582	17,819420	0,000000
LOG(K)	0,403773	0,132928	3,037530	0,022900
LOG(L)	0,530034	0,111934	4,735251	0,003200
R-squared	0,993081	Mean dependent var		18,1606200
Adjusted R-squared	0,990775	S.D. dependent var		0,3267290
S.E. of regression	0,031381	Akaike info criterion		-3,8240240
Sum squared resid	0,005909	Schwarz criterion		-3,7582830
Log likelihood	20,208110	Durbin-Watson stat		2,4828040
White Heteroskedasticity Test:				
F-statistic	0,727484	Probability		0,617333
Obs*R-squared	3,790110	Probability		0,435156
Ramsey RESET Test:				
F-statistic	0,058480	Probability		0,818520
Log likelihood ratio	0,104653	Probability		0,746315

Fonte: Elaboração feita pelos autores.

Para detectar o grau de multicolinearidade, utiliza-se o Fator de Incremento da Variância (FIV) que identifica se a regressão viola ou não o pressuposto de relação linear entre as variáveis explicativas do modelo. FIV apresentou maior que o valor 10, indicando a presença de multicolinearidade, entretanto, esta não é prejudicial à análise, visto que a correlação entre as variáveis não supera o valor do coeficiente de determinação.

O coeficiente de determinação, ou seja, o R^2 representa a explicação das diferenças na variável dependente pelas variáveis explicativas. Quanto mais próximo de 1 (um), menor o erro e melhor o modelo. Na equação analisada, verificamos que o $R^2 = 0.993081$. Este valor nos mostra que o modelo apresenta-se bem explicado pelas variáveis.

Em termos gerais, um teste de significância estatística das variáveis é um procedimento em que os resultados amostrais são usados para verificar a veracidade ou a falsidade de uma hipótese nula, no caso, a hipótese de inexistência dos coeficientes da equação. Todas as variáveis se mostraram significativas estatisticamente a 5% de significância.

Em termos macroeconômicos, a variável grau de instrução é a que apresenta maior influência sobre o PIB do estado da Bahia. A cada acréscimo de um ano de estudo, o produto interno do estado varia 2,34%.

Assim, infere-se que o nível de estudo apresenta-se como propulsor do crescimento econômico estadual. As demais variáveis, o capital físico e a mão de obra, representados pelo consumo de energia elétrica e pela população em idade ativa, possuem impacto inferior, contudo, também influenciam diretamente o crescimento econômico na Bahia no período: Os coeficientes indicam que o aumento do capital físico e da mão de obra proporciona um incremento no PIB de 0,40% e 0,53%, respectivamente.

CONCLUSÕES

O presente artigo realizou uma investigação sobre a relação empírica entre crescimento econômico e educação para o estado da Bahia no período 2000-2010. Conforme a teoria de crescimento endógeno afirma, todas as variáveis apresentaram efeitos positivos sobre o crescimento econômico. O maior efeito é resultante da relação educação e crescimento.

O nível de estudo apresenta-se como o principal impulsionador do crescimento econômico do estado da Bahia, superando o capital físico e o número de mão de obra, o que revela uma importante conclusão: se faz necessário a ampliação da qualificação dos trabalhadores. Maior qualificação implicaria em crescimento robusto e sustentável para o estado.

Como definido na apresentação do modelo de crescimento endógeno, trabalho qualificado agrega maior valor à economia, uma vez que possibilita, através de um número maior de anos de estudo, atividades em áreas de maior nível tecnológico e consequente maior valor de produção.

Outro impacto deve-se à possibilidade de aumento da produtividade do trabalho para o estado. Com maior instrução, os trabalhadores são capazes de operar um capital físico mais moderno, que facilite e aumente a produção com redução de custos, ou seja, que aumente a sua produtividade e torne as empresas mais eficientes.

Para concluir é indispensável, dados os resultados alcançados, a formação de políticas públicas voltadas para a qualificação do trabalhador baiano. Cabendo ao Governo, em todos os níveis, incentivar o aumento do número de anos de estudo, já que este se demonstrou uma alternativa de grande impacto sobre o crescimento do PIB para o estado. Políticas educacionais ainda teriam um segundo impacto: o desenvolvimento e melhoria das condições de vida. Educação é um fator fundamental para o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, uma vez que, com maior escolaridade, os trabalhadores terão acesso a empregos de maior renda, resultando em um ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico para o estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BARRO, Robert. *Education and economic growth*. Cambridge: Harvard University: Economics Department, 2000.
- BARRO, Robert; LEE, Jong-Wha. *International comparisons of educational attainment*. *Journal of Monetary Economics*, Cambridge, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 363–394, Dec. 1993.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <<http://mme.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- DIAS, Joilson.; MCDERMOTT, John. *Aggregate threshold effects and the importance of human capital in economic development*. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 25., 2003, Porto Seguro, BA. Anais... Porto Seguro, BA, 2003.
- HILL, R. C. *Econometria*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados do PIB estadual*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- IPEADATA – Base de dados regionais. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2011.
- JONES, Charles L. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KROTH, Darlan Cristiano; DIAS, Joilson. A contribuição do crédito bancário e do capital humano no crescimento econômico dos municípios brasileiros: uma avaliação em painéis de dados dinâmicos. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.
- KRUEGER, Alan B.; LINDAHL, Mikael. *Education for growth: why and for whom?* *Journal of Economic Literature*, [S.l.], v. 39, n. 4, p. 1101-1136, 2001.
- LUCAS, Robert. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, [S.l.], n. 22, p. 3-42, 1988.
- MANKIW, Greg.; ROMER, David.; WEIL, David. A contribution to the empirics of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, [S.l.], n. 107, p. 407-437, 1992.
- MINCER, Jacob. *Schooling, experience and earnings*. New York: National Bureau of Economic Research, 1974.
- ROMER, Paul M. Increasing returns and long run growth. *Journal of Political Economy*, [S.l.], n. 94, p. 1002–37, 1986.
- SOLOW, Robert A. Contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, [S.l.], v. 70, n. 1, p. 65-94, fev. 1956.
- TEIXEIRA, Érica Rezende; SILVA, Roseli. Educação e crescimento econômico: uma análise econométrica para os municípios de São Paulo (1980-2000). *Revista Jovens Pesquisadores*, São Paulo, v. 3, n. 1 jan./jun. 2006.
- UZAWA, Hirofumi. Optimum technical change in an aggregative model of economic growth. *American Economic Review*, [S.l.], v. 6, n. 1, p.18-31, 1965.





Cooperação: um instrumento para fortalecer relações solidárias e estimular o fluxo econômico local em áreas urbanas periféricas

Luís Paulo Arena Alves*

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ÁREAS URBANAS PERIFÉRICAS

A discussão sobre alternativas para o desenvolvimento econômico local, ultimamente, está ganhando importância, principalmente porque nem as políticas públicas nem o mercado conseguem resolver a questão da pobreza e da exclusão social de um significativo número de pessoas, seja nos países desenvolvidos ou nos chamados em desenvolvimento.

Sabemos que a pobreza não somente tem uma dimensão econômica, mas também é, primeiramente, social. Ela implica na falta de oportunidades para o indivíduo em desenvolver as suas habilidades, que lhe permitam uma participação na vida cultural, social e na esfera econômica de uma sociedade.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assistente social e assessor de projetos sociais da organização internacional Kindernothilfe. luispauloarena@terra.com.br

Cabe dizer aqui que o crescimento econômico não implica, necessariamente, em crescimento social; portanto, não basta afirmar que um determinado país produziu mais. É necessário observar o que está sendo produzido, para quem está direcionada esta produção e quais os impactos sociais a ela atrelados (GRADREY; CATRICE, 2006 apud ARREGUI; WANDRELEY, 2009, p. 148).

A pobreza, produzida e reproduzida no seio das relações sociais, depende não apenas da renda, mas também do acesso ou falta de acesso aos serviços sociais, a espaços de participação, à possibilidade de usufruir da riqueza material e imaterial socialmente construída. A mensuração da pobreza, em termos de renda, é elemento indispensável para a elaboração de diagnósticos, mas está longe de esgotar a análise dos fenômenos nela contidos; daí seu inerente caráter multidimensional e a indispensável utilização de uma grade analítica que dê conta das relações existentes (INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS, 2003 apud ARREGUI; WANDRELEY, 2009, p. 147).

Ao falarmos sobre o conceito de pobreza, é importante considerarmos as contribuições de Arregui e Wanderley (2009, p. 147), que se baseiam na colocação do Instituto de Estudos Especiais (IEE).

Outro fator agravante é que, no mundo de hoje, as relações sociais estão num processo de desintegração, sendo substituídas por relações monetárias. Quem tem dinheiro, compra os serviços de que precisa: seja para cuidar dos filhos, dos doentes ou qualquer outro serviço, que antigamente talvez fosse obtido dentro da rede familiar ou dentro da sua comunidade local através de relações recíprocas, estabelecidas em valores, laços emocionais ou de parentesco.

Podemos dizer, então, que estas diversas “redes sociais solidárias” sempre têm como principal função, criar “segurança” para os seus integrantes, principalmente em situações de crise. A crescente monetarização das relações sociais faz com que o indivíduo fique mais e mais dependente da sua renda monetária para poder satisfazer as suas necessidades. Esta situação contribui para que a “pobreza econômica” tenha um impacto maior sobre a situação de vida de cada indivíduo. Octávio Ianni, ao

falar sobre o sistema, completa a discussão dizendo que “Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades sociais que constituem a questão social” (IANNI, 1991, p. 10).

Com a proposta de discutir o desenvolvimento econômico local temos que, primeiramente, ter clareza, saber quais são os nossos objetivos e resultados a serem alcançados dentro deste processo. Podemos pensar num desenvolvimento local, que tem como eixo o fortalecimento da “economia tradicional” (empresas de maior porte, políticas de investimentos etc.), esperando que isso trouxesse resultados e benefícios indiretamente para as pessoas mais pobres dessa comunidade. Ou sobre outra perspectiva, podemos partir do objetivo que é, principalmente, a construção de alternativas coletivas que possibilitem às pessoas, na maioria das vezes excluídas, consigam viabilizar o seu potencial econômico e participar ativamente do processo, sendo este através da cooperação. A partir deste objetivo, se desenvolve a respectiva estratégia que busca criar as alianças necessárias entre os atores locais. Por isso, a concepção do processo de desenvolvimento econômico local não é neutro, mas, em primeiro lugar, político, seja nos seus objetivos ou nos respectivos caminhos a seguir.

Podemos observar que a sociedade civil organizada está organizando crescentemente atividades para criar alternativas econômicas e financeiras, buscando um desenvolvimento socialmente justo. Todas estas atividades fazem parte do crescente movimento da “Economia dos Setores Populares” ou da “Economia Popular Solidária”. A forma de organização e as atividades podem variar, mas todos tem em comum o enfoque da participação efetiva e da solidariedade. Existem vários exemplos de instituições bancárias que estão tentando implementar programas de microfinanças solidárias. O novo movimento do cooperativismo visa criar formas de produção em conjunto, com uma gestão democrática e autônoma. Os grupos de “compras coletivas” organizam os consumidores para fazer as suas compras diretamente nos fornecedores ou produtores, diminuindo o custo para o indivíduo, que assim consegue melhorar o seu nível de vida. Hoje, a combinação entre a produção e o consumo, a criação de relações sociais solidárias, através da cooperação, é ao mesmo tempo economicamente viável e considerada

como essencial para o sucesso destas iniciativas. A formação de clubes de trocas insere-se neste processo e parte deste princípio do agrupamento no nível do território de pessoas que produzem e consomem dentro do seu próprio espaço.

A MOEDA SOCIAL – UMA NOVIDADE?

Durante os últimos vinte anos, podemos observar, em vários países do mundo, um rápido crescimento de atividades da sociedade civil em criar alternativas monetárias que possibilitem ultrapassar as restrições colocadas por falta de “dinheiro”, e com isso na falta de possibilidades de viabilizar o acesso aos bens para os indivíduos, e também para a comunidade como um todo. Por outro lado, podemos observar que existem potenciais não usados: pessoas desempregadas ou sem fonte de renda, mas com motivação de produzir e fazer algo, sem possibilidades financeiras ou falta de informações, como, ou para quem fazer. A introdução de uma “moeda social” com validade restrita dentro de um grupo ou uma comunidade foi o “facilitador” para viabilizar novos fluxos econômicos no nível local. Não é somente o mais fácil acesso a bens e serviços, como também a criação de laços sociais, que caracterizam o lado “social” destas novas moedas locais.

Hoje existem diversas experiências com a moeda social no mundo inteiro. Por exemplo: os mais do que 1000 *Tauschringe* na Alemanha, o *Système Echange Local* (SEL) na França e o *Local Exchange Trade Systems* (LETS) no Canadá, na Inglaterra e nos Estados Unidos. São iniciativas que muitas vezes abrangem milhares de pessoas. Na América Latina, apareceram, nos últimos anos, os *Talentos* (Chile), os *Créditos e Bônus* (Argentina), os *Conocotos* (Equador) ou os *Tlalocos* (México), entre outros. O Japão tem o seu *Gapacho*, na cidade de Saporó.

No Brasil, as moedas sociais tiveram início no final dos anos noventa. Surgiram os *Mirins* no Rio de Janeiro, o *Ecosol* em Florianópolis, o *Palmares* em Fortaleza, o *Pinhão* em Curitiba e, em Porto Alegre, o *Arcoíris* (usado durante a Feira Ecológica), o *Guajuviras*, em Canoas, o *Ybiamon* em Viamão, além dos “*Mercados das Trocas Solidárias*” organizados nos Fóruns Sociais Mundiais.

Esse país é um dos exemplos mais citados em relação à questão de experiências exitosas ao aplicar moedas locais para estimular o desenvolvimento econômico de comunidades locais

Em todos os lugares, as trocas começaram num pequeno grupo de pessoas, que muitas vezes são amigos, vizinhos ou tiveram outro vínculo. Estes grupos cresceram muito em pouco tempo e formaram novos grupos, até integrar uma rede maior, como é o caso da RedLases na Argentina. Esse país é um dos exemplos mais citados em relação à questão de experiências exitosas ao aplicar moedas locais para estimular o desenvolvimento econômico de comunidades locais. O primeiro Clube de Trocas nasceu em Bernal, Província de Buenos Aires, em 1º de maio de 1995.

Nos “clubes de trocas” a participação é voluntária, mas é baseada em princípios éticos de solidariedade. Cada “sócio” é produtor e consumidor (prossumidor) no seu clube. São intercambiados produtos, serviços e conhecimentos. Os “sócios” não usam dinheiro para as transações, somente a própria moeda local, que somente tem valor dentro do grupo e entre os diversos grupos de troca, conforme mútuo acordo. A moeda não pode ser acumulada, ela somente agiliza as trocas.

TÉCNICA PARA INICIAR UM GRUPO DE TROCAS: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Para a apresentação e socialização da ideia das trocas e seus princípios básicos, os multiplicadores aplicam a metodologia da “*simulação*”. Depois de uma introdução rápida sobre os objetivos e princípios da economia dos setores populares ou economia solidária, arte-se para um exercício prático com as seguintes etapas:

- Num primeiro momento, é introduzida a experiência da troca direta. Para este fim, o facilitador pede para os participante dobrarem uma folha de papel 4 vezes, que resulta em 8 quadrados iguais. Em 6 quadrados, o participante coloca um produto/serviço que ele quer vender. Em 2 quadrados, ele/ela coloca algo que tem, mas não tem mais valor e quer trocar. Em cada um dos 8 quadradinhos, a pessoa coloca o seu nome e o valor, correspondente ao valor em moeda real. Depois disso, o grupo tem 10 minutos para realizar as suas compras e vendas. Em seguida, é feita uma avaliação em conjunto sobre duas perguntas: Como você se sentiu durante a realização das trocas e qual foi o resultado? Estas perguntas ajudam a refletir sobre as possibilidades e limitações da troca direta.
- Num segundo passo, é introduzida a “moeda social” para facilitar as trocas entre as pessoas. Para isso, cada participante recebe certa quantidade de cartolinas, já preparadas anteriormente, como moeda. Denominamos esta moeda de “solidar”. Cada participante recebe 5 x 1 solidar, 5 x 2 solidar e 1 x 5 solidar, somando 20 solidares. Novamente, o grupo tem 10 minutos para realizar a sua feira. Depois, o grupo avalia esta experiência com a moeda social, refletindo sobre o fluxo da moeda: (Quantos solidares tenho neste momento? De quem eles vêm? Quantas transações eu fiz? A troca foi mais difícil ou mais fácil com a moeda social?); o seu perfil pessoal (sou mais “vendedor” ou “comprador” ? Sei negociar em função da minha necessidade?).
- Desta forma, a pessoa faz uma autorreflexão sobre a sua personalidade. Alguns são melhores em vender, outros mais tímidos. Também encontramos as pessoas que facilmente compram, mas não se dão conta de que também precisam vender/produzir para balançar as contas. Ao redor da “moeda” sempre existe a magia do “acumular e guardar”. Mas neste caso, a pessoa vai se dar conta de que o sistema somente vai funcionar se todos produzirem e consumirem ao mesmo tempo. Poupar a moeda não faz sentido, não acumula “juros”, e tirá-la do “circuito” significa que o grupo vai perder o seu “poder aquisitivo coletivo”.

Na prática, este exercício mostra-se como sendo muito positivo, porque desperta nas pessoas um

A troca não é nada de novo, mas muitas vezes foi esquecida. O novo é fazer a troca de forma organizada, de ter estas atividades regularmente e com uma variedade maior

conhecimento sobre a troca já existente, oriundo do seu dia-a-dia: (por exemplo, as vizinhas trocam um ovo por uma xícara de açúcar). A troca não é nada de novo, mas muitas vezes foi esquecida. O novo é fazer a troca de forma organizada, de ter estas atividades regularmente e com uma variedade maior. A partir disso, normalmente, surgem pessoas que começam a liderar o processo de iniciar um grupo deste no seu contexto local. Também, neste processo da simulação, já fica óbvio que a formação de um novo grupo tem que ser construído com os princípios da solidariedade e da cooperação, que dá o “lastro” para as atividades e transações a serem realizadas. Somente o comprometimento coletivo com base nestes princípios (solidariedade e cooperação) é que garante que não haverá abuso por parte de poucos.

OS CLUBES DE TROCAS NA PRÁTICA: A FORMAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS

No início da formação de um Clube de Trocas, é importante chamar a atenção das pessoas para se associarem ao grupo, qual será a moeda local a ser usada por este, e com a logística: (local, material, preparativo etc.). Neste primeiro momento, isso é importante para poder dar início às atividades e mostrar que funciona. Com este “efeito demonstrativo”, o grupo consegue chamar a atenção e formar o núcleo de “sócios”. Nas primeiras feiras é importante ter um grupo fixo de aproximadamente quatro

lideranças que assumam as tarefas de preparação e execução da feira. As tarefas de preparação são várias:

- Elaborar material de divulgação (local, data)
- Elaborar a moeda local (desenho, impressão etc.)
- Definição de funcionamento da moeda (quantas moedas cada um recebe inicialmente; como vai ser feito o balanço do caixa etc.)
- Achar um local que sirva para a feira (de fácil acesso, ambiente agradável e espaçoso para montar as mesinhas).

Durante a feira, também são várias as tarefas a serem cumpridas, e envolvem várias pessoas. As tarefas são principalmente:

- Recepção das pessoas e explicar como funciona a feira;
- Registro das pessoas (nome, endereço de contato, produtos oferecidos);
- Balanço de caixa (distribuir a moeda, registrar o saldo de cada sócio);
- Apoiar as pessoas em expor os seus produtos (definir preços, arrumar espaço etc.);
- Fazer a introdução inicial (explicar ao grupo como funciona o clube, principalmente para as pessoas novas; apresentação de todas as pessoas presentes);
- Fazer a avaliação final em grupo (avaliar como foi a feira, o que pode ser melhorado, quais foram os produtos/serviços que estão faltando, estimular a oferta de novos produtos/serviços).

Podemos notar que, inicialmente, as tarefas são cumpridas por algumas lideranças que ficam durante toda a feira, na maior parte do tempo envolvidas na condução do grupo, o que limita a sua participação na parte da troca. Porém, como todos os sócios são produtores e consumidores, a organização da feira deve ser rotativa para possibilitar a todos participação ativa na hora da troca.

Para Brose (1997), o que se caracteriza como mais importante não é o resultado em si que o ato de participar pode promover, mas sim o processo de exercitá-lo. Brose inclusive sintetiza os princípios que, segundo ele, regem este processo de participação, podendo assim ser identificado: 1) é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui-se como um direito; 2) justifica-se por si mesmo

Podemos notar que, inicialmente, as tarefas são cumpridas por algumas lideranças que ficam durante toda a feira, na maior parte do tempo envolvidas na condução do grupo, o que limita a sua participação na parte da troca

e não pelos seus resultados; 3) é um processo de desenvolvimento da consciência crítica; 4) leva a apropriação do desenvolvimento à população; 5) é algo que se aprende fazendo; 6) pode ser provocada ou organizada sem que isso signifique necessariamente manipulação; 7) é facilitada com a organização e criação de fluxos de comunicação; 8) as diferenças individuais devem ser respeitadas durante participação; 9) podem resolver conflitos, mas também gerá-los; 10) não se deve sacralizar a participação: não é panaceia nem indispensável em todas as ocasiões.

Sobretudo, este processo participativo fundamenta-se como abertura importante de formação política destes sujeitos, onde o ato de participar é elemento fundamental em todos os níveis e nos diferentes aspectos, tendo o agir coletivo se configurado como princípio mediador para a construção de uma nova realidade. Isso implica que é necessário trabalhar com o grupo a gestão participativa, e que todos se sintam responsáveis pelo seu êxito. Para se alcançar este objetivo, deve-se reservar um momento em separado de capacitação, em que o grupo discute e treina os diversos papéis e tarefas.

Ainda nesta temática da capacitação, Heloisa Primavera (2000) fala sobre *“como promover clubes de trueque em la economia global”* na cartilha intitulada *“ABC de la socioeconomia solidária”*, e aprofunda os métodos do

1 Para maiores informações sobre esse assunto, ver detalhes em Primavera (2000).

Programa da Alfabetização Econômica (PAE), desenvolvido pelos fundadores dos clubes de trocas na Argentina, que trabalha com uma técnica denominada Dinâmica Grupal Explícita, que consiste em dividir as tarefas de condução do grupo entre os participantes, distribuir as tarefas por períodos relativamente curtos e fazê-las girar. O PAE define como papéis mínimos para cada feira, os seguintes:

- **Animador:** Quem dá a palavra e conduz a reunião como “dono da casa”;
- **Recepcionista:** Quem recebe e direciona as pessoas, novas e “velhas”;
- **Cronometrista:** Quem cuida da duração do tempo para que a atividade termine no horário;
- **Secretário:** Quem anota os nomes, telefones e ofertas para que depois se confeccionem as listas;
- **Monitor de qualidade e preço:** quem levanta a informação de valores e produtos e sugere modificações, para promover *qualidade e solidariedade*;
- **Detetor de jogos triádicos:** Quem observa o grupo para que os participantes comecem a aceitar o poder como um jogo e
- **EPS:** Quem destaca condutas importantes em capacidade *empreendedora, política e solidária*.

Cabe ressaltar alguns princípios que devem orientar esta capacitação. Primeiro, cada pessoa tem condições de exercer cada função. Cada sujeito tem, por sua personalidade, afinidade com algumas das tarefas, mas deve também conhecer e exercer as outras. Na hora de exercer

a função, a pessoa tem plena responsabilidade e autoridade para fazê-la. O grupo, depois, avalia o desempenho das pessoas e as ajuda a melhorar no que for necessário. É importante que as regras do funcionamento sejam estabelecidas por cada grupo, como também é o grupo que incentiva e controla o comportamento solidário dos seus sócios.

O objetivo maior dos clubes de troca é a ajuda mútua, a cooperação e não o lucro, buscando o bem-estar de todos. Isso implica que todos os sócios têm o compromisso de participar das reuniões de grupo, capacitar-se a ser produtor e consumidor de bens, serviços e saberes. Cada membro é o único responsável por seus atos, produtos e serviços, buscando sempre melhorar a sua qualidade. Um outro princípio é que todo trabalho é válido. Isso implica que os coordenadores também devem ser recompensados (em moeda social) pelo seu trabalho. O grupo deve discutir de que forma isso deve ser feito.

PRINCIPAIS LIÇÕES APREENDIDAS

Oferta e demanda: Empreendedorismo e sustentabilidade econômica

Durante as primeiras feiras, observam-se dificuldades que são comuns em um clube de trocas e precisam ser discutidas e trabalhadas pelo grupo. Um obstáculo é a falta de certa diversidade dos produtos e serviços oferecidos. Uma das razões pode ser a homogeneidade do grupo, quer dizer, que produz coisas semelhantes. Isso acontece, por exemplo, quando o grupo se forma por profissionais da mesma área (p. ex.: artesãos), ou porque as pessoas oferecem o que é mais “óbvio” (roupas usadas, porque está à disposição; e um típico como exemplo são os alimentos).

Para estimular a diversificação das ofertas, existe uma técnica simples, que está sendo aplicada durante as feiras, que se chama “*Reinventar o mercado*”. No início de cada feira é feito, em conjunto, um levantamento de ofertas e procura dos participantes presentes. Cada um fala o seu nome, o seu endereço/telefone, o que tem para oferecer em termos de serviço, produtos ou sabedorias

É importante que as regras do funcionamento sejam estabelecidas por cada grupo, como também é o grupo que incentiva e controla o comportamento solidário dos seus sócios

e o que está procurando no clube. Estas informações são visualizadas para todos, seja num papel grande na parede, num pequeno boletim, ou de outra forma. Este exercício é importante porque possibilita, imediatamente, descobrir o “mercado”: saber o que é procurado (novas ideias surgem) e o tamanho da procura (quanto possíveis novos interessados se tem).

As pessoas, inicialmente, não se dão conta sobre as suas diversas habilidades, porque talvez nunca pensaram em “oferecer” isso para outras pessoas, ou por falta de segurança própria (será que sei fazer bem?), ou por falta de conhecimento de que isso seria algo interessante para outras pessoas. É importante que o grupo desenvolva atividades que estimulam um comportamento “empreendedor” dos sócios, ou seja, uma permanente busca em melhorar o seu produto/serviço, ou seja, de diversificar as suas ofertas, apreendendo também novas habilidades (como por exemplo, fazer massa caseira), que são de interesse dos outros prosumidores².

Capacitação

O nível de instrução dos participantes pode variar muito em um grupo. Isso implica que, às vezes, alguns sócios precisam do apoio de outros em descobrir e apreender novas habilidades. Em alguns clubes de trocas, quando esta questão é identificada, algumas lideranças estão começando a oferecer reuniões para passar conhecimentos, para poder elaborar novos produtos. Por exemplo: passar receitas para comidas e bebidas caseiras, que são de grande procura no clube, mas ainda não tem oferta suficiente. Desta forma, dentro do grupo, pode-se estabelecer uma certa divisão de atividades (produtos e serviços), sem competição, mas complementação.

Produção em conjunto

Nas primeiras feiras observa-se que certos produtos têm uma demanda muito maior do que outros. É o caso dos alimentos, que são uma necessidade básica

A organização em pequenos grupos de produção pode ser aproveitada, também, para integrar pessoas do grupo, que não possuem conhecimentos/habilidades, mas têm tempo disponível

de todos os sócios do grupo. Normalmente, a pessoa satisfaz primeiro as suas necessidades básicas, depois gasta com outras coisas. Em um determinado grupo de trocas, um participante ofereceu pão caseiro, que sempre foi o primeiro produto que terminou. Isso levou a uma discussão, em que algumas mulheres do grupo poderiam se unir para produzir uma quantidade maior de pães. A organização em pequenos grupos de produção pode ser aproveitada, também, para integrar pessoas do grupo, que não possuem conhecimentos/habilidades, mas têm tempo disponível. Estas pessoas seriam remuneradas com a moeda social, recebidas pela troca dos produtos durante a feira.

Insumos

Uma das principais limitações dos clubes de troca é que muitas vezes as pessoas não acham os insumos para a sua produção, no grupo. Por exemplo, a pessoa que oferece bolachas caseiras precisa comprar farinha, manteiga e ovos, que custam dinheiro. Se o poder aquisitivo for muito baixo, a pessoa pode se sentir incapaz de investir para produzir os seus produtos. Existem várias possibilidades de como enfrentar esta situação:

- A pessoa oferece um serviço para o grupo que não precisa de investimentos anteriores em dinheiro, somente disposição para trabalhar. Por exemplo: ela pode ajudar outras pessoas a produzir algo e recebe também uma parte das moedas sociais realizadas

² Prosumidor é a nomenclatura utilizada para definir que as pessoas são produtoras e consumidoras ao mesmo tempo.

durante a feira. Ou ela pode oferecer um serviço, como por exemplo, cuidar de crianças, fazer faxina etc. Depende da criatividade da pessoa, como também das necessidades do grupo para detectar estas novas oportunidades.

- O grupo pode fazer parcerias com os comerciantes locais ou outras instituições, que podem contribuir com certos insumos necessários para a produção de vários produtos. Em compensação, estes sócios devem encontrar outros produtos e serviços do seu interesse. Para isso, é importante ter uma oferta de serviços como pintura, encanadores, conserto de máquinas, faxina, serviços de contabilidade etc., que interesse a eles em participar da feira.
- Outro exemplo é a integração de produtores agrícolas, que poderiam oferecer frutas e verduras, ou alimentos que servem de insumo para a produção de alimentos processados.

Por fim, é possível compreendermos que os “Clubes de Trocas” não substituem, mas complementam a renda familiar obtida através de atividades econômicas, seja em empregos remunerados ou por iniciativa própria. A experiência tem nos mostrado que até 30% do orçamento familiar pode ser poupado através das trocas, que eleva, indiretamente, a um aumento de qualidade de vida. A troca, através da moeda social, possibilita que as pessoas possam viabilizar seus bens, produtos e mão-de-obra muitas vezes “ociosa”, que antes não tinha espaço no “mercado capitalista”. Desta forma, o espaço das feiras é uma atividade econômica própria, que tem

outros mecanismos de funcionamento. Ao mesmo tempo, valem da mesma forma os princípios econômicos. Como em qualquer outro mercado, precisa se produzir/oferecer o que é demandado com boa qualidade. Só que, neste caso, isso acontece em favor do bem-estar da comunidade e da cooperação de todos, para se atingir um “Bem Viver”.

Além disso, pode-se dizer que a troca com a moeda social fortalece a organização comunitária, cria laços de solidariedade entre as pessoas e contribui para que surjam novas oportunidades econômicas, por exemplo, a formação de cooperativas e grupos de produção local. Os clubes de troca podem fazer parte de um modelo de desenvolvimento local, que combina vários outros elementos, como formação de cooperativas, incubadoras, microcrédito, capacitação profissional, ou assessoria técnica para produção. Se os clubes se desenvolvem bem, vão surgir novos grupos que podem incentivar a troca entre eles, para aumentar a diversidade dos produtos e serviços disponíveis. Programas e projetos públicos podem integrar-se ao clube, na forma de apoiar a implementação de fundos comunitários, que seriam usados para a aquisição de insumos para a produção (p. ex.: uma máquina de costura). Este fundo poderia ser composto por moeda social (contribuição dos próprios sócios), e com “dinheiro real”, que facilita compras de materiais que ainda não existem no clube. O “crédito” é pago depois em dinheiro real e em moeda social.

Existem várias ideias para consolidar os clubes de troca e fazê-las um instrumento forte para estimular o desenvolvimento econômico local. Essencial é que os clubes consigam se consolidar como um grupo solidário e tenham produtos/serviços diferenciados e isso é possível com solidariedade e cooperação. Não existe, porém, uma solução “simples”, “única”, uma “fórmula mágica” ou “milagrosa” para enfrentar os desafios aqui colocados. Depende muito de todos nós, sujeitos envolvidos neste processo. E a partir do momento em que identificamos estas questões, elas necessitam fazer parte do nosso compromisso ético/político para pensar em propostas como estas que vêm sendo realizadas, a fim de programar estratégias, aprendendo com os “erros” e “acertos”, mas, acima de tudo, tendo presente a importância de ver o ser humano como sujeito integral e parte importante desta sociedade para assim chegarmos ao Bem Viver com cidadania.

A troca, através da moeda social, possibilita que as pessoas possam viabilizar seus bens, produtos e mão-de-obra muitas vezes “ociosa”, que antes não tinha espaço no “mercado capitalista”

REFERÊNCIAS

- ARREGUI, C. Carola; WANDERLEY, Mariangela Belfiori. A vulnerabilidade social é atributo da pobreza ?. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 97, jan./mar. 2009.
- BROSE, Markus. *Indicadores em projetos, programas e políticas públicas*: sua definição, seus potenciais e limites, e a aplicação prática. Grupo de estudos no enfoque participativo. Porto Alegre, 1997. Texto 1, 10 p.
- IANNI, Octávio. A questão Social. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, jan./mar. 1991.
- PRIMAVERA, Heloisa. Como promover Clubes de Trueque em la economia global. *Cartinha ABC de la Socioeconomia Solidária*, Buenos Aires, 2000. Disponível em: <<http://redlases.wordpress.com/archivos>>. Acesso em: 9 jul. 2013.
- REDE LATINOAMERICANA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. *Como organizar uma rede de trocas solidárias?*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <<http://redlases.wordpress.com/>>. Acesso em: 17 out. 2012.

A crise ecológica do capitalismo: duas visões em disputa

Pedro Marques de Santana*

O desenvolvimento capitalista, desde sua etapa primitiva de acumulação, caracteriza-se pela dupla espoliação: do homem e a das condições naturais de existência. A Revolução Industrial acelerou o processo de divisão do trabalho entre campo e cidade, assim como a alienação do trabalhador perante os meios de produção e os produtos do próprio trabalho. Por seu turno, a propriedade privada do solo transformou a agricultura num ramo particular da indústria, colaborando para a proletarianização de massas camponesas nos centros urbanos em formação. O empobrecimento do solo e do trabalhador tornava-se, conforme assinalou Karl Marx, uma condição para a reprodução do modo de produção capitalista em escala ampliada.

Da mesma forma a usura e a pilhagem dos sistemas coloniais de exploração dos territórios periféricos promoviam a degradação das formas nativas de organização social e intensificavam a apropriação destrutiva dos recursos territoriais. Testemunha-se, hoje, que a lógica de autovalorização do capital atravessa “barreiras naturais” em busca de novas fontes de acumulação e de superlucros. Além das matérias-primas tradicionais como petróleo, ferro, aço e alimentos, o capital visa a imprimir valores de troca a todas as formas de vida. Avanços científicos e tecnológicos em áreas como biotecnologia, engenharia genética etc.,

* Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista legislativo da Câmara Municipal de Salvador. marx.sergipe@gmail.com





protegidos e incentivados pelos novos marcos regulatórios de direitos de propriedade intelectual e patentes, são a novas fronteiras de expansão na apropriação lucrativa sobre recursos minerais, organismos vivos e toda a biodiversidade do planeta.

O controle sobre recursos naturais renováveis e não renováveis, sobre as fontes de matérias-primas e de energia para os processos de acumulação de capital em escala global, é ainda, no início do século XXI, uma questão geopolítica estratégica para o grande capital monopolista transnacional e para a soberania dos entes estatais. Os centros do capitalismo avançado e as chamadas economias emergentes (Brasil, China e Índia, por exemplo) precisam garantir o acesso às *commodities* intermediárias – alimentos, fármacos, recursos minerais e energéticos etc. –, cujas reservas se concentram principalmente na periferia do sistema.

Diante desse quadro, a questão ambiental ganha uma das primeiras páginas da agenda política do século XXI e, como não poderia deixar de ser, é objeto de controvérsias e de abordagens epistemológicas as mais diversas e antagônicas. Como qualquer tomada de posição sobre questões de ordem política, econômica e/ou sociológica significa assumir pressupostos axiológicos, o debate ambiental não deixa de ter também o viés de uma disputa político-ideológica.

O modo capitalista de organização da produção é, portanto, também um modo histórico de apropriação social dos recursos naturais. Outra coisa é apreender teoricamente a natureza apenas como uma fonte de externalidades, de serviços gratuitos não valorados/remunerados como os serviços prestados pelo ar ou pela água. A natureza, como bem público, não seguiria a

Não obstante os esforços em incorporar a preocupação ambiental aos modelos econômicos, a ciência tradicional (neoclássica) apresenta graves limitações teóricas

lógica da escassez típica dos bens privados, não tendo, por isso, um preço determinado pela concorrência no mercado. Não obstante os esforços em incorporar a preocupação ambiental aos modelos econômicos, a ciência tradicional (neoclássica) apresenta graves limitações teóricas e práticas para lidar com a complexidade das questões ambientais contemporâneas.

O objetivo deste artigo é fazer uma breve síntese dos principais conceitos utilizados na *economia política marxista* e na *economia ambiental neoclássica* com o intuito de demarcar suas diferentes abordagens em torno da questão ambiental contemporânea e suas consequências práticas, tendo consciência de que estas não são as únicas abordagens possíveis deste objeto de estudo. O trabalho está dividido em outras três seções, além desta introdução e da conclusão: a primeira trata da noção de natureza utilizada por Karl Marx e Friedrich Engels, subjacente à emergência do materialismo histórico; a segunda seção propõe uma breve revisão crítica de conceitos da economia ambiental neoclássica e na terceira seção apresentaremos alguns aspectos do pensamento marxista ou marxiano a respeito das relações humanas com a natureza e da atualidade de sua crítica ao modo de produção capitalista. Nosso entendimento sugere que uma leitura não positivista da crise em foco é necessária para situá-la numa perspectiva mais adequada para sua abordagem.

NATUREZA E MATERIALISMO HISTÓRICO

É bastante conhecida a passagem em *A Ideologia Alemã* em que Marx e Engels expressam os pressupostos

materialistas do seu método de compreensão da história humana. De acordo com os autores, todo escrito histórico deve partir das bases naturais da organização física dos indivíduos e de suas relações com o mundo exterior natural. Os precursores do materialismo histórico estavam preocupados, com isso, em propor um método dialético e histórico de compreensão da realidade, contraposto ao método contemplativo de Ludwig Feuerbach e ao modelo mecanicista dos iluministas franceses do século XVIII. Desde então demonstraram a importância que atribuem à “base físico-natural” da existência social, como suposto fundamental a qualquer narrativa histórica que se pretendesse conduzida de maneira rigorosa.

A dependência humana perante a natureza é condição inescapável de sua sobrevivência, sendo uma relação mediada pelo processo de trabalho e condicionada, no tempo e no espaço, pelas condições histórico-geográficas da produção social. Toda produção física ou espiritual é, em último caso, atividade humana transformadora da natureza. Sendo parte dela, o ser humano transforma as condições naturais ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo através do trabalho, que é sua práxis originária e por meio da qual busca atender às necessidades seja da fantasia seja do estômago. Mais de uma vez, no entanto, Marx enfatizou que a própria força de trabalho humana não é outra coisa senão a manifestação de uma força vital da natureza.

A dependência humana perante a natureza é condição inescapável de sua sobrevivência, sendo uma relação mediada pelo processo de trabalho e condicionada, no tempo e no espaço, pelas condições histórico-geográficas da produção social

A natureza é a fonte originária de valores de uso para as sociedades humanas. A terra¹ se constitui como o objeto universal de trabalho, além de fornecer o arsenal originário de meios de trabalho e meios de vida para o consumo. Do ponto de vista das matérias-primas, Marx ainda faz a distinção entre as duas manifestações destas: como substância principal e como matéria auxiliar. Na forma de matéria auxiliar, a matéria-prima pode ser consumida pelo meio de trabalho, a exemplo do carvão consumido pela máquina a vapor, ou adicionada à matéria-prima com o objetivo de efetuar uma modificação material na mesma como, por exemplo, o uso do cloro para clarear o linho.

Por expressar, certas vezes, sua visão materialista da natureza de forma ambígua, Marx seria atacado pelos críticos por supostamente defender uma visão antropocêntrica e produtivista do domínio humano sobre o mundo natural. Segundo a crítica corrente, o pensamento marxiano seria uma versão extremada da ideia moderna de progresso e, por isso, condenável do ponto de vista ecológico. O pensador alemão seria um incorrigível entusiasta da produção industrial, da maquinaria e do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, o que o levaria a ignorar as consequências ambientais negativas dessas atividades. No entanto,

[...] uma leitura atenta da obra madura de Marx propicia os elementos necessários a uma abordagem consequente tanto dos problemas ambientais quanto de seus resultados no plano ideológico e isso porque a defesa intransigente da necessidade do desenvolvimento tecnológico para a libertação é, aqui, contrabalançada pela consciência de que as *estruturas peculiares à natureza* impõem limites à sua absorção total (DUARTE, 1995, p. 107).

O materialismo histórico e dialético contém, na verdade, como fundamento consciente, a concepção de relação metabólica do homem com a natureza, sendo esta última não apenas um meio de satisfação de necessidades

O materialismo histórico e dialético contém a concepção de relação metabólica do homem com a natureza, sendo esta última não apenas um meio de satisfação de necessidades humanas, mas uma realidade objetiva

humanas, mas uma realidade objetiva, condicionante e ao mesmo tempo intrínseca aos próprios indivíduos. Em *O Capital*, a teoria da interação metabólica da natureza com a sociedade está mais explícita na *Análise do processo de trabalho* do capítulo V do Livro I². Essa perspectiva negaria uma visão unilateral, antropocêntrica da natureza, contribuindo para reconhecer a prioridade ontológica do mundo natural.

O conceito de metabolismo já aparece esboçado nas obras de juventude de Marx e o guiará nos trabalhos desenvolvidos posteriormente como nos *Grundrisse*, n'O *Capital* e nas *Teorias da Mais-valia*, o que demonstra que a natureza não está excluída das suas preocupações. Marx foi um leitor atento de toda literatura científica de seu tempo e acompanhava os avanços que eram realizados nas ciências naturais. Não é por acaso seu interesse pelas pesquisas de cientistas como Charles Darwin, Justus von Liebig, Ernest Haeckel entre outros que contribuíram para a evolução de uma compreensão científica do mundo natural. O que Marx, juntamente com Engels, sempre buscou foi refinar o ponto de vista do materialismo histórico a partir das contribuições efetivas das ciências naturais.

1 "A terra, preexistente à atividade do homem, se constitui como seu objeto geral de trabalho, assim como ela o dota originariamente de seus meios de vida prontos. Assim, todas as coisas, cuja conexão imediata com o todo da natureza é interrompida, tornam-se objetos de trabalho preexistentes na natureza. Ex.: peixe retirado da água ou lenha apanhada na floresta. Se o objeto de trabalho sofrer 'filtração', mediante trabalho ulterior, ele se trona matéria-prima, como por exemplo, o minério extraído da rocha." (DUARTE, 1995, p. 65).

2 "O processo de trabalho propriamente dito é, antes de tudo, uma transação entre o homem e a natureza, em que o primeiro enfrenta a natureza, ele próprio como uma força natural, não obstante suas características peculiares que de antemão o distinguem do animal em seu esforço inconsciente de sobrevivência. [...] O homem atua sobre a natureza com o objetivo de se apropriar de suas matérias para a satisfação de suas necessidades orgânicas e, no que ele a transforma, transforma também sua própria natureza." (DUARTE, 1995, p. 63).

Por fim, é interessante notar a ênfase dada por Foster (2005) à tese de doutoramento de Marx sobre os materialistas gregos Demócrito e Epicuro (c.341-271 a.C). Este último foi identificado por Marx como um precursor, distante no tempo, do Iluminismo europeu dos séculos XVII e XVIII, em razão do tratamento antiteleológico e antideterminista que conferiu à natureza. Sua concepção da mortalidade tanto dos seres humanos quanto do universo foi duramente criticada e combatida pelo pensamento cristão posterior. No entanto, a filosofia epicurista da natureza já antecipava o “princípio da conservação”, a noção de que nada pode surgir do nada, rejeitando qualquer forma de reducionismo. Seu materialismo rivalizava tanto com o determinismo mecanicista de Demócrito como com a teleologia da filosofia idealista de Platão e, assim, abria espaço para a contingência e para a liberdade.

O materialismo de Epicuro estendeu a liberdade e a contingência aos seres humanos e a toda natureza, mas sem perder de vista o terreno da necessidade material. Ao fazê-lo, forneceu a base para uma visão de mundo humanista e ecológica. (FOSTER, 2005, p. 340).

O interesse de Marx pela filosofia de Epicuro já demarcava sua visão peculiar da interdependência dos seres humanos com o meio ambiente, da qual não se pode afirmar, com justeza, que favoreceria ao ímpeto destrutivo do desenvolvimento das forças produtivas como um fim em si mesmo.³

A ECONOMIA AMBIENTAL NEOCLÁSSICA

A fim de delinear, em traços gerais, as diferentes visões de mundo subjacentes à compreensão da crise ambiental na qual estamos mergulhados, procuramos, nesta seção, expor alguns conceitos centrais ao campo que se firmou como a ciência econômica moderna, cujos pressupostos são essencialmente diversos daqueles estabelecidos pelo

A economia e as empresas vão buscar no “mundo natural” a maior parte de suas necessidades em termos de matérias-primas e de energia, sendo também no mundo natural que elas descartarão seus resíduos

método histórico-dialético. Partindo do *individualismo metodológico*, a teoria neoclássica entende por agentes econômicos as unidades decisórias autônomas dotadas de uma racionalidade que visa sempre à maximização de seu bem-estar. A teoria econômica ambiental, que deriva dessas premissas, constitui-se em um capítulo à parte dos processos de otimização que os agentes privados realizam.

A economia e as empresas vão buscar no “mundo natural” a maior parte de suas necessidades em termos de matérias-primas e de energia, sendo também no mundo natural que elas descartarão seus resíduos. Salvo raras exceções, os recursos naturais são limitados (finitos e escassos), assim como é limitada a capacidade dos ecossistemas de assimilar os resíduos gerados pela atividade econômica. O reconhecimento desses problemas conduziu à incorporação da problemática ambiental e de critérios de sustentabilidade por parte do *mainstream* econômico. Diante do entendimento de que o sistema econômico retira recursos do meio externo e os devolve na forma de rejeitos e resíduos dos processos de produção e de consumo, a *economia do meio ambiente* consiste então na aplicação dos princípios da alocação ótima de recursos escassos às questões ligadas ao manejo e à preservação do meio ambiente.

O papel de provedor de recursos ao sistema econômico, assim como a função de receptor de rejeitos e dejetos, confere ao meio ambiente o caráter de *bem público*, com suas características de não rivalidade e não exclusividade.

³ “Para Marx, o Prometeu que devia ser admirado era a figura mítica revolucionária de Prometeu acorrentado, de Ésquilo, que desafiou os deuses do Olimpo e trouxe o fogo (a luz, a iluminação) para os seres humanos. Como Bacon, ele associou Prometeu com o aparecimento da ciência e do materialismo – e, portanto, com a figura iluminista da Antiguidade, Epicuro. A imagem posterior de Prometeu como representante do mecanicismo estava inteiramente ausente dos seus escritos – salvo no contexto da crítica do prometeísmo mecanicista de Proudhon.” (FOSTER, 2005, p. 191-2).

Nesse referencial teórico, a questão ambiental se reduz a um problema particular de imperfeição do equilíbrio de mercado, em função das externalidades negativas da produção ou do consumo. Sob o prisma da abordagem ambiental neoclássica, os ativos ambientais são *commodities* como outras quaisquer, passíveis de quantificação, valoração e atribuição de direitos de uso e de propriedade. Os desequilíbrios eventualmente observados no uso e disposição desses ativos devem-se à subavaliação de seus preços.

A poluição provocada por uma empresa ou indústria é um exemplo de *externalidade negativa*, cujos efeitos não são avaliados em termos de preços. A imposição de taxas corretivas *pigouvianas*⁴ é uma forma de levar em conta os custos sociais ligados à deterioração do meio ambiente, representados pelas reduções de bem-estar da comunidade, e que não são apreçados pelos mercados privados. A teoria da poluição, cujo substrato é a teoria do bem-estar, envolve a análise dos custos e benefícios da adoção de mecanismos de controle da poluição pela via da internalização dos custos sociais aos custos privados de produção.

A aplicação de uma taxa ou imposto eliminaria as diferenças entre o custo privado e o custo total que inclui o custo marginal externo, ou seja, todos os custos externos absorvidos pelos membros da sociedade. Além de reduzir os níveis de poluição, a cobrança minimizaria também os custos desta redução para a sociedade, uma vez que as firmas são estimuladas a desenvolver tecnologias menos poluidoras. No nível ótimo de emissão, o imposto cobrado sobre cada unidade de poluição emitida deve ser igual ao custo marginal social dessa poluição. O nível ótimo de poluição, dessa forma, é dado pela interseção das curvas de benefício marginal e custo marginal de controle da poluição, ponto em que a perda marginal de bem-estar devido à poluição seja igual ao custo de sua

reparação. No entanto, um dos pontos críticos dessa solução é a dificuldade de mensurar os custos externos.

Outra abordagem dentro do mesmo campo teórico consiste na chamada economia dos recursos naturais, que visa a definir um padrão ótimo de uso desses recursos, o manejo adequado dos recursos renováveis e a *taxa ótima de depleção* dos não-renováveis. A questão central que se coloca é se o caráter finito dos recursos pode se tornar um obstáculo à expansão do sistema econômico? Com base na alocação intertemporal, o nível ótimo de utilização é determinado com base na maximização dos ganhos obtidos com a extração do recurso ao longo do tempo, usando-se os conceitos de custo de oportunidade e de desconto para determinar a taxa ótima de extração. De acordo com a *regra de Hotelling*, em equilíbrio, o valor de uma reserva de determinado recurso, a exemplo de um minério, deve crescer a uma taxa igual à taxa de juros. O proprietário deve esperar que o preço do recurso – líquido dos custos de extração – cresça exponencialmente igual a uma taxa de juros, sendo o custo de oportunidade envolvido chamado de *renda de escassez*. No caso dos recursos renováveis, são incluídas nos modelos as taxas de reposição (natural ou proveniente de reciclagem) do recurso em questão.

No entanto, não se pode identificar nem na *economia da poluição* nem na *economia dos recursos naturais* quaisquer mecanismos que garantam a sustentabilidade ambiental. A determinação da trajetória ótima de extração de um recurso pelo uso de uma taxa de desconto não

O proprietário deve esperar que o preço do recurso – líquido dos custos de extração – cresça exponencialmente igual a uma taxa de juros, sendo o custo de oportunidade envolvido chamado de *renda de escassez*

4 "A existência da externalidade faz com que os custos sociais marginais sejam diferentes dos custos privados marginais, o que leva a uma distinção entre a quantidade socialmente ótima e quantidade privada ótima. Essa situação configura-se como uma falha de mercado, pois a solução convencional via mercado não é suficiente para gerar o ótimo social. A correção dessa falha deveria se dar através da criação de mecanismos institucionais de controle (taxação e licença de poluição, por exemplo), capazes de promover a internalização das externalidades no cálculo econômico dos agentes." (ANDRADE, 2008, p. 10).

reflete o interesse das gerações futuras. Além do mais, a *regra de Hotelling* valeria apenas para situações em que não houvesse imperfeições de mercado e existissem mercados futuros já estabelecidos. Outra questão mal resolvida diz respeito aos critérios empregados para valorar as externalidades geradas e incorporá-las ao cálculo econômico dos agentes.

Por fim, cabe destacar a *teoria dos custos de transação*, de Ronald Coase, a qual propõe que definição de direitos de propriedade sobre os recursos ambientais os preservaria do uso predatório e da chamada *tragédia dos comuns*. De modo geral, as principais correntes de desenvolvimento nos estudos da economia do meio ambiente buscam traduzir em termos monetários os custos sociais envolvidos na exploração dos recursos ambientais e propor alternativas de mercado que corrijam as falhas de seus mecanismos de alocação. Categorias como externalidades, bens públicos, ótimo de Pareto, taxas Pigouvianas, teorema de Coase, tragédia dos comuns (Haret Gardin), *free rider* etc. fazem parte do arsenal analítico da economia neoclássica para tratar de assuntos como o uso dos recursos ambientais e a poluição.

A FALHA METABÓLICA NA RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM A NATUREZA

Uma das características principais da sociedade capitalista é aquilo que Marx chamou de *falha metabólica* na sua relação com a natureza. Mediado pelo trabalho alienado, este relacionamento é o fundamento da crise ambiental em que o ser vivo está imerso, desvelando as contradições insolúveis dessa forma de sociabilidade. O fundamento último da falha no metabolismo capitalista com o meio ambiente reside na cisão radical efetuada por esse sistema entre o consumo individual e o consumo produtivo. O conceito de falha no metabolismo homem-natureza ganha contornos e sentidos mais precisos na obra madura de Marx.

O que ele encontra na sua análise do capitalismo é que o intercâmbio material do homem com a natureza sofre uma transformação radical. A passagem de uma economia baseada na produção artesanal e camponesa para sistemas produtivos industriais com equipamentos

cada vez mais sofisticados significaria também a transição de uma produção social predominante de valores de uso para uma produção orientada pelos valores de troca. Enquanto nas sociedades pré-capitalistas, os homens trabalhavam para produzir valores de uso com seus próprios instrumentos de produção, no capitalismo, os produtores diretos estão separados das condições de produção, dos meios e objetos de trabalho.

Marx se refere à separação capitalista entre campo e cidade como uma ruptura radical do metabolismo com a natureza. Essa separação capitalista entre campo e cidade é uma das causas fundamentais da insustentabilidade dos modos de vida urbano e rural provocada pelo inchaço e crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, pela poluição atmosférica e das correntes de água etc., bem como pela erosão, degradação da cobertura vegetal, compactação do solo e acúmulo de substâncias tóxicas nas grandes propriedades rurais. Influenciado pelos estudos do químico e agrônomo alemão Justus von Liebig, Marx destacou o fato de que a agricultura capitalista é um sistema nocivo de produção que “rouba” nutrientes do solo sem os repor. Essa compreensão serviu-lhe de base para sua *teoria da renda diferencial da terra*.

A utilização do termo metabolismo não é casual, mas sim busca reforçar a noção de reciprocidade na relação humana com o ambiente natural. Quando essa unidade historicamente se rompe o que passa a ser preocupação fundamental do autor é a compreensão do processo histórico pelo qual a existência humana se separa dos condicionantes naturais, manifestando-se como alienação do trabalhador e divisão social do trabalho entre

A utilização do termo metabolismo não é casual, mas sim busca reforçar a noção de reciprocidade na relação humana com o ambiente natural

o mundo rural e o urbano. Dessa forma, os principais escritos de Marx, assim como de Engels, apontam no sentido de uma preocupação com os problemas ambientais enfrentados pelas sociedades burguesas modernas, sobretudo, a separação entre campo e cidade. A utopia marxiana é resumida por Foster (2005) da seguinte forma:

Epicuro, segundo Marx, havia descoberto a alienação da natureza; mas Hegel revelou a alienação dos seres humanos do seu próprio trabalho, e daí tanto da sociedade quanto das relações especificamente humanas com a natureza. Marx forjou estes *insights* com o conhecimento crítico obtido da economia de Ricardo, da química de Liebig, e da teoria evolucionária de Darwin, numa filosofia revolucionária que visava a nada menos que a transcendência da alienação em todos os seus aspectos: um mundo de liberdade humana e ecológica racional com base terrena – a sociedade de produtores associados (FOSTER, 2005, p. 350).

CONCLUSÃO

O que prevalece na interpretação neoclássica da relação homem-natureza é a racionalidade individual na tomada de decisões. O processo de escolha dos agentes racionais já implica em si a desintegração da natureza, na medida em que separa os recursos “valorizáveis” do ponto de vista econômico daqueles que não o são. Transformada de “entidade ecológica” em “entidade econômica”, a natureza aparece no discurso econômico somente enquanto externalidade. A visão atomística da sociedade, por sua vez, empobrece a compreensão do metabolismo do homem com a natureza, do qual depende a existência dos indivíduos reais. O instrumental analítico da teoria neoclássica apresenta sérias dificuldades para lidar com questões contemporâneas relativas ao meio ambiente. Os pressupostos dessa matriz teórica implicam uma tomada de posição favorável às soluções de mercado, como sendo as decisões mais eficientes do ponto de vista econômico. Dessa forma, ficam encobertas as relações sociais de produção subjacentes ao modo de funcionamento do sistema econômico vigente e suas crises, inclusive a ecológica.

Concluimos, portanto, que para entender a crise ambiental contemporânea é necessário partir das relações sociais de produção típicas do capitalismo realmente existente. Elas apontam para um relacionamento insustentável das sociedades com o meio ambiente e seus recursos. A exploração dos ecossistemas, extraindo deles recursos energéticos; a especulação financeira sobre o uso do solo e tantos outros aspectos do que se chama de crise ambiental são resultados de tendências internas à lógica dos processos de acumulação do capital. Uma análise mais aprofundada desses fenômenos requer o desenvolvimento de mais pesquisas de caráter interdisciplinar, demonstrando como as formas capitalistas de organização social colocam em xeque os próprios modos de vida da civilização dominante no planeta.

REFERÊNCIAS

- ALTWATER, E. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALES, S. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. [Buenos Aires]: CLACSO; Expressão Popular, 2007.
- ANDRADE, D. C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*, Campinas, SP, n. 14, p. 1-31, ago./dez. 2008.
- DUARTE, R. A. P. *Marx e a natureza em O capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. (Coleção Filosofia).
- FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. *Raízes*, Campina Grande, PB, v. 18, n. 19, p. 31-36, maio 1999.
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. *Crítica Marxista*, p. 105-117. Disponível em: <http://www.slideshare.net/arprotasio/o-metabolismo-com-a-natureza-guilhermo-foladori>. Acesso em: 21 nov. 2012
- _____. A questão ambiental em Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, p. 140-165. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo294_Foladori.pdf. Acesso em: 18 out. 2012
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOUZA-LIMA, J. E. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. *Revista FAE*, Curitiba, v. 7, n. 1, p.119-127, jan./jun. 2004.

Construção civil contribui para elevar a qualidade de vida do brasileiro

Carlos Alberto Matos Vieira Lima

Engenheiro civil. Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA). Diretor da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).



A indústria da construção é um importante gerador de emprego em todo o País. As empresas do setor são responsáveis por investimentos em qualificação profissional e melhoria tecnológica. Setor de grande capilaridade, sempre que pujante gera oportunidades de negócios para toda a cadeia e beneficia a economia como um todo, afinal, os milhares de trabalhadores empregados alimentam o comércio e serviços de suas cidades. Além disso, está diretamente relacionado à melhoria da qualidade de vida da população, com a construção de estradas, pontes, viadutos, escolas, hospitais, usinas, indústrias, hotéis, residências e habitação de interesse social.

Na Bahia, a construção civil responde por cerca de 9% do PIB estadual, e tem registrado desempenho acima da média nacional. Acompanhando o comportamento do PIB baiano, o crescimento acumulado do setor da construção entre 2008 e 2012 foi de 45%. O cenário é favorável e é marcado também pelo incremento da formalização da mão de obra do setor. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, o número de empregados com carteira assinada, na construção civil na Bahia, passou de 61,3 mil pessoas, em 2000, para 156,3 mil, em 2011, um crescimento de 171% em 10 anos. São milhares de famílias que tiveram a qualidade de vida elevada pela geração de renda e que acabaram por se beneficiar pelos investimentos em capacitação profissional promovidos por empresas do

setor e entidades como o Sinduscon-BA e o SESI, que já começam a alterar a realidade de baixa qualificação profissional.

Para se ter uma ideia, na Bahia, em 2006, 35% dos trabalhadores do setor possuíam o ensino médio. Em 2011, o percentual aumentou para 49% dos operários com o mesmo grau de escolaridade. Ainda assim, a construção na Bahia tem um grande desafio pela frente: aumentar a competitividade das empresas, o que depende da melhoria de gestão, com o investimento em inovação tecnológica, além da mudança na legislação com espaço para a remuneração por produtividade e para a terceirização, tendência mundial que está diretamente relacionada à especialização. Pela parte do Governo, espera-se que invista em qualificação e também nas políticas de fomento ao setor.

Obras do PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida são os grandes impulsionadores do setor nos últimos anos, o que tem gerado melhoria de vida para toda a população, sejam pela melhoria de infraestrutura, seja pela realização do sonho da casa própria pela camada menos abastada da sociedade.

No segmento imobiliário, o ambiente de negócios está muito prejudicado, em Salvador, em razão da judicialização da Lei de Ordenamento do Uso e de Ocupação do Solo (LOUOS) e do Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano (PDDU), que estão com seus efeitos suspensos e resultaram na decisão da prefeitura municipal de não analisar nenhum projeto há pelo menos seis meses. O Sinduscon-BA participa, juntamente com o Fórum Empresarial, FIEB, Associação Comercial da Bahia, e todas as demais entidades que compõem o Fórum, como representantes do setor produtivo, de um diálogo com a administração municipal e defende que se chegue a um ponto comum. Também temos trabalhado no sentido de evitar que a Reforma Tributária em andamento não seja mais um ponto de impedimento do desenvolvimento do setor.

Ainda assim, o país vive um momento de incentivo ao crédito imobiliário, que movimenta este importante segmento da Construção. A Bahia e Salvador encontram-se no mesmo patamar das principais capitais do país, com a oferta de empreendimentos com soluções de ponta nos segmentos empresariais, residenciais e multiuso.

O próprio Sinduscon-BA dá exemplo ao setor com a construção de sua nova sede, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, uma demonstração da viabilidade técnica e econômica de se construir um prédio verde, conforme parâmetros internacionais de eficiência. Certificado com nível de excelência na fase Concepção do selo AQUA (Alta Qualidade Ambiental), concedido pela Fundação Vanzolini, o empreendimento, que está sendo construído no terreno da entidade, na Pituba, será entregue neste segundo semestre e já é referência para o desenvolvimento do setor. O mercado exige cada vez mais soluções sustentáveis, mas é ainda preciso aumentar a consciência, tanto do comprador como das empresas, para entenderem a necessidade de investir um pouco mais nas fases de concepção e de construção de um empreendimento, para se ter uma economia maior no custo operacional. O retorno neste investimento é indiscutível, para empresários, sociedade e meio ambiente.

O Estado da Bahia deverá atrair cerca de 441 empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais, que estão previstos para o estado da Bahia, devem, até o ano de 2015, concretizar R\$ 73,7 bilhões, onde se espera que sejam implantadas e/ou ampliadas cerca de 441 empresas de diversos setores e que deverão gerar cerca de 86.461 mil empregos diretos até 2015.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no Território Metropolitana de Salvador com inversões que chegam a R\$ 20,1 bilhões e a implantação/ampliação de 184 empresas. Destacam-se, também, os Territórios Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R\$ 13,9 bilhões alocados em 15 projetos, e o Território Sertão do São Francisco, estando previstas inversões de aproximadamente R\$ 9,7 bilhões.

Por Complexo de Atividade, ainda destaca-se o Complexo Outros, no qual os investimentos somam R\$ 35 bilhões, totalizando 52 projetos de empresas com a intenção de investir no estado. Destacam-se, aí, inversões para a área de energia eólica, estando inseridos os projetos que farão parte do parque eólico do estado.

No Complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo, e deve chegar a aproximadamente R\$ 19 bilhões, a partir de 14 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais metálicos e não metálicos.

No Complexo Químico-Petroquímico, estão previstos um volume de R\$ 9,1 bilhões, o que envolve a intenção de 116 empreendimentos de se implantarem no estado até 2015.

No complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5,5 bilhões a partir de 52 projetos. Neste complexo, destaca-se a ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação da empresa Jac Motors, que irá produzir veículos automotores com investimentos de cerca de R\$1,4 bilhão aproximadamente, no município de Camaçari, com obras já iniciadas.

Além disso, está prevista, também, a instalação da Foton Motors com previsão de uma fábrica para produzir carros e caminhões no município de Camaçari. Esta montadora pretende investir um volume de aproximadamente R\$ 228 milhões e gerar 1.014 mil empregos diretos.

O governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação da sua matriz industrial e, conseqüentemente, traz benefícios para a sua economia. Esta ação governamental, com o objetivo de desenvolver a indústria baiana, vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

**Tabela 1****Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2013-2015**

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.577.197.049	92	4,9	20,9
Atividade Mineral e Beneficiamento	19.496.650.000	14	26,5	3,2
Calçados/Têxtil/Confecções	159.361.896	37	0,2	8,4
Complexo Madeireiro	92.982.800	17	0,1	3,9
Eletroeletrônico	206.093.955	33	0,3	7,5
Metal-Mecânico	5.527.810.000	52	7,5	11,8
Químico-Petroquímico	9.081.026.000	116	12,3	26,3
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,5
Transformação Petroquímica	527.000.000	26	0,7	5,9
Outros	35.005.500.000	52	47,5	11,8
Total	73.681.421.700	441	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/2013.

Tabela 2**Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2013-2015**

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.879.546.000	15	2,6	3,4
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Grande	1.413.035.000	22	1,9	5,0
Baixo Sul	1.380.000.000	3	1,9	0,7
Chapada Diamantina	3.420.000.000	3	4,6	0,7
Costa do Descobrimento	739.550.000	14	1,0	3,2
Extremo Sul	559.805.000	6	0,8	1,4
Irecê	2.180.000.000	3	3,0	0,7
Itaparica	12.000.000	2	0,0	0,5
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.705.000.000	16	5,0	3,6
Litoral sul	3.087.148.955	25	4,2	5,7
Médio Rio de Contas	188.107.270	12	0,3	2,7
Médio Sudoeste da Bahia	16.500.000	2	0,0	0,5
Metropolitana de Salvador	20.095.729.475	184	27,3	41,7
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	1,2	0,2
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0,0	0,5
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	2,7	0,2
Portal do Sertão	604.650.000	37	0,8	8,4
Recôncavo	1.971.960.000	25	2,7	5,7
Semiárido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,2
Sertão do São Francisco	9.719.000.000	18	13,2	4,1
Sertão Produtivo	13.881.500.000	15	18,8	3,4
Sisal	333.940.000	5	0,5	1,1
Vale do Jiquiriça	323.800.000	5	0,4	1,1
Velho Chico	5.220.000.000	4	7,1	0,9
Vitória da Conquista	63.750.000	18	0,1	4,1
Total	73.681.021.700	441	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/06/2013.

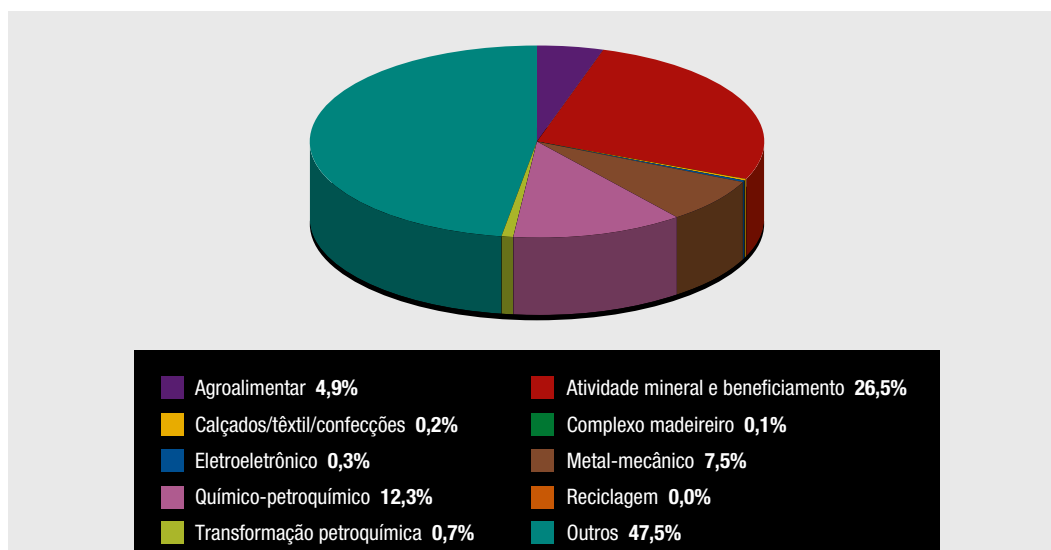


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2013-2015

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/06/2013.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

PORTO SUL. UM NOVO HORIZONTE PARA UMA NOVA BAHIA.



A Bahia segue atraindo grandes investimentos. Neste ano, começa a construção do Porto Sul, em Ilhéus. Uma grande obra que vai gerar mais de 4 mil empregos diretos e indiretos. Aqui vai chegar a Ferrovia Oeste-Leste e por aqui vamos levar a nossa produção para o mundo e trazer um mundo de oportunidades para os baianos e brasileiros. Esse é o desenvolvimento que transforma o estado e faz nascer uma nova Bahia, com crescimento econômico e inclusão social.



UM NOVO HORIZONTE DE DESENVOLVIMENTO

O Porto Sul vai operar com uma capacidade de exportação de 75 milhões de toneladas por ano. Está nascendo um novo polo de desenvolvimento, com aquecimento da economia e crescimento para todos.



UM NOVO HORIZONTE DE OPORTUNIDADES

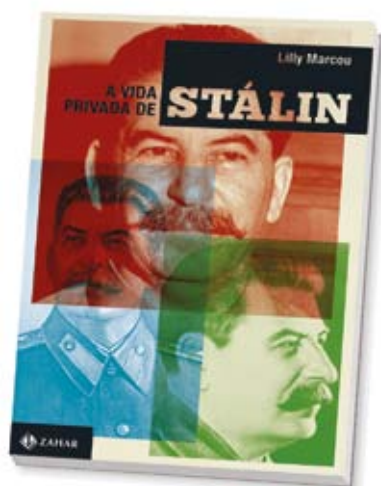
A Bahia abriu caminho para a chegada de novas empresas e milhares de novos empregos. Programas de qualificação profissional já estão sendo realizados para aproveitar a mão de obra local. É mais oportunidade para quem vive aqui.



UM NOVO HORIZONTE DE SUSTENTABILIDADE

Com a construção do Porto Sul em Aritaguá, o Governo da Bahia está garantindo equilíbrio entre o desenvolvimento, a geração de emprego e a preservação ambiental. Isso é sustentabilidade.





A VIDA PRIVADA DE STÁLIN

Em *A Vida Privada de Stálin*, Lilly Marcou procura desvendar o homem que acabou ofuscado pelo mito. Responsável por milhões de mortes, dedicado à família e um líder carismático, mobilizou nações e surpreendeu pares como Churchill e Roosevelt.

Após anos de pesquisa nos arquivos de Stálin, no intuito de revelar aspectos ignorados ou desconhecidos, dirimir certas controvérsias e fazer a mediação entre a verdade e o rumor, a autora considera que “se por um lado o retrato pessoal ganha proporções humanas, por outro ele só faz endurecer os traços de caráter daquele que sempre colocou, acima de tudo, seu credo revolucionário, a razão de Estado, o poder absoluto, a certeza de que ele e seus métodos fariam a felicidade de todos”.



FALANDO DE SERVIÇOS

O livro *Falando de Serviços: um Guia para Compreender e Melhorar os Serviços em Empresas e Organizações* apresenta, de forma inovadora, ferramentas práticas para a gestão dos serviços, com objetivo de otimizar os resultados.

É um livro técnico que, de uma forma agradável e envolvente, introduz conceitos, instrumentos e métodos para a compreensão e gestão dos serviços, buscando aliar aspectos práticos e teóricos para um bom gerenciamento dos serviços. Sabe-se que é cada vez mais crescente esse segmento no mundo atual, assim como a exigência por uma qualidade maior na prestação dos mesmos, tornando-se imprescindível a melhoria constante da gestão.



COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Este livro tem por objeto comentar, artigo por artigo, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2011 que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, também conhecida como Novo Código Florestal.

Essa lei tem sido considerada como um instrumento que afirma várias “conquistas da agricultura”. Desde o seu surgimento, tem sido marcada pela polêmica e por fortes e acalorados debates, nem sempre com a necessária isenção e análise.

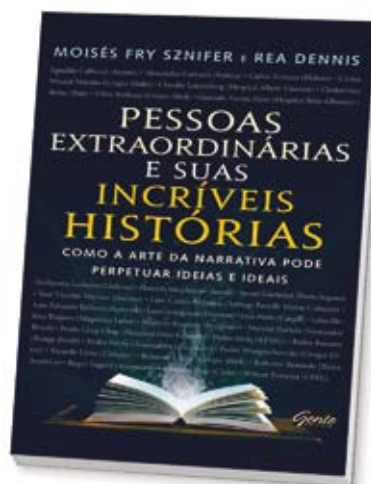


O SEQUESTRO DA AMÉRICA: como as corporações financeiras corromperam os Estados Unidos

No livro *O Sequestro da América*, Charles Ferguson aprofunda o debate sobre os problemas econômicos enfrentados pelos EUA que resultaram na crise de 2008, considerada a maior desde a Grande Depressão de 1929, e as suas consequências sociais e políticas.

Ferguson explica como uma elite financeira predadora assumiu o controle do país, ampliando suas redes de influência sobre os governos da nação mais rica e poderosa do planeta.

Segundo o autor, republicanos e democratas compactuam com a pilhagem e as fraudes frequentes das corporações financeiras. Enfatiza que, se esse processo não for interrompido, os EUA transformar-se-ão em uma sociedade decadente, “com uma população empobrecida, raivosa e ignorante sob o controle de uma pequena elite ultrarrica”.



PESSOAS EXTRAORDINÁRIAS E SUAS INCRÍVEIS HISTÓRIAS: como a arte da narrativa pode perpetuar ideias e ideais

Este livro traz histórias de 30 dirigentes de grandes empresas brasileiras, mostrando suas experiências, suas dores, seus sucessos, revelando o ser humano que está por trás do cargo. Existe um crescente interesse no cenário organizacional pela figura do CEO, o presidente da empresa. Ele exerce fascínio, admiração e curiosidade em muitas pessoas, que buscam entender como é deter grande poder, liderança e responsabilidade ao mesmo tempo.

E a arte de contar e ouvir histórias, que tanto encanta as pessoas, também vem sendo resgatada no mundo corporativo e com diversas finalidades: ajudar executivos a se comunicarem melhor, engajar funcionários, transmitir missão, valores e visão, fazendo com que as pessoas se sintam parte de um todo.



PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO NAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO

Este livro tem como objetivo apresentar medidas práticas para prevenir que as instituições sejam utilizadas como veículos para a lavagem de dinheiro. Ao traduzir as normas legais e administrativas em medidas práticas de prevenção, a obra busca colaborar na detecção de situações suspeitas e condutas delituosas. Pretende, ainda, contribuir para que as empresas invistam na formação de seu corpo funcional.

A autora, Maria Balbina Martins de Rizzo considera que, a despeito dos avanços tecnológicos de que se dispõe atualmente, nem sempre é fácil descobrir quando uma operação financeira é realizada com dinheiro de origem ilícita. Para ela, prevenir é a melhor estratégia para manter a reputação da empresa.

Conjuntura Econômica Baiana



Ao observar os resultados dos principais indicadores da conjuntura econômica baiana, notou-se que, das principais atividades, apenas a indústria baiana apresentou resultado satisfatório. O comércio varejista ficou relativamente estável, enquanto que, a balança comercial, o emprego industrial e a massa de rendimentos apresentaram arrefecimentos no período em questão. Cabe salientar que, na Bahia, a taxa de desemprego vem crescendo deste janeiro de 2013, mas a perspectiva é de retração para os próximos meses.

Ao analisar os dados divulgados no relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BA), publicado pelo IBGE, a indústria baiana no primeiro quadrimestre de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, cresceu 4,9%. Dos oito segmentos da indústria de transformação (5,1%), seis apresentaram aumento no período, com destaque para *refino de petróleo e produção de álcool* (20,3%), *metalurgia básica* (12,0%), *Celulose e papel* (6,0%), e *veículos automotores* (29,7%). Por sua vez, a maior influência negativa veio de *alimentos e bebidas* (-8,4%).

O comportamento apresentado na atividade industrial foi totalmente oposto àquele observado no indicador do nível de pessoal ocupado da indústria baiana, que apresentou retração em 2013, tanto na indústria geral (-4,7%) como na indústria de transformação (-5,1%), enquanto que a indústria extrativa mineral apontou, no mesmo período, expansão no emprego (2,4%), conforme dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE. As principais contribuições negativas vieram dos segmentos de *calçados e couro* (-19,5%), *coque e refino de petróleo* (-13,3%), *madeira* (-12,5%), *máquinas e equipamentos* (-14,7%) e *minerais não metálicos* (-6,0%).

A balança comercial baiana registrou no primeiro quadrimestre de 2013 retrações tanto nas exportações (-9,3%) como nas importações (-5,5%). As exportações somaram US\$ 3,0 bilhões, e as importações, US\$ 2,5 bilhões, proporcionando déficit de US\$ 481 milhões, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações, em 2012, decorreu principalmente da queda nas vendas de alguns segmentos,



tais como: *petróleo e derivados* (-47,5%), *metais preciosos* (-18,7%), *borrachas e suas obras* (-21,9%), e *algodão e seus subprodutos* (-48,1%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 22,6% das receitas de exportação no período. Além disso, os segmentos que apresentaram as maiores valorizações foram: *soja* e *fumo* com expansão de 20,7% e 27,8%, respectivamente.

Ao analisar os dados divulgados no relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-BA), publicado pelo IBGE, o comércio baiano, no primeiro quadrimestre de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, ficou relativamente estável (0,2%). As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de: *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (30,9%); *livros, jornais e revistas* (12,4%); *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (8,5%); *tecidos, vestuário e calçados* (8,0%); e *móveis e eletrodomésticos* (5,9%). Os segmentos de *combustíveis e lubrificantes* (-14,6%), *equipamentos e materiais para escritório* (13,6%) e *hipermercados e supermercados* (-1,0%) foram os segmentos que puxaram o indicador para baixo. As vendas de *veículos, motos e peças*, e o segmento *material para construção*,

apontaram expansão com variação positiva de 4,7% e 6,7, respectivamente, no mesmo período em análise.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos – SEI, registrou entre janeiro e maio de 2013, expansão de 2,5% em relação ao mesmo período de 2012, impulsionada pelos grupos *alimentos e bebidas* (6,1%) e *despesas pessoais* (3,9%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em abril de 2013 fechou em 20,2% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, a massa real de rendimentos dos trabalhadores ocupados caiu 0,8% no ano. A desaceleração da massa de rendimentos deve-se, principalmente à retração do emprego (-1,0%) e do rendimento médio (-1,4%).

Pautado neste cenário, inicia-se a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises do indicador mensal e acumulado dos últimos doze meses referentes ao ano de 2013.

Em março de 2013, o Índice de Movimentação da Atividade Econômica (IMEC) apresentou queda de 6,6% no índice mensal de março de 2013, na comparação com março de 2012. Nos últimos 12 meses, o indicador acumulou queda de 8,6%. Esses resultados ratificam a retração da atividade econômica afetada pelas exportações, comércio varejista e aumento do desemprego no país.

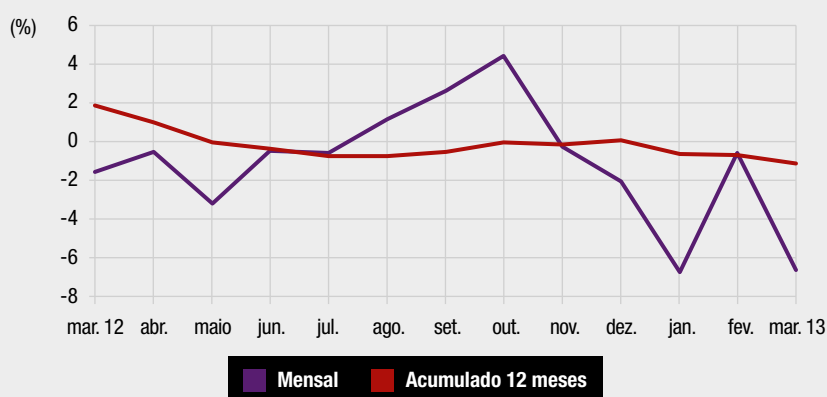


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – mar. 2012-mar. 2013

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

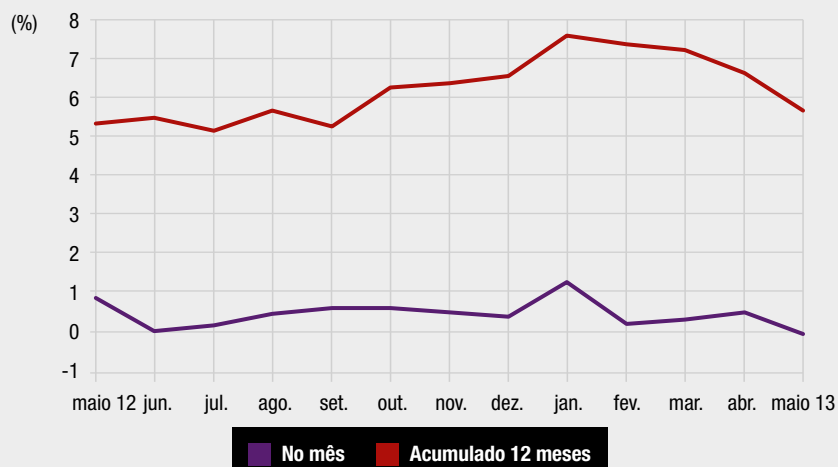
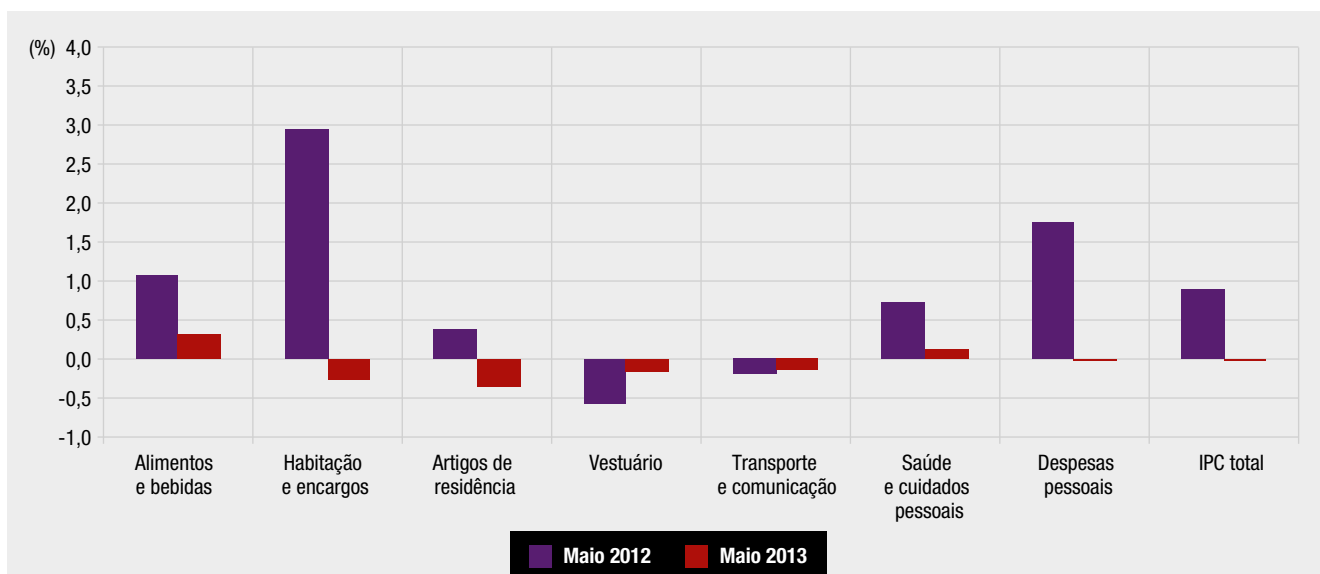


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – maio 2012-maio 2013

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

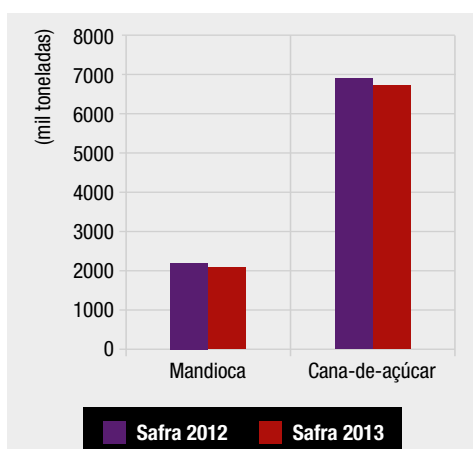
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, apresentou deflação com variação de -0,01% em maio, inferior ao registrado em maio de 2012 (0,09%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu a marca de 5,68%, revelando-se inferior aos 6,64% acumulados até abril. Em maio de 2013, os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições negativas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *Cerimônias familiares e religiosas* (16,21%), *Energia elétrica residencial* (3,41%), *Ônibus à distância* (4,38%), *Móvel para sala* (2,82%), *Serviço de reparo (mão de obra)* (1,21%), *Tomate* (10,28%), *Pintura (material + mão de obra)* (4,95%), *Móvel para copa e cozinha* (9,06%), *Cebola* (9,62%) e *Frango congelado* (2,30%).

**Gráfico 3****Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – maio 2011-maio 2012**

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em maio, decorreram de *Artigos de residência* (-0,35%), *Habitação e Encargos* (-0,26%), e *Vestuário* (-0,15%). Em *Artigos de residência*, destacou-se a queda em *móveis e utensílios* (-0,66%). No grupo *Habitação e Encargos*, predominaram a queda em *operação* (-2,26%), mais precisamente, pela retração nos preços de *energia elétrica residencial* (-3,41%). No grupo de *Vestuário*, ocorreu arrefecimento em *roupas* (-0,50%).

**Gráfico 4****Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2012/2013**

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em maio de 2013, as produções de mandioca e cana-de-açúcar em andamento no estado caíram -4,7% e -2,4%, respectivamente. Apesar de apresentar baixos desempenhos das culturas na área plantada e na área colhida, os rendimentos médios expandiram-se 2,7% e 6,7%, respectivamente, em relação à safra de 2012.

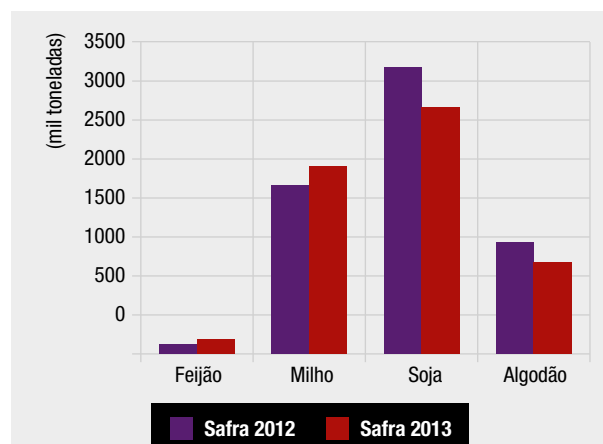


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE apresentou estimativas de expansão na produção para as culturas de feijão (61,9%) e milho (11,2%) e retração nas culturas de soja (-13,9%) e algodão (-18,9%) em relação à safra de 2012. As estimativas para o feijão de área plantada e área colhida cresceram 26,5% e 65,8%, respectivamente, porém o rendimento médio caiu 2,3%. Já a cultura de milho apontou acréscimo na área plantada (14,9%) e na área colhida (32,7%), mas com forte retração no rendimento médio (-16,3%). A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (8,9%), com rendimento médio negativo de 20,9%. Prontamente o algodão apontou supressão tanto na área cultivada (-29,2%) quanto na área colhida (-22,9%), culminando em diminuição do rendimento (-31,5%).

Com base no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE as estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram os seguintes resultados: cacau, em fase de colheita, constatou-se queda na produção (-8,3%), na área plantada (-3,2%), na área colhida (-1,6%), e no rendimento médio (-6,8%); o café, em fase de colheita, as estimativas apontaram expansão na produção do grão (2,8%), retração na área plantada (-13,7%), na área colhida (-14,1%) e expansão no rendimento médio (19,7%) em relação à safra de 2012.

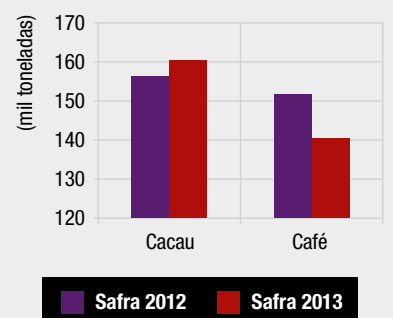


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

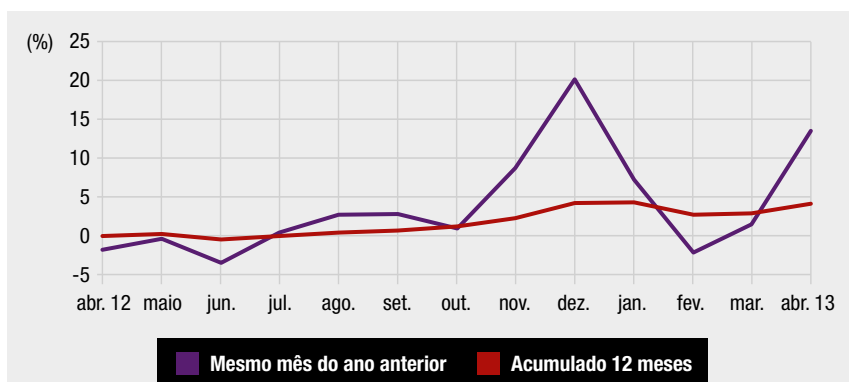


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A produção física da indústria baiana (*Transformação e Extrativa mineral*) teve aumento de 13,5% no mês de abril, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação com igual mês de 2012. O desempenho da produção industrial, em abril, foi influenciado pelo resultado positivo da Indústria de transformação (que registrou acréscimo de 14,1%). Os segmentos que mais influenciaram o indicador mensal foram: *Refino de petróleo e produção de álcool* (20,6%), *Produtos químicos* (14,2%), *Celulose e papel* (21,1%) e *Metalurgia Básica* (14,7%). Em sentido oposto, as principais contribuições negativas vieram dos segmentos de *Minerais não metálicos* (-0,7%). No acumulado de 12 meses, a produção física industrial cresceu 4,1%.

A análise da indústria de transformação apontou, em abril de 2013, eliminando influências sazonais, variação positiva de 4,2% na comparação com o mês de março do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 33,7% registrada no segmento de *Celulose, papel e produtos de papel*. Cabe destacar, também, as contribuições positivas observadas em *Produtos químicos* (7,7%) e *Alimentos e bebidas* (2,3%). A indústria geral também apontou expansão (2,5%), enquanto que a extrativa mineral registrou arrefecimento (-6,3%).

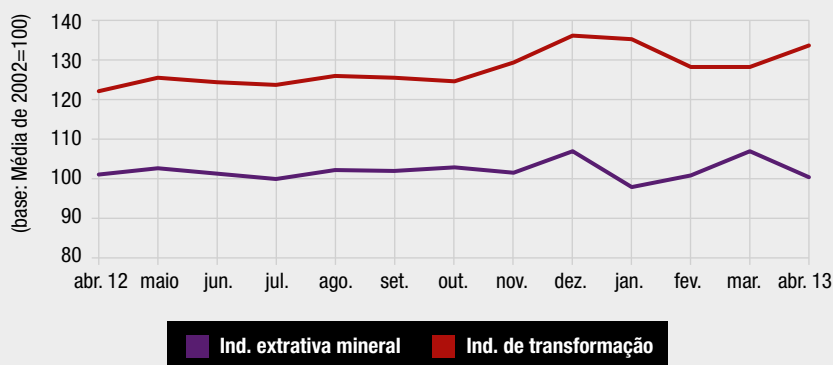


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 5,3% no nível de emprego no mês de abril de 2013, quando comparado ao mesmo mês de 2012. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal foram: *Calçados e couro* (-19,9%), *Máquinas e equipamentos* (-17,7%) e *Minerais não metálicos* (-12,1%). Entre os que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador, sobressaem-se: *Fabricação de meios de transporte* (3,6%), *Produtos químicos* (2,8%) e *Produtos de Metal* (2,8%). No acumulado de 12 meses, passou de -3,3% para o -3,4% em abril, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE.

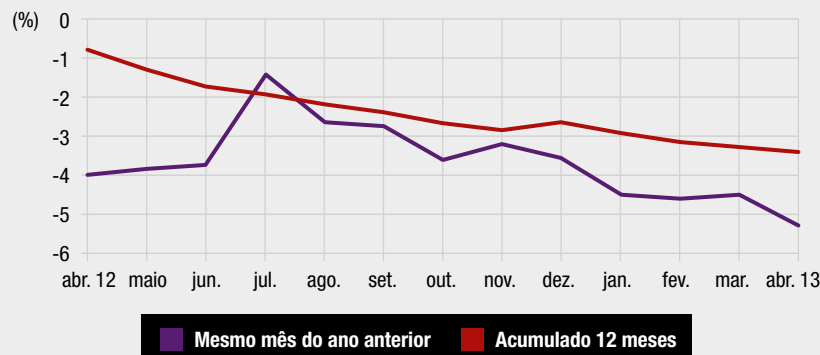


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se que elas totalizaram, em abril, 565 MWh e 282 MWh, respectivamente, representando, para o consumo residencial, acréscimo de 23,4% e, para o consumo comercial, acréscimo de 18,3% em relação ao mesmo mês de 2012. Seguindo a mesma análise, o consumo de energia elétrica na indústria (que tem participação de 36,0% no consumo total) apresentou acréscimo de 3,8%, o primeiro resultado positivo desde março de 2012. No acumulado de 12 meses, o consumo de energia elétrica total ficou relativamente estável, o consumo comercial e residencial cresceram 2,0% e 5,6%, respectivamente, já o consumo industrial mantém taxa negativa. Ressalta-se que os dados aqui considerados são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Coelba e Chesf –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

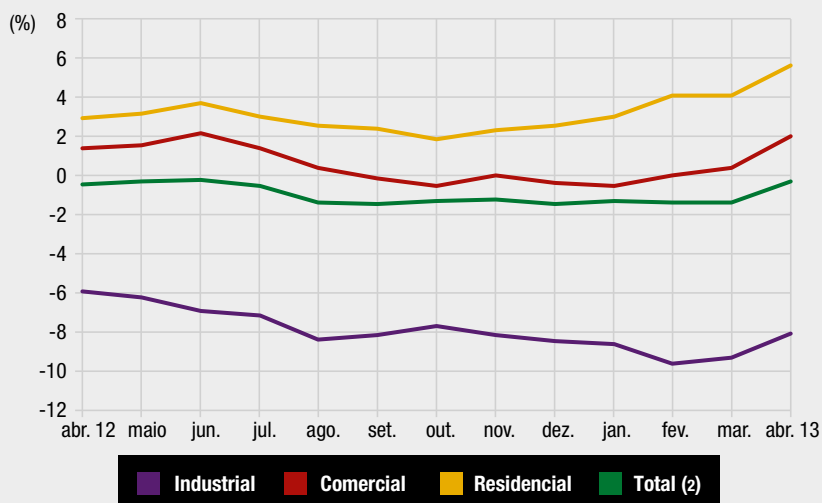


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de abril de 2013, o comércio varejista baiano amparou crescimento das vendas com taxa de 0,9%, considerando igual mês do ano anterior. O comportamento, nos últimos 12 meses, resultou em uma taxa acumulada de 6,5%. Na mesma análise, o segmento de *veículos, motos e peças* apontou elevação de 11,5%, acumulando 15,1% nos últimos 12 meses.

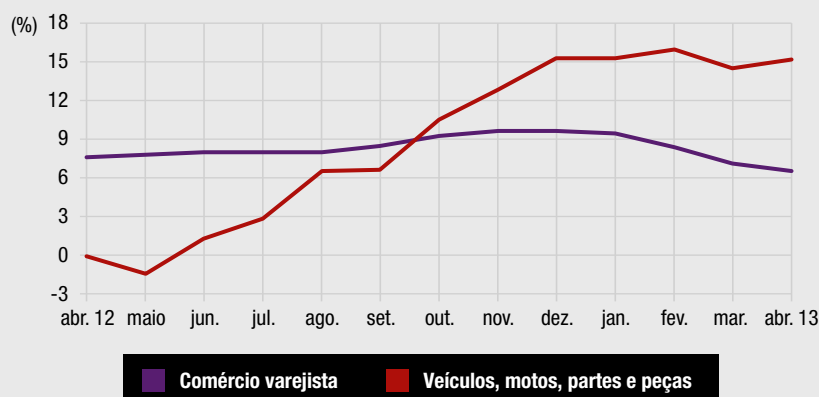


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

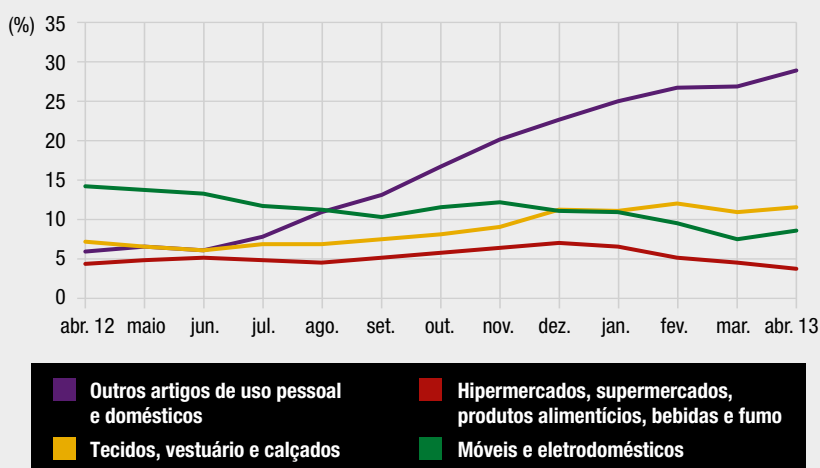


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no comércio varejista foram: *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (28,9%); *equipamentos e materiais para escritório* (20,8%); *livros, jornais, revistas e papelaria* (15,3%); *tecidos e vestuários* (11,6%); *móveis e eletrodomésticos* (8,6%) e *hipermercados e supermercados* (3,8%). Dentre todos os segmentos, o de *combustíveis e lubrificantes* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 2,9%.

Segundo o Bacen, em abril de 2013, foram emitidos 212,6 mil cheques sem fundo na Bahia. Esse saldo resultou na retração de 1,6% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2012. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses continua demonstrando retração no indicador (-14,3%).

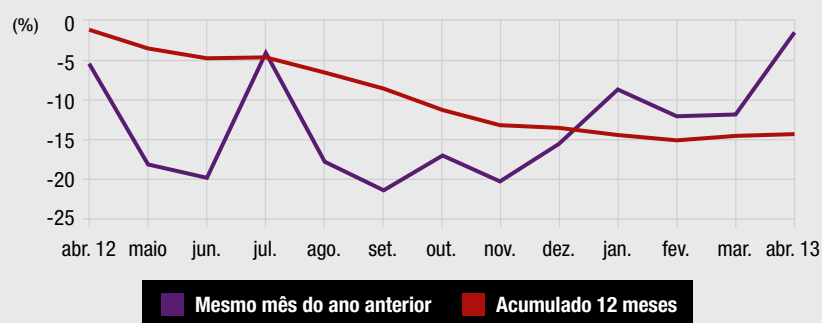


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

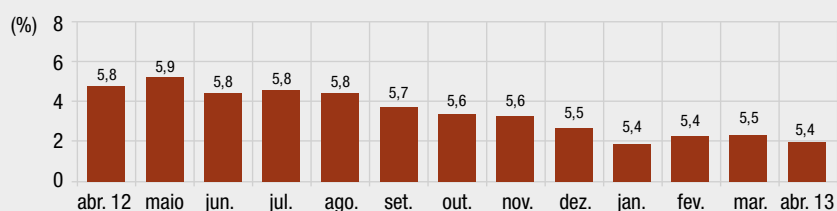


Gráfico 14
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em abril de 2013, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia caiu 0,1 p.p., passando de 5,5%, em março de 2013, para 5,4%, em abril, seguindo uma trajetória média em torno de 5,4% ao longo do ano.

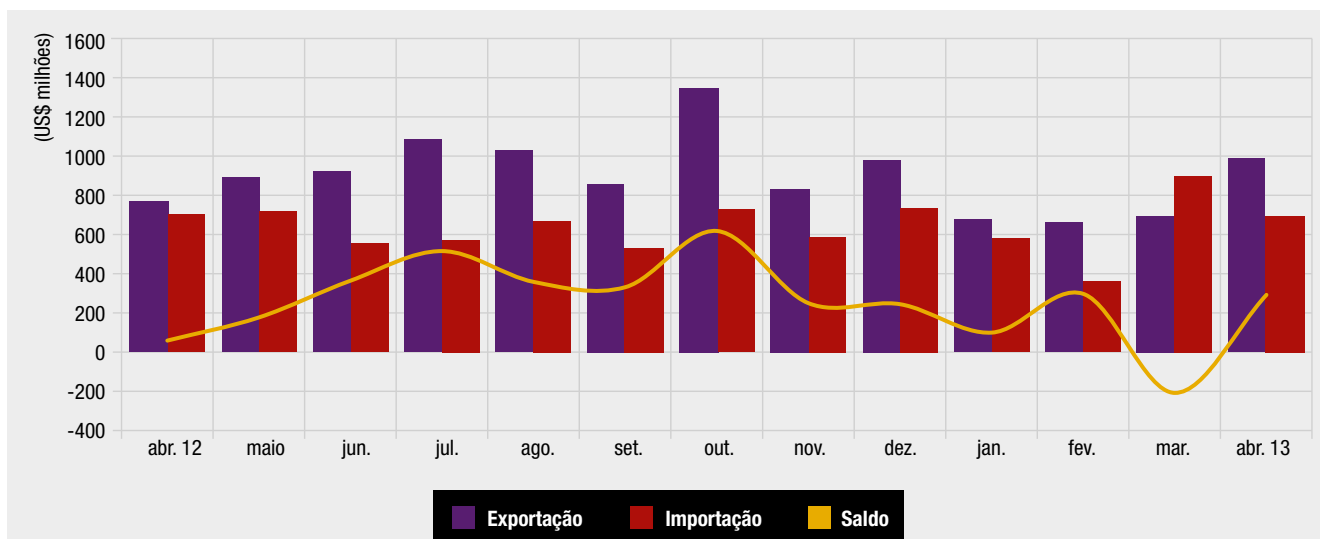


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em abril de 2013, as exportações baianas somaram US\$ 985 milhões, e as importações, US\$ 692 milhões, resultando em um superávit de US\$ 292 milhões. Confrontando abril de 2013 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão, com variação positiva de 28,8%, e as importações, no referido mês, registraram arrefecimento de 1,9% na mesma análise.

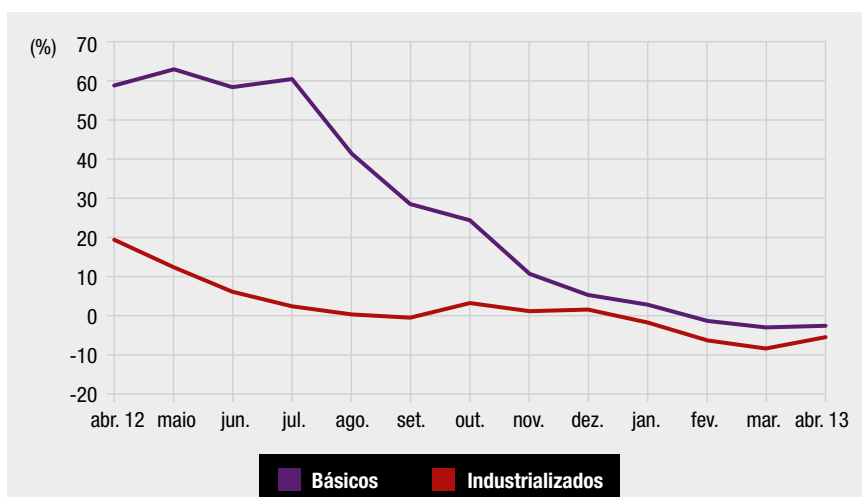


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado apontaram crescimento, em abril de 2013, em relação ao mesmo mês de 2012 nas vendas de produtos básicos (33,9%) e nos produtos industrializados (27,7%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram arrefecimentos de 2,6% e 5,3%, respectivamente.

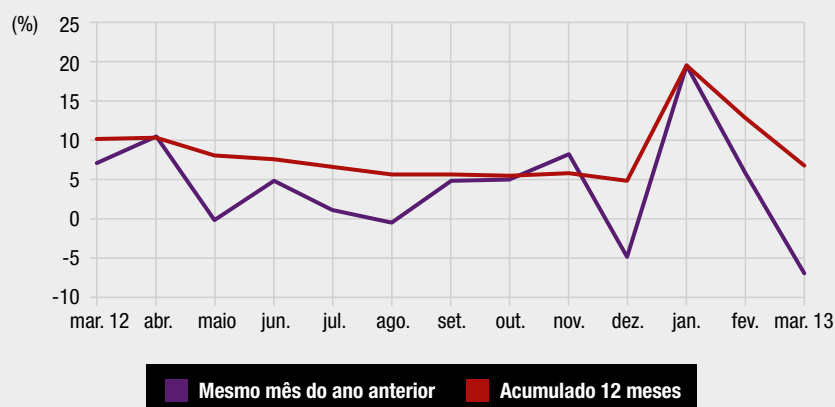


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – mar. 2012-mar. 2013

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – Sefaz, o principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em março, aproximadamente R\$ 1,04 bilhão, com decréscimo de 6,9% em relação ao mesmo mês de 2012. No primeiro trimestre de 2013, a arrecadação de ICMS aumentou 6,8%, comparada com o mesmo período do ano anterior. O indicador acumulado em 12 meses passou de 5,3% para 4,1% entre fevereiro e março.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em abril de 2013, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada, na Bahia, apresentou expansão de 10.186 postos de trabalho. Tal resultado decorreu, principalmente, da expansão de postos de trabalho nos setores de *Serviços* (2.969), *Agropecuária* (2.927) e *Construção Civil* (2.783). No acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu a criação de 26.067 postos de trabalho, o que correspondeu ao acréscimo de 1,51% em relação ao estoque anterior.

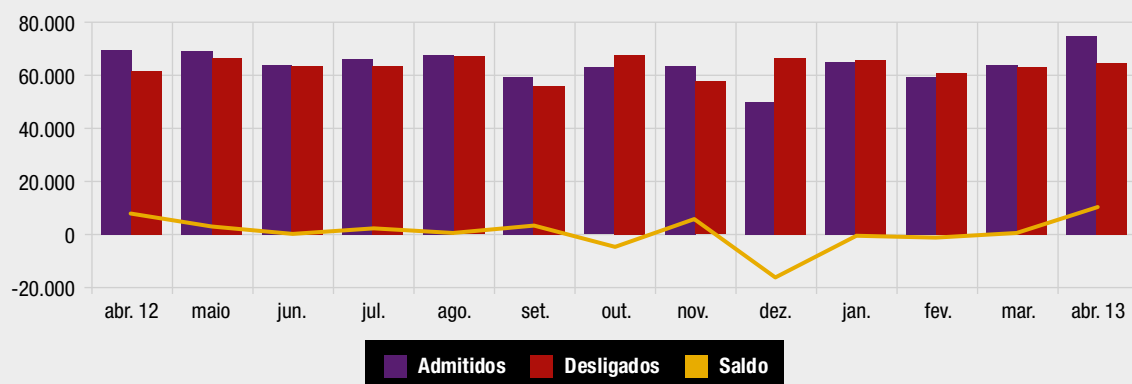


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
Notas:
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram acréscimo na taxa de desemprego total que, em abril, foi de 20,2%, valor maior ao observado em março de 2013 (19,7%). Em março de 2012, a taxa de desemprego foi de 20,2%, indicando aumento de 2,7 p.p. no período. Com relação ao total de ocupados, ocorreu aumento de 0,3% na comparação entre abril de 2013 e o mesmo mês de 2012. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve acréscimo nos setores *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (6,1%) e no setor de *Serviços* (0,7%).

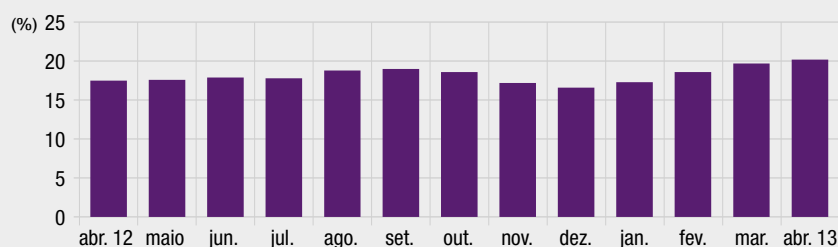


Gráfico 19
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

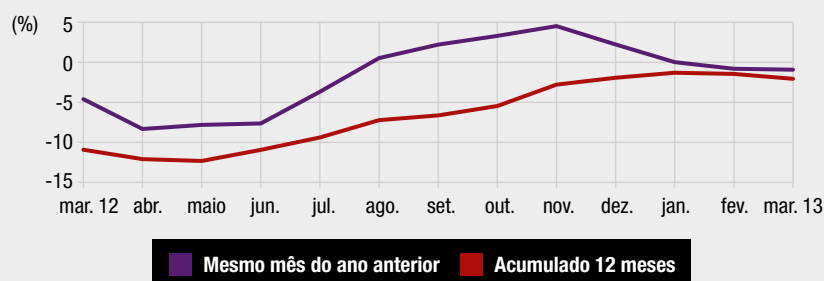


Gráfico 20
Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – mar. 2012-mar. 2013

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

O rendimento médio real dos ocupados, no mês de março de 2013 (R\$ 1.089,00), em comparação ao mês de março de 2012 (R\$ 1.094,00), apresentou retração de 0,4%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada na PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, cresceu 0,8% em março, e, no acumulado de 12 meses, a taxa foi de 1,4%, inferior à taxa de 3,3% observada em fevereiro. A desaceleração da massa de rendimentos em março deve-se, principalmente, ao baixo crescimento do emprego (1,7%), e ao rendimento médio real (-0,9%).

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – maio 2013

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Maio 12	Maio 13	No ano (2)	12 meses (3)	Jun. 07 = 100	Jun. 94 = 100
Alimentos e bebidas	1,07	0,33	6,10	12,83	160,32	392,55
Habitação e encargos	2,96	-0,26	-3,22	-1,03	135,25	927,41
Artigos de residência	0,38	-0,35	1,04	1,77	92,27	212,35
Vestuário	-0,57	-0,15	-0,21	1,39	108,03	193,70
Transporte e comunicação	-0,19	-0,13	2,27	5,08	115,41	827,57
Saúde e cuidados pessoais	0,74	0,13	1,86	4,42	134,89	452,07
Despesas pessoais	1,76	-0,02	3,92	5,59	147,26	580,95
Geral	0,90	-0,01	2,52	5,67	132,54	445,92

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 – 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – maio 2013

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	240,72	-2,83	17,97	20,81	38,59
Belém	308,77	0,52	13,69	23,21	49,50
Belo Horizonte	314,78	-3,00	8,22	18,81	50,46
Brasília	303,37	-2,04	9,94	19,81	48,64
Curitiba	297,92	0,41	9,81	16,68	47,76
Campo Grande	281,40	3,59	15,83	-	45,11
Florianópolis	306,54	-1,56	5,69	20,08	49,14
Fortaleza	296,82	1,97	17,42	26,85	47,59
Goiânia	293,96	3,43	11,70	19,31	47,13
João Pessoa	286,58	-1,51	20,49	26,84	45,94
Manaus	322,98	-4,91	11,27	18,37	51,78
Natal	281,67	-1,71	17,53	20,98	45,16
Porto Alegre	323,17	3,49	9,78	18,62	51,81
Recife	290,94	-2,48	16,87	21,27	46,64
Salvador	257,98	-3,76	13,59	13,03	41,36
São Paulo	342,05	-0,65	12,18	20,57	54,84
Rio de Janeiro	321,41	-1,87	14,04	23,39	51,53
Vitória	325,87	-0,93	12,03	20,18	52,24

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2012	2013 (2)	Variação (%)	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	117.090	133.228	13,8	8.402	7.966	-5,2
Algodão herbáceo	1.256.090	1.019.279	-18,9	432.562	306.168	-29,2
Alho	7.959	7.691	-3,4	635	896	41,1
Amendoim	6.295	7.680	22,0	6.154	7.466	21,3
Arroz total	24.455	2.460	-89,9	14.970	3.270	-78,2
Batata-inglesa	50.010	52.428	4,8	1.446	1.406	-2,8
Cana-de-açúcar	6.894.350	6.731.343	-2,4	120.940	116.319	-3,8
Cebola	217.352	84.853	-61,0	7.494	3.881	-48,2
Feijão total	106.653	172.708	61,9	319.456	404.150	26,5
Feijão 1ª safra	38.812	48.479	24,9	199.928	204.875	2,5
Feijão 2ª safra	67.841	124.229	83,1	119.528	199.275	66,7
Fumo	3.000	3.822	27,4	3.494	3.933	12,6
Mamona	20.329	11.221	-44,8	74.627	67.432	-9,6
Mandioca	2.202.156	2.099.632	-4,7	386.818	329.938	-14,7
Milho total	1.882.938	2.092.911	11,2	589.945	678.024	14,9
Milho 1ª safra	1.747.927	1.593.001	-8,9	424.038	436.595	3,0
Milho 2ª safra	135.011	499.910	270,3	165.907	241.429	45,5
Soja	3.212.789	2.766.335	-13,9	1.112.627	1.211.267	8,9
Sorgo granífero	31.981	33.328	4,2	88.350	89.845	1,7
Tomate	179.707	124.297	-30,8	4.447	2.134	-52,0
Pernamentes						
Banana (4)	1.081.126	1.152.483	6,6	75.122	72.637	-3,3
Cacau	159.432	146.175	-8,3	540.383	523.301	-3,2
Café total	143.107	147.142	2,8	170.774	147.325	-13,7
Café arábica	94.955	94.975	0,0	129.435	105.196	-18,7
Café cenephora	48.152	52.167	8,3	41.339	42.129	1,9
Castanha-de-cajú	1.410	5.073	259,8	27.764	26.163	-5,8
Coco-da-baía (3)	589.759	491.912	-16,6	81.181	74.046	-8,8
Guaraná	2.682	2.772	3,4	6.922	6.755	-2,4
Laranja (4)	1.036.796	1.037.111	0,0	77.559	63.834	-17,7
Pimenta-do-reino	4.008	4.081	1,8	1.872	1.800	-3,8
Sisal	77.978	233.406	199,3	283.378	276.964	-2,3
Uva	62.292	59.902	-3,8	2.624	2.625	0,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2012.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), maio de 2013 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.417	5.424	0,1	21.615	24.563	13,6
Algodão herbáceo	396.146	305.277	-22,9	3.171	3.339	5,3
Alho	635	896	41,1	12.534	8.584	-31,5
Amendoim	6.154	7.466	21,3	1.023	1.029	0,6
Arroz total	14.418	3.270	-77,3	1.696	752	-55,6
Batata-inglesa	1.446	1.406	-2,8	34.585	37.289	7,8
Cana-de-açúcar	117.910	107.943	-8,5	58.471	62.360	6,7
Cebola	7.474	3.881	-48,1	29.081	21.864	-24,8
Feijão total	209.400	347.245	65,8	509	497	-2,3
Feijão 1ª safra	119.980	147.970	23,3	323	328	1,3
Feijão 2ª safra	89.420	199.275	122,9	759	623	-17,8
Fumo	3.464	3.933	13,5	866	972	12,2
Mamona	50.931	36.460	-28,4	399	308	-22,9
Mandioca	221.989	206.017	-7,2	9.920	10.192	2,7
Milho total	403.926	536.146	32,7	4.662	3.904	-16,3
Milho 1ª safra	314.710	294.717	-6,4	5.554	5.405	-2,7
Milho 2ª safra	89.216	241.429	170,6	1.513	2.071	36,8
Soja	1.112.627	1.211.267	8,9	2.888	2.284	-20,9
Sorgo granífero	54.115	81.690	51,0	591	408	-31,0
Tomate	4.405	2.129	-51,7	40.796	58.383	43,1
Pernamentes						
Banana (4)	72.080	72.637	0,8	14.999	15.866	5,8
Cacau	532.074	523.301	-1,6	300	279	-6,8
Café total	159.616	137.150	-14,1	897	1.073	19,7
Café arábica	124.418	100.716	-19,1	763	943	23,6
Café cenephora	35.198	36.434	3,5	1.368	1.432	4,7
Castanha-de-cajú	27.180	25.579	-5,9	52	198	282,3
Coco-da-baía (3)	76.422	74.046	-3,1	7.717	6.643	-13,9
Guaraná	6.669	6.755	1,3	402	410	2,0
Laranja (4)	65.124	63.834	-2,0	15.920	16.247	2,1
Pimenta-do-reino	1.732	1.800	3,9	2.314	2.267	-2,0
Sisal	233.752	238.494	2,0	334	979	193,4
Uva	2.484	2.489	0,2	25.077	24.067	-4,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2012.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), maio de 2013 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – abr. 2013

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Indústria geral	13,5	4,9	4,1
Extrativa mineral	1,8	1,3	2,2
Indústria de transformação	14,1	5,1	4,2
Alimentos e bebidas	1,0	-8,6	-3,5
Celulose, papel e produtos de papel	21,1	6,0	6,6
Refino de petróleo e álcool	20,6	20,3	14,5
Produtos químicos	14,2	-1,5	1,1
Borracha e plástico	10,6	14,6	13,4
Minerais não metálicos	-0,7	-3,2	1,2
Metalurgia básica	14,7	12,0	-5,3
Veículos automotores	41,9	29,7	16,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Abril 2012	-1,8	5,9	0,2
Maio	-0,3	4,5	0,5
Junho	-3,6	3,1	-0,3
Julho	0,6	2,7	0,3
Agosto	2,7	2,7	0,7
Setembro	2,8	2,7	1,0
Outubro	0,7	2,5	1,4
Novembro	9,0	3,1	2,5
Dezembro	20,7	4,4	4,4
Janeiro 2013	7,7	7,7	4,5
Fevereiro	-2,3	2,8	2,8
Março	1,2	2,3	2,9
Abril 2013	14,1	5,1	4,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – abr. 2013

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	1,1	-2,7	11,1	20,6
Residencial	5,9	23,4	12,7	5,6
Industrial (1)	5,0	3,8	-3,7	-8,1
Comercial	2,8	18,3	7,2	2,0
Utilidades públicas (2)	12,4	2,7	-3,2	-1,4
Setor público	16,0	47,1	29,9	22,3
Concessionária	2,0	24,0	9,8	5,7
Total	4,7	12,2	4,6	-0,3

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – abr. 2013

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	0,9	0,2	6,5
Combustíveis e lubrificantes	-13,7	-14,6	-2,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-6,1	-1,0	3,8
Hipermercados e supermercados	-3,6	1,4	4,9
Tecidos, vestuário e calçados	11,1	8,1	11,6
Móveis e eletrodomésticos	20,1	5,9	8,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	22,3	8,5	9,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	26,0	12,4	15,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-15,9	-13,6	20,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	24,6	30,9	28,9
Comércio Varejista Ampliado	4,8	2,0	8,8
Veículos, Motos, Partes e Peças	11,5	4,7	15,1
Material de construção	14,1	6,7	5,6

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – abr. 2012-abr. 2013

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)
Abril	-4,5	-7,2	-10,1	-9,6	-2,4	-4,0	-1,7
Maio	-5,2	-23,4	-12,9	-11,4	-17,8	-6,9	-4,1
Junho	-9,1	-21,4	-14,3	-12,2	-16,3	-8,5	-5,5
Julho	13,3	-9,7	-13,6	-12,0	-5,2	-8,0	-5,7
Agosto	-3,2	-24,6	-15,1	-13,9	-17,0	-9,2	-7,6
Setembro	-13,4	-27,0	-16,4	-15,3	-20,6	-10,5	-9,1
Outubro	21,6	-13,1	-16,1	-16,0	-5,6	-10,0	-9,6
Novembro	-11,8	-18,9	-16,3	-16,3	-12,5	-10,2	-10,0
Dezembro	-1,3	-20,1	-16,6	-16,6	-14,1	-10,5	-10,5
Janeiro 2013	10,9	-14,5	-14,5	-17,3	-6,8	-6,8	-11,2
Fevereiro	-20,2	-21,5	-17,7	-17,9	-15,3	-10,7	-11,7
Março	7,2	-21,4	-18,9	-18,7	-14,6	-12,1	-12,5
Abril	11,4	-8,3	-16,4	-18,8	0,0	-9,1	-12,3

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-abr. 2012/2013

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2012	2013			
Químicos e petroquímicos	578.732	596.066	3,00	19,79	4,12
Papel e celulose	521.684	544.746	4,42	18,08	-1,06
Petróleo e derivados	704.661	370.262	-47,46	12,29	-6,93
Soja e derivados	223.644	330.995	48,00	10,99	20,73
Metalúrgicos	253.126	291.427	15,13	9,67	17,20
Automotivo	178.964	238.194	33,10	7,91	17,35
Metais preciosos	177.468	144.257	-18,71	4,79	-39,55
Borracha e suas obras	119.616	93.471	-21,86	3,10	-5,15
Algodão e seus subprodutos	142.184	73.737	-48,14	2,45	-0,61
Cacau e derivados	83.155	60.720	-26,98	2,02	-20,39
Couros e peles	41.902	43.035	2,70	1,43	10,66
Café e especiarias	53.662	36.382	-32,20	1,21	-3,06
Sisal e derivados	34.587	27.877	-19,40	0,93	1,56
Calçados e suas partes	23.376	27.475	17,53	0,91	-25,17
Minerais	59.335	21.317	-64,07	0,71	1,50
Máqs., apars. e mat. elétricos	25.531	20.665	-19,06	0,69	-0,18
Frutas e suas preparações	21.211	18.530	-12,64	0,62	-0,47
Fumo e derivados	16.017	10.830	-32,39	0,36	27,77
Móveis e semelhantes	3.647	126	-96,54	0,00	10,24
Milho e derivados	-	14	-	0,00	-
Embarcações e est. flutuantes	-	-	-	-	-
Demais segmentos	58.024	62.475	7,67	2,07	6,39
Total	3.320.527	3.012.601	-9,27	100,00	2,47

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/05/2013.

Elaboração: SEI.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-abr. 2012/2013

Países	Pest (t.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2012	2013		2012	2013		
China	329.403	637.479	93,53	285.428	518.425	81,63	17,21
Estados Unidos	427.757	335.682	-21,52	483.401	455.822	-5,71	15,13
Argentina	93.773	98.969	5,54	345.770	335.491	-2,97	11,14
Países Baixos (Holanda)	277.477	342.345	23,38	249.319	250.360	0,42	8,31
Antilhas Holandesas	695.730	344.826	-50,44	466.980	212.783	-54,43	7,06
México	32.960	44.040	33,62	67.175	110.075	63,86	3,65
Alemanha	235.868	121.693	-48,41	149.177	102.770	-31,11	3,41
Espanha	56.444	113.771	101,56	45.121	76.430	69,39	2,54
Colômbia	31.101	33.807	8,70	57.473	76.244	32,66	2,53
Bélgica	153.258	131.916	-13,93	107.876	74.131	-31,28	2,46
Coreia do Sul	30.576	42.411	38,71	67.922	71.571	5,37	2,38
Itália	132.350	84.065	-36,48	91.916	67.649	-26,40	2,25
França	101.478	98.558	-2,88	57.889	58.769	1,52	1,95
Canadá	3.871	2.786	-28,03	48.954	56.133	14,66	1,86
Suíça	333	139	-58,26	103.089	48.436	-53,02	1,61
Indonésia	30.495	18.378	-39,73	54.545	35.453	-35,00	1,18
Arábia Saudita	1.558	62.254	3.894,86	1.597	34.903	2.085,21	1,16
Taiwan (Formosa)	15.376	44.852	191,70	15.687	32.666	108,24	1,08
Uruguai	31.826	31.183	-2,02	34.515	30.872	-10,55	1,02
Cingapura	93.001	40.764	-56,17	58.684	26.494	-54,85	0,88
Venezuela	8.470	6.332	-25,24	51.296	25.388	-50,51	0,84
Chile	17.375	11.401	-34,38	39.425	24.669	-37,43	0,82
Japão	20.472	10.778	-47,35	35.045	21.768	-37,89	0,72
Costa Rica	4.531	3.172	-30,00	30.344	21.234	-30,02	0,70
Equador	6.983	31.117	345,61	11.836	20.349	71,92	0,68
Hong Kong	15.371	21.046	36,92	13.452	19.555	45,36	0,65
Peru	7.744	6.342	-18,12	13.457	18.177	35,08	0,60
Finlândia	20.817	8.524	-59,05	43.065	17.394	-59,61	0,58
Índia	1.769	6.237	252,51	3.288	17.126	420,80	0,57
Reino Unido	5.291	10.074	90,41	6.531	12.346	89,03	0,41
Demais países	328.637	99.020	-69,87	280.270	139.117	-50,36	4,62
Total	3.212.097	2.843.962	-11,46	3.320.527	3.012.601	-9,27	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/05/2013.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-abr. 2013

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)	
	Total		Ocupados		Desempregados							
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)		
Janeiro 2012	1.761	117,6	1.497	136,2	264	66,3	1.286	134,2	57,8	15,0	3.509	
Fevereiro	1.788	119,4	1.505	136,9	283	71,1	1.263	131,8	58,6	15,8	3.513	
Março	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517	
Abril	1.778	118,8	1.467	133,5	311	78,1	1.283	133,9	58,1	17,5	3.521	
Mai	1.803	120,4	1.486	135,2	317	79,6	1.263	131,8	58,8	17,6	3.525	
Junho	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529	
Julho	1.842	123,0	1.514	137,8	328	82,4	1.233	128,7	59,9	17,8	3.533	
Agosto	1.854	123,8	1.505	136,9	349	87,7	1.226	128,0	60,2	18,8	3.537	
Setembro	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541	
Outubro	1.887	126,1	1.536	139,8	351	88,2	1.201	125,4	61,1	18,6	3.545	
Novembro	1.887	126,1	1.562	142,1	325	81,7	1.206	125,9	61,0	17,2	3.549	
Dezembro	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553	
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557	
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561	
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565	
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569	
Variação mensal (%)												
Abr. 2013/mar. 2013		-1,5		-2,1		1,1		2,7		-1,7		2,5
Variação no ano (%)												
Abr. 2013/dez. 2012		-1,1		-5,3		20,3		3,2		-1,7		21,7
Variação anual (%)												
Abr. 2013/abr. 2012		3,8		0,3		19,9		-0,9		1,9		15,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro 2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador

Jan. 2012-abr. 2013

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2012	15,0	10,3	4,7	3,4	1,3	14,5	9,9	4,7	17,0	12,1	(i)
Fevereiro	15,8	10,9	4,9	3,6	1,3	15,3	10,5	4,9	17,5	12,5	(i)
Março	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3	17,2	11,3	5,9	17,6	13,1	(i)
Abril	17,5	11,8	5,7	4,4	1,3	17,1	11,1	6,1	18,7	14,4	(i)
Maio	17,6	12,0	5,6	4,2	1,4	17,1	11,3	5,9	19,1	14,5	(i)
Julho	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5	17,1	11,4	5,7	20,5	14,8	5,7
Julho	17,8	12,4	5,5	4,1	1,4	17,1	11,8	5,3	20,4	14,5	6,0
Agosto	18,8	13,0	5,9	4,5	1,4	18,2	12,2	6,0	21,0	15,5	5,5
Setembro	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3	17,9	12,2	5,7	22,6	16,3	6,3
Outubro	18,6	12,7	5,9	4,6	1,3	17,6	11,7	5,9	22,0	16,2	5,9
Novembro	17,2	11,7	5,5	4,4	(i)	16,3	11,0	5,3	20,5	14,5	6,0
Dezembro	16,6	11,4	5,2	4,3	(i)	16,0	10,7	5,3	18,8	13,8	(i)
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(i)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(i)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(i)
Variação Mensal											
Abr. 2013/mar. 2013	2,5	8,2	-9,5	-12,0	0,0	4,9	9,7	-6,7	-4,7	3,4	-
Variação no Ano											
Abr. 2013/dez. 2012	21,7	27,2	9,6	2,3	-	20,0	27,1	5,7	29,3	31,9	-
Variação Anual											
Abr. 2013/abr. 2012	15,4	22,9	0,0	0,0	0,0	12,3	22,5	-8,2	29,9	26,4	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(i) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-abr. 2013

(%)

Períodos	Total geral (1)	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar						
		Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços			
					Total (5)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (6)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (7)	Serviços domésticos (8)
Janeiro 2012	100,0	8,7	10,0	19,6	59,3	17,7	13,8	8,9
Fevereiro	100,0	8,5	10,0	19,4	59,5	18,1	13,6	8,8
Março	100,0	8,3	9,9	19,1	59,8	18,4	13,4	8,7
Abril	100,0	8,7	10,0	18,9	59,4	18,6	13,2	8,5
Maio	100,0	8,8	9,7	19,2	59,7	17,9	13,8	8,4
Junho	100,0	9,0	9,8	19,2	59,3	17,7	14,0	8,5
Julho	100,0	8,7	9,7	19,2	59,6	17,4	14,2	8,6
Agosto	100,0	8,7	9,4	19,2	59,7	17,6	14,1	8,3
Setembro	100,0	8,6	8,8	19,1	60,7	17,9	14,2	8,2
Outubro	100,0	8,6	8,9	19,2	60,6	18,0	14,0	8,0
Novembro	100,0	8,4	9,5	18,9	60,8	17,9	14,3	8,1
Dezembro	100,0	8,8	9,6	19,0	60,1	17,8	14,0	7,9
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	18,2	13,5	7,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). Serviços de Transporte, armazenagem e Correio (Seção H da CNAE 2.0 domiciliar). Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar). Atividades administrativas e serviços complementares (Seção N da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-abr. 2013

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2012	65,5	46,8	8,4	10,4	21,4	19,6	1,8	2,6	8,9	1,6
Fevereiro	65,9	46,8	8,4	10,7	21,2	19,6	1,7	2,5	8,8	1,6
Março	67,0	48,1	8,3	10,4	20,6	19,1	1,5	2,4	8,7	1,3
Abril	67,9	49,6	8,2	10,1	20,0	18,4	1,7	2,3	8,5	(3)
Maio	68,3	50,5	8,0	9,7	19,7	18,0	1,7	2,2	8,4	1,4
Junho	67,7	50,1	8,0	9,5	20,3	18,5	1,9	2,1	8,5	1,4
Julho	67,3	49,3	8,1	9,9	20,5	18,8	1,7	2,2	8,6	1,4
Agosto	66,2	48,3	8,0	9,9	21,6	19,6	2,0	2,2	8,3	1,7
Setembro	66,6	48,0	8,5	10,1	21,3	19,3	1,9	2,3	8,2	1,6
Outubro	66,9	47,9	8,6	10,4	20,8	19,0	1,8	2,4	8,0	1,9
Novembro	67,8	48,7	8,6	10,6	20,3	18,7	1,5	2,5	8,1	1,3
Dezembro	68,4	49,8	8,1	10,6	19,7	18,4	(3)	2,6	7,9	1,4
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-mar. 2013

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2012	1.113	98,4	1.233	98,6	808	105,6
Fevereiro	1.107	97,9	1.217	97,3	810	105,8
Março	1.094	96,8	1.202	96,1	784	102,4
Abril	1.077	95,2	1.184	94,6	792	103,4
Mai	1.067	94,4	1.180	94,3	787	102,8
Junho	1.079	95,4	1.179	94,2	843	110,1
Julho	1.088	96,2	1.188	95,0	849	110,9
Agosto	1.101	97,4	1.197	95,7	850	111,0
Setembro	1.095	96,8	1.197	95,7	822	107,4
Outubro	1.096	96,9	1.199	95,9	807	105,5
Novembro	1.114	98,5	1.220	97,5	820	107,1
Dezembro	1.108	98,0	1.209	96,7	822	107,4
Janeiro 2013	1.107	98	1.203	96	831	109
Fevereiro	1.098	97	1.196	96	831	109
Março	1.089	96	1.192	95	794	104
Variação mensal (%)						
Mar. 2013/fev. 2013		-0,8		-0,4		-4,4
Variação no ano (%)						
Mar. 2013/dez. 2012		-1,7		-1,5		-3,4
Variação anual (%)						
Mar. 2013/mar. 2012		-0,4		-0,9		1,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Excluídos os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de junho 2012.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-mar. 2013

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2012	1.113	(3)	698	788	1.128	2.707
Fevereiro	1.107	(3)	711	807	1.132	2.644
Março	1.094	(3)	726	813	1.099	2.681
Abril	1.077	(3)	722	817	1.068	2.579
Maio	1.067	535	704	793	1.080	2.641
Junho	1.079	527	711	804	1.108	2.611
Julho	1.088	527	718	807	1.131	2.695
Agosto	1.101	569	732	814	1.111	2.669
Setembro	1.095	(3)	722	801	1.096	2.710
Outubro	1.096	(3)	708	795	1.096	2.683
Novembro	1.114	(3)	707	792	1.116	2.719
Dezembro	1.108	(3)	719	797	1.115	2.667
Janeiro 2013	1.107	(3)	732	810	1.105	2.700
Fevereiro	1.098	(3)	715	810	1.108	2.712
Março	1.089	(3)	698	815	1.095	2.659
Variação mensal (%)						
Mar. 2013/fev. 2013	-0,8	–	-2,4	0,7	-1,1	-2,0
Variação no ano (%)						
Mar. 2013/dez. 2012	-1,7	–	-3,0	2,3	-1,8	-0,3
Variação anual (%)						
Mar. 2013/mar. 2012	-0,4	–	-3,9	0,3	-0,4	-0,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de março de 2013.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-mar. 2013

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2012	1.233	1.083	1.332	908	1.045	1.153	672	2.071
Fevereiro	1.217	1.078	1.330	894	1.042	1.146	672	2.042
Março	1.202	1.079	1.384	893	1.026	1.141	705	1.977
Abril	1.184	1.073	1.379	902	1.036	1.132	707	1.926
Maiο	1.180	1.066	1.491	900	1.012	1.130	677	1.961
Junho	1.179	1.061	1.451	919	1.014	1.132	639	1.963
Julho	1.188	1.071	1.454	930	1.007	1.144	638	1.935
Agosto	1.197	1.072	1.269	960	1.029	1.148	642	1.940
Setembro	1.197	1.058	1.252	941	1.018	1.133	627	2.010
Outubro	1.199	1.047	1.275	933	1.007	1.119	620	2.075
Novembro	1.220	1.071	1.468	898	1.029	1.138	642	2.078
Dezembro	1.209	1.079	1.513	896	1.037	1.141	670	2.009
Janeiro 2013	1.203	1.085	1.472	888	1.063	1.145	681	2.010
Fevereiro	1.196	1.073	1.442	906	1.044	1.131	698	2.113
Março	1.192	1.065	1.434	906	1.040	1.123	687	2.138
Variação mensal (%)								
Mar. 2013/fev. 2013	-0,4	-0,8	-0,5	0,0	-0,4	-0,7	-1,6	1,2
Variação no ano (%)								
Mar. 2013/dez. 2012	-1,5	-1,4	-5,2	1,2	0,3	-1,6	2,5	6,4
Variação anual (%)								
Mar. 2013/mar. 2012	-0,9	-1,4	3,6	1,5	1,3	-1,6	-2,6	8,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de junho de 2012.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-mar. 2013

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2012	326	593	758	1.191	2.172	591	673	849	1.304	2.351
Fevereiro	324	629	754	1.195	2.165	592	672	841	1.303	2.172
Março	324	667	754	1.185	2.154	667	672	840	1.299	2.165
Abril	332	660	754	1.185	2.121	660	670	848	1.286	2.145
Mai	326	654	750	1.156	2.102	654	666	841	1.272	2.121
Junho	317	653	756	1.166	2.101	653	659	840	1.261	2.121
Julho	314	652	755	1.155	2.101	652	653	840	1.260	2.102
Agosto	315	649	772	1.252	2.096	649	653	838	1.260	2.096
Setembro	314	645	765	1.244	2.086	645	652	834	1.257	2.088
Outubro	312	639	761	1.236	2.073	639	649	829	1.251	2.086
Novembro	325	637	771	1.235	2.072	637	644	829	1.254	2.253
Dezembro	327	634	768	1.229	2.059	634	640	823	1.268	2.141
Janeiro 2013	351	634	771	1224	2048	634	682	819	1253	2150
Fevereiro	351	633	764	1207	2038	633	681	815	1243	2208
Março	350	678	764	1200	2012	678	682	804	1248	2190
Variação mensal (%)										
Mar. 2013/fev. 2013	-0,4	7,1	0,0	-0,6	-1,3	7,1	0,1	-1,3	0,3	-0,8
Variação no ano (%)										
Mar. 2013/dez. 2012	6,9	6,9	-0,5	-2,3	-2,3	6,9	6,5	-2,3	-1,6	2,3
Variação anual (%)										
Mar. 2013/mar. 2012	8,1	1,6	1,3	1,3	-6,6	1,6	1,4	-4,3	-3,9	1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de junho de 2012.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-abr. 2013

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2012 (2)	1.586	36	-2.983	2.613	3.120
Declaração fora do prazo	4.153	1.162	2.675	2.972	5.745
Com ajuste (3)	5.739	1.198	-308	5.585	8.865
Janeiro	2.068	255	536	-752	2.172
Fevereiro	-1.661	-403	-1.928	-539	1.209
Março	2.622	281	1.705	-1.041	1.500
Abril	2.327	158	748	268	1.161
Maio	-2.550	22	-522	412	-2.202
Junho	-1.810	174	-704	-172	-1.002
Julho	954	503	713	-151	-54
Agosto	-80	-137	-1.234	135	1.229
Setembro	1.308	31	510	505	229
Outubro	-1.017	316	-776	978	-1.263
Novembro	5.164	290	771	2.352	1.990
Dezembro	-5.739	-1.454	-2.802	618	-1.849
2013 (2)	2.468	598	1.297	-3.240	3.726
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Maio 2012-abr. 2013 (2)	-1.302	343	-2.747	1.437	804

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

Tabela 21
Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – jan. 2012-abr. 2013

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2012 (2)	9.310	-5.658	-100	8.184	12.176
Declaração fora do prazo	31.662	2.942	5.974	8.394	12.072
Com ajuste (3)	40.972	-2.716	5.874	16.578	24.248
Janeiro	6.861	1.375	1.477	-546	3.363
Fevereiro	-1.619	-908	-1.758	-678	1.457
Março	2.243	-911	2.647	-1.194	2.299
Abril	7.847	1.571	1.153	785	1.843
Maió	3.071	1.111	-174	226	-1.652
Junho	241	597	-952	269	-499
Julho	2.209	1.410	1.213	31	661
Agosto	442	-314	-1.109	1.053	2.757
Setembro	3.479	-251	1.004	1.683	1.793
Outubro	-4.886	-1.974	-870	1.482	-1.097
Novembro	5.695	-1.419	1.656	4.056	3.489
Dezembro	-16.273	-5.945	-4.387	1.017	-2.238
2013 (2)	8.857	-374	4.857	-4.111	5.103
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	15.564	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maió-abr. 2013 (2)	2.835	-3.152	5.519	15.776	22.997

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Receita realizada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	245.832.357	233.158.504	478.990.861	327.985.395	318.126.161	1.554.623.015
Receitas correntes	206.328.805	191.121.991	397.450.796	194.904.219	188.025.843	1.134.717.311
Receita tributária	71.605.855	65.774.555	137.380.410	65.924.206	68.075.511	347.752.023
Impostos	70.885.489	62.532.598	133.418.087	65.095.365	64.933.192	340.901.477
Taxas	720	3.241.956	3.242.676	828.842	3.142.319	6.850.547
Receita de contribuições	106.456.744	99.121.605	205.578.349	95.440.914	95.288.082	590.425.207
Contribuições sociais	104.988.858	96.656.877	201.645.735	93.385.785	92.351.671	578.861.382
Contribuições econômicas	1.467.885	2.464.728	3.932.613	2.055.129	2.936.411	11.563.824
Receita patrimonial	10.651.712	10.863.231	21.514.943	14.434.065	10.741.300	81.046.659
Receitas imobiliárias	187.334	202.775	390.109	171.154	173.628	1.214.330
Receitas de valores mobiliários	1.786.469	2.795.412	4.581.881	6.711.568	2.886.964	41.734.464
Receita de concessões e permissões	293	979.570	979.863	331.918	266.172	2.059.631
Compensações financeiras	7.990.852	6.833.316	14.824.168	7.171.719	7.369.518	35.720.856
Receita de Cessão de Direitos	382.028	51.559	433.587	45.994	42.700	276.753
Outras receitas patrimoniais	12.221	600	12.821	1.712	2.319	40.623
Receita agropecuária	4.121	3.882	8.003	4.085	4.216	24.734
Receita da produção vegetal	2.382	2.319	4.701	2.219	2.886	14.596
Receita da produção animal e derivados	1.737	1.562	3.299	1.864	1.329	10.121
Outras receitas agropecuárias	2	-	2	1	1	16
Receita industrial	107.112	204.987	312.099	84.028	206.215	756.043
Receita da indústria de transformação	107.112	204.987	312.099	84.028	206.215	756.043
Receita de serviços	10.385.600	7.356.904	17.742.504	9.755.930	7.778.510	47.919.702
Transferências correntes	139.060	43.771	182.831	127.949	77.081	844.445
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	589
Transferências de instituições privadas	3.042	579	3.621	554	172	68.920
Transferências do exterior	1.653	(6.856)	(5.203)	(1)	3.339	9.679
Transferências de pessoas	81	236	317	82	119	542
Transferências de convênios	134.263	49.803	184.066	127.277	72.922	764.048
Transferências para o combate à fome	21	9	30	37	529	665
Receitas correntes a classificar	103	327	430	1	13	-
Outras receitas correntes	6.978.499	7.752.729	14.731.228	9.133.041	5.854.916	65.948.498
Multas e juros de mora	3.020.021	3.859.067	6.879.088	2.270.994	2.742.621	28.599.776
Indenizações e restituições	922.445	671.334	1.593.779	513.605	633.266	4.214.059
Receita da dívida ativa	1.055.059	1.050.582	2.105.641	968.770	719.351	14.647.534
Receitas diversas	1.980.973	2.171.746	4.152.719	5.379.672	1.759.678	18.487.129
Receitas de capital	39.503.552	42.036.512	81.540.064	133.081.175	130.100.318	419.905.705
Operações de crédito	23.912.181	15.728.443	39.640.624	119.734.727	13.860.470	174.699.179
Operações de crédito internas	23.758.601	15.583.974	39.342.575	118.929.205	12.883.907	169.696.488
Operações de crédito externas	153.579	144.469	298.048	805.522	976.563	5.002.691
Alienação de bens	470.110	186.739	656.849	333.043	257.398	14.217.901
Alienação de bens móveis	448.088	163.097	611.185	276.836	238.577	14.006.479
Alienação de bens imóveis	22.022	23.642	45.664	56.207	18.821	211.422
Amortizações de empréstimos	6.900.518	6.030.495	12.931.013	6.377.897	5.108.236	34.287.203
Transferências de capital	28.056	20.106	48.162	43.546	13.504	219.864
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferência de outras instituições públicas	-	4.646	4.646	4.852	-	5.103
Transferências de convênios	28.056	14.897	42.953	38.694	13.504	214.760
Outras receitas de capital	8.192.688	20.070.730	28.263.418	6.591.961	110.860.711	196.481.557
Resultado do Banco Central do Brasil	-	12.545.809	12.545.809	-	103.484.091	148.767.263
Remuneração das disponibilidades	8.192.529	7.524.706	15.717.235	6.580.594	7.329.287	47.645.592
Proveniente da Execução de Garantias	130	127	257	50	256	887
Receita dívida ativa alienação estoques de café	29	81	110	48	45	717

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	-	7	7	11.270	47.032	58.492
Receitas de capital diversas ²	-	-	-	-	-	8.605
Receita (intraorçamentária) (II)	2.042.973	5.478.446	7.521.419	2.273.469	2.523.746	17.929.772
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	247.875.330	238.636.950	486.512.280	330.258.864	320.649.908	1.572.552.787
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	22.077.342	116.275.348	138.352.690	49.955.658	73.969.894	376.744.177
Operações de crédito internas	22.077.342	116.275.348	138.352.690	48.979.401	71.726.092	372.030.365
Mobiliária	22.077.342	116.275.348	138.352.690	48.979.401	71.726.092	372.030.365
Operações de crédito externas	-	-	-	976.257	2.243.802	4.713.813
Mobiliária	-	-	-	976.257	2.243.802	4.713.813
Subtotal com refinanciamento (V) = (III +IV)	269.952.672	354.912.298	624.864.970	380.214.522	394.619.802	1.949.296.965
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	269.952.672	354.912.298	624.864.970	380.214.522	394.619.802	1.949.296.965
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receita (intraorçamentária) (II)	2.042.973	5.478.446	7.521.419	2.273.469	2.523.746	17.929.772
Receitas correntes	2.040.028	4.246.094	6.286.122	2.121.758	2.051.637	15.536.153
Receita tributária	28	(105)	(77)	86	98	446
Impostos	14	(218)	(204)	1	6	(1)
Taxas	14	114	128	85	92	447
Receita de contribuições	1.973.618	2.265.775	4.239.393	2.095.482	2.011.251	13.477.073
Contribuições sociais	1.973.616	2.265.768	4.239.384	2.095.482	2.011.167	13.476.991
Contribuições econômicas	1	7	8	-	84	80
Receita patrimonial	378	687	1.065	292	3.827	14.491
Receitas imobiliárias	350	580	930	278	564	2.842
Receitas de valores mobiliários	-	23	23	9	3.244	11.359
Receita de concessões e permissões	29	84	113	4	19	288
Receita industrial	21.812	22.440	44.252	20.962	24.120	161.664
Receita da indústria de transformação	21.812	22.440	44.252	20.962	24.120	161.664
Receita de serviços	43.125	39.952	83.077	1.588	7.201	55.057
Outras receitas correntes	1.067	1.917.344	1.918.411	3.349	5.140	1.827.424
Multas e juros de mora	91	228	319	453	152	319
Indenizações e restituições	966	4.475	5.441	2.872	4.959	36.385
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	-	1.912.610	1.912.610	-	-	1.790.000
Receitas diversas	10	32	42	24	29	720
Receitas de capital	2.946	1.232.352	1.235.298	151.711	472.110	2.393.621
Operações de crédito	2.946	1.232.352	1.235.298	125.864	492.956	2.383.620
Operações de crédito internas	2.946	1.232.352	1.235.298	125.864	492.956	2.383.620
Alienação de bens	-	-	-	25.847	(25.847)	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	25.847	(25.847)	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	-	-	-	-	5.000	10.000
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	-	5.000	10.000
Remuneração das disponibilidades	-	-	-	-	-	-
Proveniente da execução de garantias	-	-	-	-	-	-
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

(…) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

Despesa executada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	188.929.111	206.732.553	395.661.664	261.389.265	206.971.695	1.413.340.607
Despesas correntes	183.606.306	164.209.395	347.815.701	162.433.526	161.298.202	1.032.074.038
Pessoal e encargos sociais	30.172.533	33.844.850	64.017.383	29.102.890	30.342.272	188.771.336
Juros e encargos da dívida	29.346.877	17.923.031	47.269.908	30.608.752	19.877.922	134.079.856
Outras despesas correntes	124.086.896	112.441.514	236.528.410	102.721.884	111.078.008	709.222.845
Transferência a estados, DF e municípios	41.764.298	32.777.272	74.541.570	33.836.130	37.951.491	234.665.691
Benefícios previdenciários	61.915.181	50.162.006	112.077.187	23.696.045	47.805.991	283.179.936
Demais despesas correntes	20.407.417	29.502.236	49.909.653	45.189.709	25.320.526	191.377.219
Despesas de capital	5.322.804	42.523.158	47.845.962	98.955.739	45.673.493	381.266.570
Investimentos	133.090	1.198.881	1.331.971	85	1.476.038	21.998.436
Inversões financeiras	4.481.586	5.813.899	10.295.485	5.083.118	4.345.020	39.230.650
Amortização da dívida	708.128	35.510.378	36.218.506	93.787.280	39.852.436	319.952.229
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	2.402.723	4.598.959	7.001.682	2.337.168	2.779.510	18.886.825
Despesas correntes	2.399.715	4.564.255	6.963.970	2.324.510	2.314.660	17.413.015
Pessoal e encargos sociais	2.360.832	2.549.268	4.910.100	2.278.114	2.243.981	14.971.467
Outras despesas correntes	38.884	2.014.987	2.053.871	46.396	70.679	2.441.549
Demais despesas correntes	38.884	2.014.987	2.053.871	46.396	70.679	2.441.549
Despesas de capital	3.008	34.703	37.711	12.658	464.850	1.473.808
Investimentos	47	232	279	12.587	1.056	32.317
Inversões financeiras	2.961	34.472	37.433	72	463.794	1.441.494
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	191.331.834	211.331.512	402.663.346	263.726.433	209.751.205	1.432.227.431
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	133.696.507	109.707.339	243.403.846	132.158.981	52.897.503	298.989.692
Amortização da dívida interna	133.307.066	108.988.093	242.295.159	130.333.449	50.836.293	292.886.262
Dívida mobiliária	133.307.066	108.983.916	242.290.982	130.333.445	50.829.560	292.875.235
Outras dívidas	-	4.176	4.176	4	6.733	11.027
Amortização da dívida externa	389.440	719.246	1.108.686	1.825.532	2.061.210	6.103.430
Dívida mobiliária	340.572	388.286	728.858	1.768.301	1.736.010	4.289.763
Outras dívidas	48.868	330.960	379.828	57.231	325.200	1.813.667
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	325.028.341	321.038.850	646.067.191	395.885.414	262.648.708	1.731.217.124
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	325.028.341	321.038.850	646.067.191	395.885.414	262.648.708	1.731.217.124

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanço orçamentário – receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.174.508.854	3.797.569.191	8.972.078.045	4.471.869.653	4.565.026.560	29.944.971.811
Receitas correntes	4.455.814.075	4.399.694.138	8.855.508.213	4.342.699.658	4.419.503.316	27.279.457.509
Receita tributária	2.874.009.806	2.603.491.505	5.477.501.311	2.576.132.615	2.553.595.324	15.864.323.802
Impostos	2.864.414.977	2.418.534.970	5.282.949.947	2.505.357.866	2.439.467.254	15.199.307.124
Taxas	9.594.829	184.956.535	194.551.364	70.774.749	114.128.071	665.016.679
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	253.272.183	317.716.726	570.988.909	268.219.588	300.647.655	1.809.252.132
Contribuições sociais	253.272.183	317.716.726	570.988.909	268.219.588	300.647.655	1.809.252.132
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	8.514.155	79.758.842	88.272.997	56.064.924	88.859.122	909.100.576
Receitas imobiliárias	1.399.307	4.095.667	5.494.974	4.830.464	6.376.671	38.952.302
Receitas de valores mobiliários	1.399.307	49.135.482	50.534.788	46.453.980	76.146.202	309.804.366
Receitas de concessões e permissões	-	4.597.032	4.597.032	132.032	1.732.192	7.325.856
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Receita de Cessão de Direitos	2.508.843	7.433.387	9.942.230	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	3.206.699	14.497.274	17.703.973	4.648.448	4.604.057	553.018.052
Receita agropecuária	-	1.682.062	1.682.062	3.092	58.216	221.485
Receita da produção vegetal	-	-	-	505	635	4.299
Receita da produção animal e derivados	-	-	-	1.835	54.117	192.187
Outras receitas agropecuárias	-	1.682.062	1.682.062	752	3.464	25.000
Receita industrial	-	-	-	-	-	91.145
Receita da indústria de transformação	-	-	-	-	-	91.145
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	5.495.800	20.374.933	25.870.734	10.727.980	13.689.218	114.855.660
Transferências correntes	1.928.990.100	1.835.971.706	3.764.961.805	1.953.643.433	1.854.212.274	11.028.725.653
Transferências intergovernamentais	1.915.983.742	1.777.118.248	3.693.101.991	1.921.121.020	1.828.689.086	10.845.662.623
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	560	32.560
Transferências do exterior	-	-	-	22	784.997	895.333
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	13.006.357	58.853.457	71.859.815	32.522.391	24.737.632	182.135.136
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	59.959.109	64.436.407	124.395.515	54.918.377	137.336.795	830.701.342
Multas e juros de mora	14.842.786	17.045.072	31.887.858	32.054.505	29.122.666	215.690.836
Indenizações e restituições	2.682.122	3.582.013	6.264.134	5.476.777	6.888.979	44.413.050
Receita da dívida ativa	970.583	960.141	1.930.724	4.768.545	5.339.409	41.460.690
Receitas diversas	41.463.618	42.849.181	84.312.799	12.618.550	95.985.740	529.136.767
Conta retificadora da receita orçamentária	(674.427.077)	(523.738.042)	(1.198.165.120)	(577.010.351)	(528.895.289)	(3.277.814.285)
Receitas de capital	718.694.779	(602.124.947)	116.569.832	129.169.995	145.523.244	2.665.514.302
Operações de crédito	713.475.000	(676.345.135)	37.129.865	1.662.345	72.394.228	1.854.663.547
Operações de crédito internas	-	8.000.000	8.000.000	1.662.345	61.340.000	245.613.194
Operações de crédito externas	713.475.000	(684.345.135)	29.129.865	-	11.054.228	1.609.050.353
Alienação de bens	-	-	-	189.044	794.124	14.435.070
Alienação de bens móveis	-	-	-	122.482	9.812	7.623.713
Alienação de bens imóveis	-	-	-	66.562	784.312	6.811.357

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço orçamentário – receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Amortização de empréstimos	-	-	-	8.562.262	15.981.751	99.204.607
Amortização de empréstimos	-	-	-	8.562.262	15.981.751	99.204.607
Transferências de capital	5.219.779	74.220.188	79.439.967	118.756.344	56.353.141	696.847.675
Transferências intergovernamentais	5.219.779	2.781.400	8.001.179	9.957.808	14.550.744	79.947.072
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	-	71.438.788	71.438.788	108.798.535	41.802.397	616.900.603
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	363.404
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	363.404
Receitas (intraorçamentárias) (II)	316.475.209	324.261.769	640.736.978	293.380.867	323.298.693	2.041.200.936
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	5.490.984.064	4.121.830.959	9.612.815.023	4.765.250.520	4.888.325.253	31.986.172.747
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	5.490.984.064	4.121.830.959	9.612.815.023	4.765.250.520	4.888.325.253	31.986.172.747
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.490.984.064	4.121.830.959	9.612.815.023	4.765.250.520	4.888.325.253	31.986.172.747
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	316.475.209	324.261.769	640.736.978	293.380.867	323.298.693	2.041.200.936
Receita de contribuições	316.475.209	318.051.645	634.526.854	291.415.138	319.615.715	1.991.193.034
Contribuições sociais	316.475.209	318.051.645	634.526.854	291.415.138	319.615.715	1.991.193.034
Receita de serviços	-	6.210.124	6.210.124	1.965.730	3.682.977	50.007.902
Total	316.475.209	324.261.769	640.736.978	293.380.867	323.298.693	2.041.200.936

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 25
Balço orçamentário – despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	604.223.299	6.519.465.510	7.123.688.809	3.227.411.882	4.353.308.390	16.680.487.441
Despesas correntes	417.884.744	5.642.735.238	6.060.619.982	3.027.513.786	3.916.643.677	15.028.419.844
Pessoal e encargos sociais	292.896.383	2.952.604.398	3.245.500.781	1.962.327.733	2.072.088.666	8.111.758.642
Juros e encargos da dívida	69.012.256	74.581.829	143.594.085	68.718.466	84.818.682	321.170.019
Outras despesas correntes	55.976.105	2.615.549.011	2.671.525.116	996.467.587	1.759.736.329	6.595.491.182
Transferências a municípios		1.294.212.176	1.294.212.176	618.522.092	619.868.539	2.538.915.850
Demais despesas correntes	55.976.105	1.321.336.835	1.377.312.940	377.945.495	1.139.867.791	4.056.575.332
Despesas de capital	186.338.555	876.730.271	1.063.068.826	199.898.095	436.664.713	1.652.067.597
Investimentos	343.717	123.678.174	124.021.891	26.254.142	193.817.707	768.039.831
Inversões financeiras	-	1.639.332	1.639.332	1.449.136	101.869.150	207.542.528
Amortização da dívida	185.994.838	751.412.765	937.407.603	172.194.818	140.977.856	676.485.239
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	67.319.263	390.457.579	457.776.841	279.654.015	327.936.185	1.248.906.343
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	671.542.562	6.909.923.088	7.581.465.650	3.507.065.896	4.681.244.575	17.929.393.784
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	671.542.562	6.909.923.088	7.581.465.650	3.507.065.896	4.681.244.575	25.117.703.106
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	671.542.562	6.909.923.088	7.581.465.650	3.507.065.896	4.681.244.575	25.117.703.106

Despesa intraorçamentária	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	190.624.379	390.457.579	581.081.958	279.654.015	327.936.185	1.248.906.343
Pessoal e encargos sociais	181.279.121	330.065.646	511.344.766	231.158.236	262.733.005	995.965.436
Outras despesas correntes	9.345.259	60.391.933	69.737.192	48.495.779	65.203.179	252.940.907
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	190.624.379	390.457.579	581.081.958	279.654.015	327.936.185	1.248.906.343

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2012-abr. 2013

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Janeiro	1.183.096.821	1.505.775.889	125.184.502	56.025.700	1.308.281.323	1.561.801.589
Fevereiro	1.099.973.808	1.239.789.328	167.877.483	72.418.888	1.267.851.291	1.312.208.217
Março	1.033.766.974	1.247.896.776	172.859.622	183.792.389	1.206.626.597	1.431.689.165
Abril	1.153.973.735	992.624.244	192.994.993	179.178.095	1.346.968.728	1.171.802.339
Maio	1.050.663.513		204.764.846		1.255.428.360	
Junho	1.108.464.624		232.549.821		1.341.014.446	
Julho	1.041.560.210		240.070.969		1.281.631.179	
Agosto	1.038.936.964		238.745.517		1.277.682.482	
Setembro	1.183.824.035		205.697.846		1.389.521.881	
Outubro	1.180.653.380		173.186.361		1.353.839.741	
Novembro	1.254.966.120		155.165.522		1.410.131.642	
Dezembro	1.165.413.298		259.932.835		1.425.346.133	
Total	13.495.293.484	4.986.086.238	2.369.030.318	491.415.073	15.864.323.802	5.477.501.311

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação – Brasil – jan.-mar. 2013/2012

Unidade da Federação	2013				2012			
	Jan.	Fev.	Mar.	Acumulado jan.-mar.	Jan.	Fev.	Mar.	Acumulado jan.-mar.
Norte	1.733.520	1.611.732	1.483.054	4.828.306	1.566.998	1.414.049	1.447.141	4.428.188
Acre	58.929	59.255	65.069	183.253	42.018	44.902	64.228	151.148
Amazonas	530.239	542.463	497.779	1.570.481	483.157	482.678	457.490	1.423.325
Pará	662.123	585.842	543.129	1.791.094	574.994	485.217	533.668	1.593.879
Rondônia	237.898	208.410	175.043	621.351	237.773	212.118	193.556	643.447
Amapá	64.125	57.203	51.636	172.964	59.213	48.789	50.933	158.935
Roraima	46.143	39.300	37.336	122.779	41.191	36.157	34.994	112.342
Tocantins	134.063	119.259	113.062	366.384	128.652	104.188	112.272	345.112
Nordeste	5.073.047	4.517.777	3.634.696	13.225.520	4.374.184	3.877.364	3.932.707	12.184.255
Maranhão	383.895	359.358	320.394	1.063.647	331.270	290.084	309.324	930.678
Piauí	220.570	223.336	178.804	622.710	195.666	191.856	176.929	564.451
Ceará	709.657	688.624	608.278	2.006.559	653.003	573.046	589.179	1.815.228
Rio Grande do Norte	325.940	311.542	-	637.482	320.476	266.746	298.287	885.509
Paraíba	344.652	305.780	265.502	915.934	272.083	254.632	254.442	781.157
Pernambuco	1.045.210	922.346	829.169	2.796.725	970.523	797.335	824.672	2.592.530
Alagoas	261.371	222.776	195.662	679.809	231.106	197.379	205.942	634.427
Sergipe	237.830	209.460	183.461	630.751	196.361	168.541	171.620	536.522
Bahia	1.543.922	1.274.557	1.053.426	3.871.905	1.203.696	1.137.745	1.102.312	3.443.753
Sudeste	15.487.942	14.735.400	14.775.898	44.999.240	14.581.385	12.992.754	14.260.433	41.834.572
Minas Gerais	2.976.566	2.739.520	2.548.104	8.264.190	2.663.415	2.286.808	2.519.050	7.469.273
Espírito Santo	867.189	740.128	623.504	2.230.821	874.506	691.718	750.309	2.316.533
Rio de Janeiro	2.728.450	2.462.825	2.457.668	7.648.943	2.425.515	2.019.639	2.157.601	6.602.755
São Paulo	8.915.737	8.792.928	9.146.623	26.855.288	8.617.949	7.994.589	8.833.473	25.446.011
Sul	4.961.163	1.459.533	1.441.427	7.862.123	4.477.567	3.578.750	4.237.368	12.293.685
Paraná	1.732.905	1.459.533	1.441.427	4.633.865	1.491.988	1.244.345	1.434.815	4.171.148
Santa Catarina	1.215.620	-	-	1.215.620	1.133.414	924.784	1.037.523	3.095.721
Rio Grande do Sul	2.012.638	-	-	2.012.638	1.852.165	1.409.620	1.765.030	5.026.815
Centro-Oeste	2.662.413	2.419.231	2.206.626	7.288.270	2.380.207	1.957.017	2.168.333	6.505.557
Mato Grosso	594.863	560.274	597.995	1.753.132	534.855	453.647	521.296	1.509.798
Mato Grosso do Sul	542.848	514.059	238.015	1.294.922	483.827	412.794	452.090	1.348.711
Goiás	990.518	915.667	862.775	2.768.960	855.756	686.966	745.102	2.287.824
Distrito Federal	534.185	429.230	507.841	1.471.256	505.769	403.611	449.845	1.359.225
Brasil	29.918.085	24.743.673	23.541.701	78.203.459	27.380.341	23.819.934	26.045.982	77.246.257

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível.

(*) Dado sujeito a retificação.

Município

(Continua)

Tabela 28
Balço orçamentário – receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	870.773.919	600.736.980	1.471.510.899	686.313.472	1.258.589.601	4.323.025.918
Receitas correntes	870.773.919	600.598.716	1.471.372.635	717.706.285	1.320.056.989	4.562.374.750
Receita tributária	366.852.049	234.837.950	601.689.999	336.244.308	548.395.539	1.759.257.377
Impostos	279.503.721	202.452.213	481.955.934	259.420.233	445.533.777	1.489.418.999
Taxas	87.023.466	32.153.637	119.177.103	76.632.250	102.502.156	268.174.440
Outras receitas tributárias	324.862	232.100	556.963	191.824	359.606	1.665.938
Receita de contribuições	33.101.321	29.732.004	62.833.325	27.174.146	50.613.274	194.589.614
Contribuições sociais	20.368.233	16.522.486	36.890.719	15.059.398	26.332.740	108.293.648
Contribuições econômicas	12.733.088	13.209.518	25.942.606	12.114.748	24.280.534	86.295.966
Receita patrimonial	132.105.708	11.159.888	143.265.596	8.077.571	16.306.231	48.973.924
Receitas imobiliárias	101.514	213.665	315.180	195.835	645.732	2.243.730
Receitas de valores mobiliários	4.030.287	7.472.501	11.502.788	5.136.134	10.206.250	26.190.704
Receitas de concessões e permissões	1.951.662	3.473.722	5.425.384	2.745.601	5.449.902	17.074.522
Outras receitas patrimoniais	126.022.244	-	126.022.244	-	4.346	8.968
Receita industrial	62.481	52.483	114.964	157.316	316.506	983.152
Receita da indústria de construção	62.481	52.483	114.964	157.316	316.506	983.152
Receita de serviços	287.010	235.465	522.475	283.219	2.015.695	3.746.431
Transferências correntes	320.322.244	303.676.375	623.998.619	330.982.751	670.141.565	2.394.103.858
Transferências intergovernamentais	314.729.894	301.167.236	615.897.129	330.332.522	665.252.731	2.366.128.910
Transferências de instituições privadas	3.136.727	60.400	3.197.127	400	1.339.279	9.473.751
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	5.615
Transferências de pessoas	5.502	4.372	9.874	14.530	31.330	141.575
Transferências de convênios	2.450.121	2.444.368	4.894.490	635.299	3.518.225	18.354.007
Outras receitas correntes	18.043.104	20.904.552	38.947.656	14.786.973	32.268.179	160.720.394
Multas e juros de mora	7.578.114	8.772.988	16.351.102	7.169.922	15.183.293	68.009.810
Indenizações e restituições	301.057	758.348	1.059.405	444.719	661.716	2.652.929
Receita da dívida ativa	7.626.041	9.140.275	16.766.316	4.879.217	12.962.672	80.201.507
Receitas diversas	2.537.892	2.232.940	4.770.832	2.293.116	3.460.497	9.806.418
Receitas de capital	-	138.264	138.264	9.779.391	17.117.410	40.696.709
Operações de crédito	-	-	-	3.013.985	3.013.985	6.027.970
Operações de crédito internas	-	-	-	3.013.985	3.013.985	6.027.970
Alienação de bens	-	72.414	72.414	-	-	48.102
Alienação de bens móveis	-	72.414	72.414	-	-	48.102
Transferências de capital	-	65.850	65.850	6.765.406	14.103.425	34.620.637
Transferências intergovernamentais	-	-	-	80.000	100.000	3.908.336
Transferências de convênios	-	65.850	65.850	6.685.406	14.003.425	30.712.301
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da COSIP	-	-	-	-	-	(377.219)
Dedução da receita corrente	-	-	-	(4.117.220.393)	(78.584.798)	(4.355.716.510)

(Conclusão)

Tabela 28
Balanço orçamentário – receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (intraorçamentárias) (II)	29.475.975	29.172.460	58.648.435	35.702.357	64.978.822	234.779.552
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	900.249.894	629.909.441	1.530.159.334	722.015.829	1.323.568.422	4.557.725.470
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	900.249.894	629.909.441	1.530.159.334	722.015.829	1.323.568.422	4.557.805.470

Receita intraorçamentária	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	29.475.975	29.172.460,25	58.648.435	35.702.357	29.276.465	199.077.195
Receita de contribuições	29.475.975	29.172.460,25	58.648.435	33.458.589	29.276.465	196.833.427
Contribuições Sociais	29.475.975	29.172.460,25	58.648.435	-	-	-
Receita de serviços	-	-	-	2.243.768	-	2.243.768
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	29.475.975	29.172.460,25	58.648.435	35.702.357	29.276.465	199.077.195

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29
Balço orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-abr. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	416.466.668	108.115.742	524.582.410	472.914.463	573.056.619	3.503.846.257
Despesas correntes	395.574.057	75.722.081	471.296.138	417.742.036	534.515.164	3.204.261.651
Pessoal e encargos sociais	282.383.574	(4.676.343)	277.707.230	222.477.236	228.528.339	1.499.808.400
Juros e encargos da dívida	11.363.698	108.588	11.472.285	11.317.810	11.316.804	68.832.224
Outras despesas correntes	101.826.786	80.289.837	182.116.623	183.946.990	294.670.021	1.635.421.027
Despesas de capital	20.892.611	32.393.661	53.286.272	55.172.427	38.541.455	299.584.607
Investimentos	554.689	29.202.130	29.756.818	29.520.451	9.643.789	156.106.953
Inversões financeiras	1.280.000	3.600.000	4.880.000	1.522.000	1.000.000	6.600.000
Amortização da dívida	19.057.922	(408.468)	18.649.454	24.129.976	27.897.666	136.877.654
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	27.872.587	(56.001)	27.816.586	18.992.099	19.495.063	161.929.281
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	444.339.255	108.059.741	552.398.996	491.906.562	592.551.682	3.665.775.539
Superávit (IV)	455.910.639	-	455.910.639	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	900.249.894	108.059.741	1.008.309.635	491.906.562	592.551.682	3.665.775.539

Despesa intraorçamentária	2013			2012		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	27.872.587	(56.001)	27.816.586	18.992.099	19.495.063	161.921.419
Pessoal e encargos sociais	27.872.587	(156.000)	27.716.587	18.992.099	19.495.063	161.916.122
Outras despesas correntes	-	99.999	99.999	-	-	5.297
Despesas de capital	-	-	-	-	-	7.863
Investimentos	-	-	-	-	-	7.863
Total	27.872.587	(56.001)	27.816.586	18.992.099	19.495.063	161.929.281

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosângela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

